

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**Antonio Sergio Curioni**

**A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II –  
Abelardo Luz SC: uma análise em construção – 1986/2008.**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**Antonio Sergio Curioni**

**A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II –  
Abelardo Luz SC: uma análise em construção – 1986/2008.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Lucia Carvalho da Silva.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora:

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Nesse momento, agradeço a todas as pessoas que direta e indiretamente colaboraram para que eu pudesse chegar aonde cheguei, conseguindo superar o sonho de meus pais que sonhavam apenas me ver formado em uma Universidade. É com o coração pleno de felicidade e sentimento de gratidão a todas as pessoas que participaram da construção dessa dissertação, seja de forma indireta – apenas ouvindo as minhas angústias e perguntando “como vai o mestrado”? – ou, diretamente, no caso da minha professora e orientadora Maria Lucia Carvalho da Silva, que soube muito bem, me orientar através de discussões, apontamentos e sugestões e sua frase “tua monografia é um diamante bruto que precisa ser lapidado”.

À minha linda namorada, Ju, ainda mais linda, pelo amor que nos mantém juntos, pelo carinho e dedicação no dia-a-dia, pelo incentivo, pela cobrança, com a paciência de aguentar e ouvir as muitas inquietações que surgiram durante este trabalho. Com amor e a cumplicidade com que vivemos, conseguimos superar mais uma etapa da vida.

Ao professor Evaldo Viera, pela participação na banca de qualificação, com sua leitura atenta e indicações precisas que nortearam meus estudos.

Minha amiga Kátia, grande ser humano que nos recebia sempre sorrindo e tornava nossos problemas menores e possíveis de serem resolvidos. Não menosprezando a sua sucessora Vânia que já é tão boa quanto ela – fica aí minha eterna gratidão.

Aos entrevistados que me deram as informações, precisas e abundantes, para que eu pudesse chegar à conclusão que cheguei.

Aos meus filhos Carolina Teles Dias Curioni e Anthony Serafini Curioni. Desculpem minha ausência.

CURIONI, Antonio Sergio. A configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz - SC: uma análise em construção – 1986/2008.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objeto a configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz, SC: uma análise em construção – 1986/2008. O objetivo visa compreender e analisar por que famílias que foram assentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no assentamento Santa Rosa II no município de Abelardo, SC, depois de passarem por todo o processo de ocupação, despejo e assentamento definitivo, após se instalarem e organizarem sua propriedade venderam seus lote e migraram para cidade. A hipótese levantada pode ser considerada multifatorial, de natureza objetiva e subjetiva, com destaque para as dificuldades de sobrevivência na agricultura, enfraquecimento na atuação do MST junto às famílias assentadas e falta de opções de lazer, cultura, esporte e saúde no assentamento.

Os conceitos adotados de referência foram: questão agrária, migração, êxodo rural, MST e Reforma Agrária, baseados em autores clássicos e contemporâneos das áreas da sociologia rural, economia, história, geografia e ciências políticas. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e via internet, a observação participante do pesquisador, e a pesquisa de campo. Como instrumento principal de coleta de dados na pesquisa empírica foi utilizado, a entrevista semi-estruturada com tópicos orientadores. Foram entrevistados seis sujeitos, escolhidos entre as 27 famílias que saíram do assentamento priorizando as seis que migraram para a cidade de Abelardo luz, as quais foram possíveis de serem localizadas. As informações conseguidas foram analisadas por meio de análise de conteúdo.

Os resultados da pesquisa apontaram que o MST para os imigrantes caracteriza-se como um movimento de libertação, de luta por direitos a terra, Reforma Agrária, justiça social, soberania popular, bem como, propicia formação sócio-política dos seus participantes, o que proporciona possibilidades de crescimento individual e coletivo, tornando-se uma escola de vida, bem como proporciona conquistas que vão muito além da terra e da casa própria, como conhecimento, liberdade, dignidade e espírito de cidadania.

Os resultados apontam ainda que, apesar das conquistas mencionadas os entrevistados deixaram o assentamento e migraram para a cidade, sendo os principais motivos: terreno muito pequeno e com terras ruins, falta de crédito agrícola, proporcionando uma baixa produção, além da distância e o difícil acesso a recursos como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Palavras-chave: questão agrária, Reforma Agrária, MST, migração e êxodo rural.

CURIONI, Antonio Sergio. A configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz - SC: uma análise em construção – 1986/2008.

## ABSTRACT

The present dissertation takes as an object the configuration of the rural exodus in the Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz, SC: an analysis in construction – 1986/2008. The objective aims to understand and to analyse for why families that were established by the Movement of the Rural Workers Without Land (MST) in the Assentamento Santa Rosa II, in the local city of Abelardo, SC, after they suffer the whole process of occupation, eviction and definite registration, after his property is installed and organized they sold his share and migrated for city. The lifted hypothesis can be considered multifatorial, of objective and subjective nature, with distinction for the difficulties of survival in the agriculture, weakening in the acting of the MST near the fixed families and lack of leisure options, culture, sport and health in the Assentamento.

The adopted concepts of reference were: agrarian question, migration, rural exodus, MST and Land reform, based on classic and contemporary authors of the areas of the rural sociology, economy, history, geography and political sciences. The inquiry is of qualitative nature, having like proceedings methodologic, the bibliographical lifting, the documentary inquiry and he was seeing Internet, the observation participant of the investigator, and the field work. Principal instrument of collection of data in the empirical inquiry was used, the interview semi-structured with topical advisors. There were interviewed six subjects chosen between 27 families that went out from the Assentamento prioritizing the six people that migrated for the city of Abelardo it shines, what they were possible of being located. The got informations were analysed through analysis of content.

The results of the inquiry pointed that the MST for the immigrants is characterized like a movement of release, of struggle for rights the land, Land reform, social justice, popular sovereignty, as well as, favorable formation partner-politics of his participants, which provides means of individual and collective growth, becoming a school of life, as well as provides conquests that go very much besides the land and the own house, like knowledge, freedom, dignity and spirit of citizenship.

The results point still that, in spite of the mentioned conquests the interviewed ones left the Assentamento and migrated for the city, being the principal motives: very small land and with bad lands, lack of agricultural credit, providing a low production, besides the distance and the difficult access to resources like health, education, social work, culture, sport and leisure.

key words: agrarian question, Land reform, MST, migration and rural exodus.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – A QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS ORIGENS NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL.....	19
Regime de Sesmaria.....	21
Regime de Posse.....	26
Regime da Lei das Terras.....	28
Fase Republicana.....	31
<b>CAPÍTULO II – O FENÔMENO MIGRATÓRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>47</b>
2. O PROCESSO MIGRATÓRIO: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	54
3. MIGRAÇÃO INTERNA E O ÊXODO RURAL.....	67
<b>CAPÍTULO III – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>80</b>
<b>CAPÍTULO IV – O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ /SC, O ASSENTAMENTO SANTA ROSA II E O ÊXODO RURAL DOS ASSENTADOS: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>111</b>
1. CARACTERÍSTICAS E COLONIZAÇÃO DE ABELARDO LUZ, SC.....	111

2. TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO DE SANTA ROSA II.....	119
3. O ÊXODO RURAL DO TRABALHADOR RURAL ASSENTADO NO ASSENTAMENTO SANTA ROSA II: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO.....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
Referências bibliográficas.....	144
Referencias Legais.....	150
Referencias Virtuais.....	151
<b>ANEXOS.....</b>	<b>152</b>

**SUMÁRIO DE TABELAS**

<b>Tabela 1 .....</b>	<b>116</b>
<b>Tabela 2 .....</b>	<b>122</b>

### **LISTA DE SIGLAS**

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ATES Assessoria Técnica Social e Ambiental

CCA - Cooperativa Central de Reforma Agrária

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas do Município

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLOC – Coordenadoria Latino Americano de Organizações do Campo

COOPTRASC - Cooperativa dos Prestadores de Serviço da Reforma Agrária de SC

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITERRA– Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIB - Produto Interno Bruto

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

SANTUR - Santa Catarina Turismo/SA

UDR - União Democrática Ruralista

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação objetiva identificar a configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz, SC, entre os anos de 1986 a 2008.

Os motivos desse estudo vêm ao encontro de nossas indagações, certezas e incertezas em relação ao tema, que ainda não apresenta respostas com embasamento científico. Não podemos deixar de ressaltar, que o MST e o assentamento Santa Rosa II estão ligados diretamente à minha história de vida, visto que fui assentado com minha família em 1987, no referido assentamento, e que apesar de meus pais terem permutado seu lote por outro em 2000 ainda vivem em outro assentamento.

A temática tem relevância por apontar dados que apuram quais foram os principais motivos que levaram as famílias assentadas no assentamento Santa Rosa II a venderem seus lotes e migrarem para a cidade. Temos por expectativa que os dados da pesquisa poderão servir de base para que o próprio MST analise o êxodo rural dentro dos assentamentos e, assim trace estratégias para identificar problemas e conter a saída das famílias.

O êxodo rural é um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil de modo intenso, sendo um movimento populacional acompanhado de grandes problemas sociais com graves consequências, tanto para a população que migrou como para população que recebeu os migrantes.

No que tange ao Serviço Social este tema se mostra também de particular relevância, por aproximar o profissional de Serviço Social a uma parcela significativa da população brasileira, que devido às constantes crises da agricultura, se vê obrigada a abandonar o meio rural e migrar para cidade em busca de melhores condições de vida,

geralmente se tornando usuárias das políticas sociais desenvolvida pelo assistente social e este, que em geral, possui pouca ou nenhuma informação a respeito de tal realidade. Vale registrar, nesse sentido que os cursos de graduação e pós-graduação de Serviço Social, não possuem disciplinas e linhas de pesquisa voltadas ao estudo do meio rural e êxodo rural nos assentamentos.

Sendo assim, definiu-se como objeto do presente estudo, a compreensão e a análise da saída das famílias que foram assentadas no assentamento de Santa Rosa II, no município de Abelardo, SC, depois de passarem por todo o processo de ocupação, despejo e assentamento definitivo, de se instalarem e organizarem sua propriedade, venderem seus lotes no assentamento e migrarem para a cidade. A hipótese levantada é de que as saídas devem ser consideradas multifatoriais, de natureza objetiva e subjetiva, com destaque para as dificuldades de sobrevivência na agricultura, enfraquecimento na atuação do MST junto às famílias assentadas e falta de opções lazer, cultura, esporte e saúde no Assentamento.

A questão norteadora do estudo é: que motivos levaram essas famílias que foram assentadas no assentamento de Santa Rosa II a venderem seus lotes e migrarem para cidade? Para que pudéssemos encontrar as respostas para essa pergunta, traçamos como objetivos: analisar como viviam antes de fazerem parte do MST e o que levou a ingressarem no movimento; Levantar quais as principais conquistas enquanto estavam no assentamento; Identificar por que 27 (51,92%) famílias que foram assentadas no assentamento Santa Rosa II, em 1986, venderam seus lotes e migraram para cidade.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa que segundo Antonio Chizzotti “*essa busca a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, a compreensão do sentido dos atos e decisões dos atores sociais ou então dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o*

*contesto social em que estas se dão*” (1991, p.78). Desse modo, nossa busca não eram dados quantitativos, mas por dados que possibilitassem análise da realidade do porquê, as famílias após passarem por todo o processo de acampamentos, humilhações, muitas vezes passando fome e correndo risco de vida, após serem assentadas e instalarem sua propriedade, venderam seus lotes e migraram para cidade.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico e documental e via-internet, com objetivo de buscar conhecimentos já construídos sobre o tema.

No levantamento bibliográfico entre os diversos autores pesquisados nas áreas da sociologia rural, economia, história, geografia e ciências políticas, destacam-se: Caio Prado Júnior (1987), Nicolau Balbino Filho (2001), Luiz de Lima Stefanini (1978) e Gustavo Elias Kallás Rezek (2007) – cujos trabalhos forneceram a base para se entender a Questão Agrária brasileira; – Ilana Peliciari Rocha (2007), Weber Soares (2002) e Boris Fausto (2000), fundamentais para entender o fenômeno migratório brasileiro bem como, uma aproximação ao conceito de migração do processo migratório internacional e interno e o êxodo rural; Teresa Kleba Lisboa (1988), Bernardo Mançano Fernandes (1996) Mitsue Morissawa, (2001), dos quais nos baseamos para construirmos um breve histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a luta pela reforma agrária; Vilson Marcos Testa (1996), Bonatti e Beckhauser (2008), Leite (2009) nos quais levantamos as características e processo de colonização de Abelardo Luz, SC, a trajetória do Assentamento Santa Rosa II, bem como, o êxodo rural do trabalhador rural assentado.

Dessas leituras selecionamos como conceitos como: questão agrária, migração, reforma agrária, MST e êxodo rural.

Entre os documentos consultados destacamos: Anuário Estatístico de Santa Catarina, Constituições Brasileiras, Códigos Civis, documentos do IBGE e do INCRA.

Entre os endereços eletrônicos destacamos: [WWW.ibge.gov.br/](http://WWW.ibge.gov.br/), [www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/](http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/) e [www.mst.org.br/](http://www.mst.org.br/).

O universo da pesquisa corresponde às 27 famílias que foram assentadas em 1986 e venderam seus lotes. O critério de escolha de 6 famílias dentre essas 27 famílias, sujeitas à pesquisa, foi o da venda dos seus lotes e migração para cidade de Abelardo Luz, SC. Para coleta de dados na pesquisa empírica, usamos principalmente como instrumental técnico a entrevista semi-estruturada com o seguinte roteiro: De onde vieram e como viviam antes de ir para o assentamento. O que levou o Senhor(a) e sua família a ir para o Assentamento. Quais as conquistas que você alcançou enquanto esteve nos assentamento. Quais foram os principais motivos que levaram à venda do lote. Além da entrevista utilizamos a observação participante e o caderno de campo para as anotações que fizemos.

As entrevistas foram realizadas de junho a outubro de 2008 e ocorreram nas residências dos sujeitos. O tempo médio de cada uma foi de 01 hora. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, com a devida autorização e concordância dos sujeitos, que após serem esclarecidos dos objetivos e da importância de sua contribuição, assinaram um termo de consentimento (anexo I).

Para a análise dos dados coletados, utilizamos “*a análise de conteúdo a fim de compreender criticamente os sentidos dos depoimentos, seu conteúdo expresso ou latente e o significado explícito ou implícito*” (CHIZZOTTI, 1996, p. 98). A construção análise fundamentou-se em 5 unidades temáticas, a saber: A vida dos sujeitos anterior ao ingresso ao MST; Motivos do ingresso no MST; Conquistas individuais e coletivas no assentamento Santa Rosa II; Motivos da venda dos lotes do Assentamento Santa Rosa II e migração para Abelardo Luz; A vida dos sujeitos da pesquisa na cidade após a saída do assentamento.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos que se articulam. No capítulo I- A QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS ORIGENS NO BRASIL, trataremos da questão Agrária no Brasil enquanto fator determinante da situação fundiária, por entendermos que o objeto central de nosso estudo está ligado, diretamente, com a propriedade rural, fez-se necessária uma pesquisa, ainda que restrita a uma breve história da evolução da propriedade territorial no Brasil, que demonstrou os fatores determinantes de sua configuração atual. Para melhor compreender dividimos a história da propriedade rural no Brasil em cinco fases: das sesmarias, das posses, da Lei de Terras, republicana e a contemporânea: sendo, que a primeira é do período colonial português, a segunda e terceira do período imperial, a quarta do período republicano brasileiro, e a quinta a partir da década de 1950.

No capítulo II – O FENÔMENO MIGRATÓRIO BRASILEIRO, destacamos o fenômeno migratório e o êxodo rural brasileiro, que vai além do dualismo campo-cidade, enfatizando os deslocamentos populacionais, uma ação social decorrente do contexto historicamente determinado que propicia diferentes oportunidades e motivações para os agentes sociais nele atuantes. Para entender o processo migratório brasileiro, analisamos os principais movimentos migratórios responsáveis pela formação populacional brasileira, da origem dos indígenas, à colonização do Brasil pelos portugueses, imigração empreendida pelos europeus para o Brasil nos séculos XVIII, XIX e até no início do século XX, bem como o deslocamento interno no território brasileiro.

No capítulo III - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, apresentamos um breve histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a luta pela reforma agrária, enfatizando o MST em Santa Catarina, destacando que a luta pela terra, está intimamente ligada à história da concentração fundiária que marca o Brasil

desde 1500, com a chegada dos portugueses e, que apesar de diversos movimentos de luta pela terra e por mudanças estruturais da questão agrária, esta pouco se concretizou no Brasil e é sempre resultado das ações dos movimentos sociais do campo, principalmente o MST.

No capítulo IV - O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ/SC, O ASSENTAMENTO SANTA ROSA II E O ÊXODO RURAL DOS ASSENTADOS: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO, apresentamos as características e colonização do município de Abelardo Luz, SC, a trajetória do Assentamento do processo de ocupação aos dias atuais, abordando o movimento migratório do trabalhador rural assentado no Assentamento Santa Rosa II.

Nas considerações finais, sistematizamos os resultados da análise realizada, articulando-os aos conteúdos teóricos e ressaltando os aspectos que se mostraram relevantes na pesquisa.

## CAPITULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS ORIGENS NO BRASIL

*“É preciso romper com a estagnação  
e realizar a travessia, pois é no meio  
da travessia que o real se dispõe para  
a gente”*

*(Guimarães Rosa)*

A luta pela terra é tão antiga quanto a humanidade. Desde que se tem relato da história da humanidade, a disputa por terra sempre esteve presente. A maioria das guerras que aconteceram até o momento tiveram como pano de fundo, a disputa por terra.

Por volta de 12.000 A.C., na pré-história, começaram a surgir as primeiras formas de agricultura (cultivo de espécies vegetais) e pecuária (domesticação de animais), formando assim as primeiras aldeias agrícolas. A partir dessas descobertas, o homem passou a valorizar e defender seu espaço, visto que as aldeias se instalavam em locais propícios para o desenvolvimento da agricultura e proteção à família, o que deu origem às cidades.

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, as populações indígenas que viviam no litoral alimentavam-se, basicamente, de peixes e crustáceos, abundantes na costa brasileira. Esses restos alimentares deram origem aos fósseis chamados de sambaquis. Além disso, consumiam raízes (mandioca, cará) e praticavam a caça de pequenos animais nas áreas próximas à Mata Atlântica. A baixa densidade demográfica evitava disputa por territórios.

Os colonizadores europeus, desde o século XVI, realizaram a devastação das vegetações brasileiras, iniciadas com a exportação do Pau-brasil como matéria-prima para tingir tecidos. Posteriormente, através das culturas de exportação, como a cana-de-açúcar,

seguida pela pecuária extensiva, passando pelos ciclos do ouro, até chegar à exploração do café. Toda a economia era voltada para a exportação. Um continente com terras inexploradas há milhões de anos seria extremamente fértil a qualquer tipo de exploração agrícola.

## **1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL<sup>1</sup>**

A história da propriedade rural (privada) brasileira está ligada diretamente com a formação do Brasil. Levando em consideração que o objeto central de nosso estudo está ligado, diretamente, com a propriedade rural, faz-se necessária uma pesquisa, ainda que restrita a uma breve história da evolução da propriedade territorial no Brasil, que demonstre os fatores determinantes de sua configuração atual.

A formação do sistema fundiário brasileiro, bem como a história territorial do Brasil começa em Portugal através do Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de junho de 1494, por D. João, rei de Portugal e por D. Fernando e D. Isabel, reis da Espanha.

O Tratado de Tordesilhas definiu as áreas de domínio do mundo extra-europeu. Demarcando os dois hemisférios, de pólo a pólo, deu a Portugal o direito de posse sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil: ficou Portugal com as terras localizadas a leste da linha, 370 léguas traçadas a partir de Açores e Cabo Verde, e a Espanha com as terras que ficassem do lado ocidental desta linha. O direito de posse de Portugal sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil foi produto de crescentes rivalidades entre Portugal e Espanha pelas terras do Novo Mundo, durante a segunda metade do século XV. A proximidade das datas do Tratado de Tordesilhas (1494) e do "descobrimento" (1500) faz

---

<sup>1</sup> Para fins de compreensão, neste estudo, os conceitos de estrutura fundiária e história da propriedade rural, se equivalem.

supor que Portugal já sabia da existência das terras brasílicas antes mesmo da expedição de Pedro Álvares Cabral, sendo apenas simbólica.<sup>2</sup>

O campesinato<sup>3</sup> brasileiro tradicional tem sua origem no período colonial (MARTINS, 1986, p. 31). Neste período, só tinham direito à terra aqueles que tivessem o sangue puro, ou seja, fosse filho de pai e mãe brancos. Estavam assim excluídos os índios, mestiços e negros libertos.

No século XVI, quando se desistiu de continuar com a tentativa de escravização dos índios, e com o início da escravidão negra, começam a aparecer os agregados das fazendas ou assim chamados moradores de favor. Estes moravam nas fazendas, deviam obediência aos proprietários, mas não tinham direito à posse da terra. A eles era destinado um pequeno pedaço de terra para cultivarem alimentos para a sua subsistência.

Os negros foram trazidos para o Brasil para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e de café, por traficantes de escravos que os capturavam na costa africana ou os compravam de tribos que os faziam prisioneiros através de guerras. O negro, durante muito tempo teve valor de moeda no Brasil. Ter um grande número de escravos significava ter muito poder e riqueza.

Outra questão que engrossava o número de agregados nas fazendas era o sistema de morgadio. Este sistema consistia em garantir como único herdeiro, o primogênito de cada família. Este herdeiro, na maioria das vezes, aceitava-os como agregados os parentes destituídos de herança, dando-lhes proteção e recebendo deles dedicação e obediência.

---

<sup>2</sup> Benedito Ferreira Marques, Direito agrário brasileiro, 7. ed. rev. ampl., São Paulo: Atlas, 2007, p. 21.

<sup>3</sup> Chamamos aqui de camponês, agregado e morador àquelas pessoas moradoras de fazendas e que não possuíam o título da terra, viviam sob a proteção do fazendeiro.

O estudo da história da propriedade rural no Brasil pode ser dividido em quatro fases<sup>4</sup>: das Sesmarias, das posses, da Lei de Terras e Republicana, expostas a seguir:

### **Regime de Sesmaria**

A ocupação portuguesa do litoral brasileiro só teve início após trinta anos de sua descoberta, com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531. Com a criação do regime de capitânias<sup>5</sup> hereditárias por D. João III, em 1532, e sua implantação a partir de 1534.

De acordo com Nicolau Balbino Filho:

“D. João III, então no trono português, concedeu a Martim Afonso de Souza três cartas régias, datadas de 20 de novembro de 1530, que lhe conferiam poderes para assegurar direitos da Coroa. A primeira carta régia o autorizava a se apossar das terras em nome da Coroa, organizar o governo e a administração e criar o que fosse necessário para a justiça e serviços públicos; pela segunda, recebeu títulos de capitão-mor e governador das terras das quais se apossasse, com jurisdição sobre todos os habitantes; e, finalmente, pela terceira, poderia conceder sesmarias das terras por ele encontradas para serem aproveitadas”.<sup>6</sup>  
(BALBINO FILHO, 2001, p. 02)

---

<sup>4</sup> Essa divisão histórica em quatro fases é adotada pela maioria dos autores, como TENÓRIO, Igor. Curso de direito agrário brasileiro, São Paulo: Saraiva, 1984, José Eduardo da Fonseca (Legislação de terras: páginas da história territorial do Brasil, Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 38, p. 267, jan./jun. 1922), Paulo Tormim Borges (Institutos básicos de direito agrário, 11. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 1998, p. 45) e Marcelo Sciorilli (Direito de propriedade e política agrária, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007, p. 19). Mas alguns autores fazem uma divisão diversa, como Gustavo Elias Kallás Rezek, que divide a origem histórica do imóvel agrário brasileiro em cinco fases: regime de sesmarias, do descobrimento, em 1500, até a independência, em 1822; regime de posses, de 1822 até 1850; regime da Lei de Terras, de 1850 até 1916; regime do republicano. (Imóvel agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade, cit., p. 81). Outros ainda dividem em período colonial, imperial e republicano. Entendemos que todas as classificações são corretas, pois mudam apenas o corte metodológico feito em períodos distintos da história e abrangem todos os objetivos perquiridos, com o mesmo conteúdo abordado.

<sup>5</sup> A palavra “capitania” já era utilizada na organização administrativa de Portugal e Espanha, porém recebeu os aditivos particular e hereditária. As capitânias eram, assim, particulares porque pertenciam aos donatários, e hereditárias porque transmissíveis por herança aos sucessores legítimos.

<sup>6</sup> Nicolau Balbino Filho, Direito imobiliário registral, São Paulo: Saraiva, 2001, p. 2.

Até então, a exploração do novo território era esparsa e basicamente individual, a exemplo da donatária concedida pelo rei D. Manuel a Fernando de Noronha visando ao arrendamento do comércio de Pau-brasil. Foi através desse sistema de capitânicas que os primeiros núcleos de ocupação e colonização portuguesa do Brasil foram estabelecidos, a exemplo de São Vicente, concedida a Martim Afonso de Sousa, em 1532, e de Pernambuco, concedida a Duarte Coelho, em 1534. Portugal deu início à colonização do Brasil para compensar a perda para os muçulmanos de um importante comércio no Norte da África, garantindo as rotas para as Índias e expulsando os franceses que assediavam a costa brasileira desde o início do século XVI<sup>7</sup>.

D. João III decidiu colonizar o Brasil segundo os modelos aplicados na Ilha de Açores, em Cabo Verde e em Madeira, determinando a divisão do Brasil em capitânicas hereditárias, conferindo grandes poderes aos donatários, na qualidade de representantes do Rei.

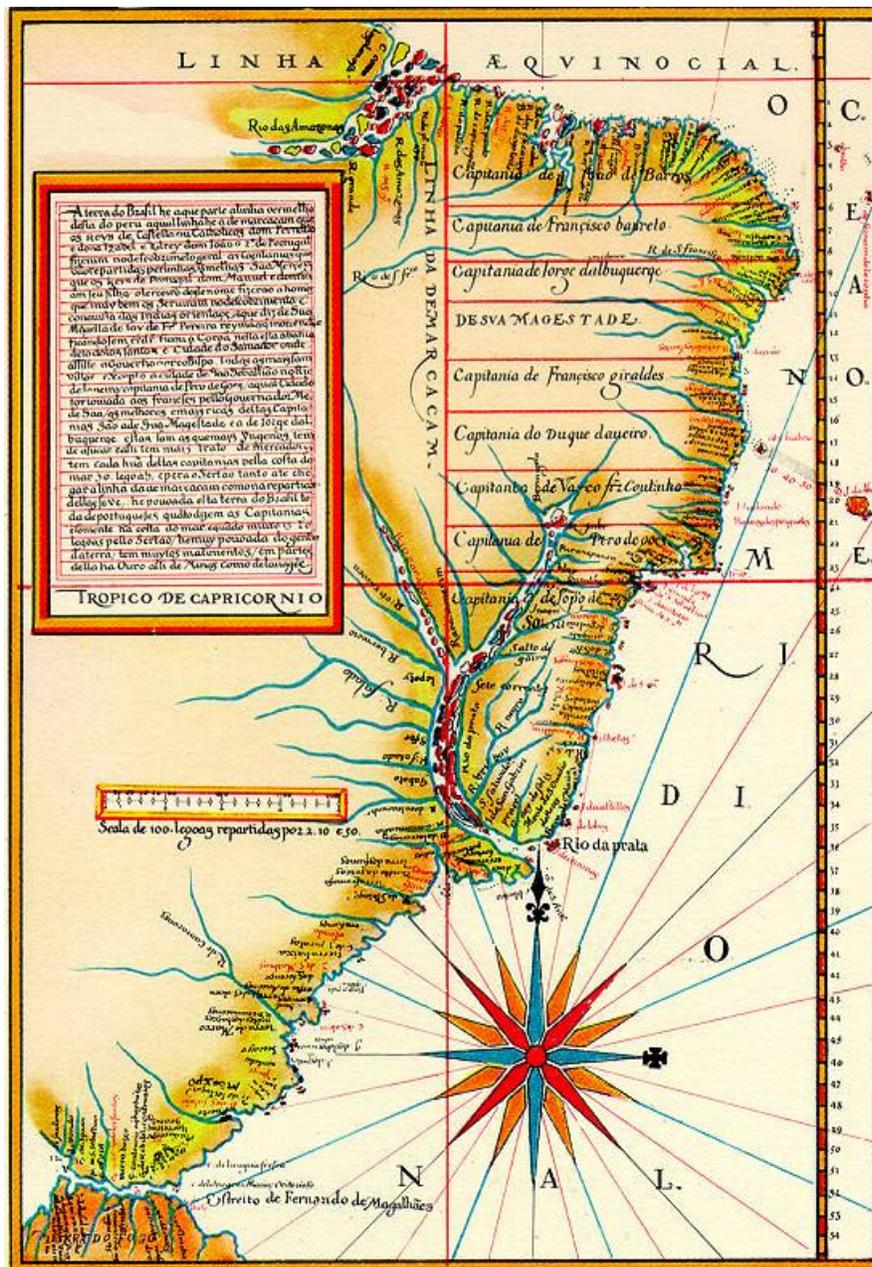
As terras brasileiras foram divididas em 15<sup>8</sup> Capitânicas Hereditárias. Segundo Gustavo Elias Kallás Rezek, “*A divisão foi arbitrária, riscando-se o mapa em linhas horizontais e parcelando-se a extensa colônia, sem atentar sequer para os seus acidentes naturais, como os rios e as serras existentes, e muito menos para as peculiares condições de cultura e de exploração de cada solo. (1888: 83)*” Eram faixas de terra que variavam de 150 a 600 km de largura estendendo-se do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. As terras foram divididas para pessoas influentes e amigas do Rei. Os governantes de cada Capitania Hereditária poderiam distribuir (ceder) pequenas

---

<sup>7</sup> Brasil : 500 anos de povoamento /IBGE, 1º capítulo "Cenário de encontro dos povos: a construção do território" de Jacqueline Hermann.

<sup>8</sup> Há uma divergência doutrinária sobre o número de capitânicas hereditárias concedidas no Brasil nessa época. Muitos autores se referem a 15 capitânicas, mas a confusão se explica pelo fato de já haver uma capitania concedida em 1504, a de Fernando de Noronha, bem antes da doação das outras 14, por volta de 1530.

quantidades de terra a seus amigos e estes tinham a função de colonizar, produzir e pagar impostos à Capitania que repassava parte para o Rei. Essa era a função de cada Capitania: povoar, produzir com recursos próprios e pagar imposto para Coroa. Porém, essas Capitânicas não conseguiram se manter e aos poucos a Coroa foi retomando seu domínio, acabando com todas as Capitânicas em 1759.



As cartas de doação de capitânicas hereditárias obrigavam os donatários a concederem terras em sesmarias, com o objetivo de colonizar a grande extensão de terras inexploradas.

Todas as sesmarias foram criadas com grandes extensões ignorando o princípio de que não se devia dar à uma pessoa terras superiores aos que ela pudesse aproveitar, deixando de ser seguido o estipulado pelas cartas de doação. As sesmarias não tinham uma área definida e variavam de acordo com a região. As concessões de terras eram feitas às pessoas mais chegadas ao governo, tornou-se costume que as pessoas mais afortunadas recebessem grandes sesmarias. Esse “jeitinho brasileiro” de distribuição de terra deu origem ao espírito de latifúndio que, até hoje, perdura no Brasil.

Segundo Mendonça:

“Para a concessão das sesmarias na Colônia, aplicou-se uma antiga legislação portuguesa, conhecida como “Lei de Sesmarias”, criada por D.Fernando, em 1375. A lei foi criada com dois objetivos principais: solucionar um sério problema de falta de alimentos em Portugal e fixar a população nos territórios conquistados dos muçulmanos. D. Fernando regulamentou a posse e o uso da propriedade agrária em Portugal e impôs obrigação de cultivo das terras pelos seus senhorios, com prazos estipulados. Seu descumprimento implicaria a tomada da terra e a concessão de uso a outros que estivessem dispostos a torná-las produtivas”. (MENDONÇA, 2008, p.17)

Esta Lei de Sesmaria e sua regulamentação para a distribuição de terras no Brasil e em Portugal encontram-se detalhadamente explicitada na citação que segue, de Luís de Lima Stefanini:<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Para o presente estudo, é irrelevante tecer uma análise sobre as capitânicas hereditárias, se tinham ou não as características feudais, uma vez que, qualquer análise a respeito seria distorcida.

“[...] existem diferenças entre os sistemas de sesmarias de Portugal com o aplicado no Brasil Colônia: “(a) Portugal, em 1375, era agitado pelo impasse sócio-rural: grande população rural para uma extensão diminuta de áreas agricultáveis; o Brasil Colônia ressentia-se de uma situação exatamente inversa daquela: um território incomensurável e sem população; no Brasil Colônia não havia, nos primórdios da colonização, propriedades privadas, sendo que todo o território desocupado e desabitado era propriedade da Coroa Portuguesa; a primeira Lei de Sesmarias em Portugal veio à luz no bulir de uma realidade caótica dominial, e como um antídoto contra a propriedade particular inculta; no Brasil Colônia, as terras estavam incultas por inexistência de população; Portugal do século XVI tinha suas terras inaproveitadas por comprometimento das atividades agrícolas em razão de crises sócio-políticas; no Brasil Colônia, distribuíam-se terras através de doações que deveriam transladar após suas formalidades, os imóveis para o patrimônio particular do donatário, visando com isso à colonização: em Portugal, forçava-se a exploração agrícola ao detentor da área, ou violavam-se alguns poderes do exercício da propriedade privada, cedendo-a arbitrariamente em sua posse a outrem que se dispusesse a cultivá-la, mediante a paga de uma renda; na Colônia, o sesmeiro deveria pagar o tributo do dízimo devido à Ordem de Cristo, em Portugal pagava-se uma renda ao proprietário, que não poderia recusá-la; no Brasil, não havia população famélica e necessitada de terras disponíveis; em Portugal, as concessões visavam precipuamente ao abastecimento de gêneros alimentícios à população carente”. (STEFANINI, 1978 p. 34-35).

Conforme estudos desenvolvidos por Stefanini, o regime de sesmarias utilizado no Brasil e em Portugal é diferente, visto que foram implantados em contextos fundiários absolutamente diversos.

A implantação das capitânicas hereditárias no Brasil foi um verdadeiro fracasso para a colonização das novas terras, apenas duas prosperaram, a de Pernambuco, onde foram fundadas as vilas de Igarauçu e Olinda e a capitania de São Vicente, em São Paulo, que teve sucesso com as plantações de cana-de-açúcar e com os engenhos. Por esse motivo, o Regimento de D. João III, decidiu, em 1549, instalar o governo geral da Colônia do Brasil, estabelecido em Salvador, com Tomé de Souza como governador, pondo fim à administração pelos capitães-donatários. À Tomé de Souza foram concedidos amplos poderes, inclusive o de conceder sesmarias.

Apesar de todos os esforços da coroa em regulamentar a situação das sesmarias, isso não foi possível por falta de uma legislação e mecanismos de fiscalização. Com

intuito de solucionar essa realidade de imprecisão das concessões, foi expedido um alvará em 5 de outubro de 1795. Apesar de ser um documento bem elaborado, não teve nenhuma eficácia, principalmente, por contrariar interesses econômicos de pessoas influentes, sendo suspenso pelo Decreto de 10.12.1796.

Por 12 anos, não foi tomada nenhuma providencia legal, somente em 25 de junho de 1808 outro Alvará foi expedido. Esse documento exigiu a demarcação das sesmarias que fossem concedidas, criou o cargo de juiz das sesmarias, sob o controle do ouvidor da comarca e permitiu a concessão de sesmarias a estrangeiros. Porém, também teve pouca eficácia.

Devido ao desprestígio do regime de sesmarias, esse sistema de doações de terras no Brasil Colônia foi extinto, por força da Resolução de 17 de julho de 1822, deixando como legado pontos negativos e positivos. Negativos: gerou vícios no sistema fundiário até os dias de hoje, bem como, a formação dos latifúndios. Positivos: porque permitiu a colonização e o povoamento do interior do país. A segunda fase da propriedade rural brasileira refere-se ao Regime de Posse.

### **Regime de Posse**

A suspensão das concessões de sesmarias no Brasil, associada com a ausência de legislação que disciplinasse as terras publicas (entre 1822 e 1850), deram início a uma nova fase no processo de colonização do território brasileiro, baseado na posse indiscriminada de terras, sem qualquer regulamentação, pelo Poder Público, como explica

Stefanini “Foi um período de abandono jurídico, de abdicação legal das responsabilidades fundiárias”.<sup>10</sup>

A falta de regulamentação fundiária tornou as terras abandonadas ou desocupadas em terras devolutas, sendo estas então públicas, podendo ser doadas, o que permitia a posse de terras sem nenhum título. Bastava cultivá-la para se tornar proprietário.

Este sistema possibilitou aos colonos cultivarem seu pedaço de terra e tirar o sustento de sua família, além de criar função social para a terra e despertar vocação agrícola. Porém, apesar de promover a agricultura e a pecuária, promoveu uma ocupação desordenada devido à falta de legislação fundiária, que tratasse do controle ou registro dos bens públicos.

De acordo com Rezek:

“[...] não se pode olvidar que, durante esse regime, ficou o Brasil amputado de legislação de terras, forçando a imposição do costume na sociedade, costume esse que só seria legalmente reconhecido pela legislação posterior. Porém, há uma justificativa para tal omissão: o país encontrava-se consolidando sua independência, pacificando as revoltas internas e constituindo as mínimas condições para sustentar a sua soberania. Nossa independência quanto à questão agrária só se firmou com o advento da Lei de Terras de 1850”. (REZEK, 2007, p.33)

A primeira Constituição do Brasil em 1824, teve início logo após a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Em 3 de maio de 1823, a Assembléia Constituinte iniciou seu trabalho, quando o imperador Dom Pedro I discursou sobre o que esperava dos legisladores. Este discurso gerou um conflito entre radicais e conservadores na Assembléia Constituinte. D. Pedro I mandou o Exército invadir o

---

<sup>10</sup> Luís de Lima Stefanini, A propriedade no direito agrário, cit., p. 50.

plenário, em 12 de novembro de 1823, prendendo e exilando diversos deputados. Feito isto, reuniu dez cidadãos de sua inteira confiança, pertencentes ao Partido Português que, após algumas discussões a portas fechadas, redigiram a Primeira Constituição do Brasil, publicada no dia 25 de março de 1824, que dispôs, em seu artigo 179:

“XXII - É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e o emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção, e dará regras para determinar a indenização”.

Mesmo com a Proclamação da Independência do Brasil por Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, nenhuma alteração ocorreu na situação fundiária do Brasil, perdurando o Sistema de Posse até promulgação da Lei n. 601, de 1850, instituindo novo regime, considerada a terceira fase da propriedade rural brasileira conhecida como a Lei de Terras.

### **Regime da Lei das Terras**

A Lei n. 601 teve como objetivo suprir a lacuna criada pela Resolução de 17 de julho de 1822, constante da Constituição de 1824 mantendo os privilégios e as injustiças em relação à posse de terra, embora houvesse algum avanço sócio-político nas discussões sobre a terra.

Em 1850, por influência da Inglaterra, foi extinto o tráfico de negros da África, embora a grande maioria dos países no mundo já tivessem abolido a escravidão no século XVII. Ao ser abolida a escravidão no Brasil, um dos últimos países a abolí-la, previa-se

que haveria falta de mão-de-obra negra para as lavouras. Por isso, era necessário se pensar em trabalhadores para substituir os negros na lavoura. Somente por volta de 1820 que os primeiros sinais da abolição começaram aparecer, fazendo com que os grandes proprietários rurais que formavam a elite econômica agrária, se mobilizassem para dificultar o acesso à terra através de apropriação pela posse. Do contrário, quando os escravos fossem libertados e novos imigrantes chegassem, não haveria empregados aos grandes proprietários, pois todos iriam em busca das terras do interior.

A alternativa seria trazer camponeses europeus para substituir os negros, só que agora, não como escravos, mas como trabalhadores livres e assalariados. Se estes trabalhadores encontrassem terra disponível para plantar, não trabalhariam para os fazendeiros nas lavouras, por isso era necessária uma lei que tornassem indisponíveis estas terras, salvo para quem as pudesse comprar.

Desta mobilização, surgiu uma das primeiras leis brasileiras, após a Independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro, a **Lei de Terras** (lei nº 601/1850).

Trata-se de legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. Junto com o Código Comercial, é a lei mais antiga ainda em vigor no Brasil.

A Lei de Terras teve origem em um projeto de lei apresentado ao Conselho de Estado do Império, em 1843, por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi promulgada por D. Pedro II, em 18 de setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras”, visando a solucionar a desordem territorial vigente. Entre as principais medidas adotadas pela Lei 601 destacamos os seguintes:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$, além da reparação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heróis confinantes.

Parágrafo único. Os Juizes de Direito nas correções que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado em processá-los o puni-los, e farão efetiva a sua responsabilidade, impondo, no caso de simples negligência, a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

“§ 1º - As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal;

§ 2º - As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do governo geral ou provincial, não incursas em omissão por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura;

§ 3º - As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do governo, que, apesar de incursas em omissão, forem revalidadas por esta Lei;

§ 4º - As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente.

A criação desta Lei transformou a situação na época porque garantiu os interesses dos grandes proprietários do Nordeste e do Sudeste que estavam iniciando a promissora produção do café. Definiu que as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através de posse. Quanto às terras já ocupadas, podiam ser regularizadas

como propriedade privada, recebendo o ocupante o título de proprietário, com obrigação de residir e produzir na terra.

O campesinato brasileiro vai ser substituído: se antes o posseiro era aceito e tinha lugar nas fazendas, agora ele precisa comprar a terra para poder plantar, ele se transforma em pequeno proprietário que depende também do mercado para sobreviver. Com estas mudanças e com a abolição da escravatura, o valor que era agregado aos escravos, é agregado a terra. A terra agora é mercadoria.

À Lei das Terras, segue-se a quarta forma de evolução da propriedade rural brasileira: a fase republicana.

### **Fase Republicana**

Com a Proclamação da República, as terras devolutas foram transferidas para os Estados e cada qual deveria ter uma política de distribuição de terras. É necessário lembrar que foi também na república que se instituiu a Guarda Nacional, onde os membros mais graduados recebiam as patentes de General, Capitão e Coronel, o que permitiu que os grandes proprietários de terra, chefes municipais e regionais recebessem títulos de coronel, inaugurando o Coronelismo no Brasil. Ora, se a política de distribuição de terras cabia aos Estados e estes eram governados pelos coronéis, assistiu-se assim no Brasil a uma grande distribuição de terras a estes fazendeiros, a seus familiares, empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária (Santos, 2005, p. 14)

Na república, foi extinta a exigência de uma renda mínima para votar, todos os libertos teriam esse direito, mas apenas se fossem considerados alfabetizados. Com isso, os

coronéis controlavam todos os votos de seus agregados e daqueles que lhe deviam algum favor. Cada coronel era proprietário de um grande número de votos, criando os assim chamados votos de cabresto, formando os currais eleitorais.

Esta forma de fazer política foi legitimada na presidência de Campos Sales, no final do século XIX, início do século XX, onde foi criada a política dos governadores ou o clientelismo político. Para se eleger, o presidente necessitava do favor dos governadores, que por sua vez necessitava dos chefes municipais, que por sua vez, controlavam os currais eleitorais.

A base econômica deste período era o café. Apesar de territorialmente grande, o Brasil era um país fundamentalmente agrário, preso à sua pauta de exportação nas monoculturas agrícolas, dependente da economia internacional para escoar a sua produção e para gerar divisas. A indústria e a urbanização do fim do século XIX eram incipientes, e o cenário político era de um poder centralizador e oligárquico. O fim da mão-de-obra escrava e da monarquia não promoveu mudanças liberais por muitos desejadas à semelhança das ocorridas na Europa. A República foi marcada como um movimento militar para atender as demandas das oligarquias regionais. A principal ligação econômica do país com o mundo era com a Europa, e os acontecimentos econômicos e políticos daquele continente ecoavam diretamente aqui. Os preços do café eram ditados pelo mercado internacional, que era principalmente o mercado europeu. O país vivia cíclicas crises de crescimento e superprodução e o Estado era frágil, no sentido de apresentar soluções que não fossem apenas remediadoras. A dependência do câmbio e a disposição de subsídios públicos para trazer mão-de-obra estrangeira estão entre as principais ações para a economia crescer e resistir às crises. Ainda assim, esse modelo de economia propiciou um crescimento considerável no Brasil. Na passagem do século e nos anos seguintes, a imigração gerou um

povoamento com demanda por manufaturas, alimentos, etc., e uma industrialização e uma urbanização considerável. Mas o café foi a principal riqueza para sustentar esse desenvolvimento mantendo a mesma estrutura política do Império, concentrando o poder político e econômico nas mãos de poucos.

A Constituição Republicana de 1891 não alterou o panorama anterior e tratou, no §17 do art. 72, do direito de propriedade: “O direito de propriedade mantém-se em toda a plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia”.

A única mudança é em relação às terras devolutas e às terras próximas às ferrovias, que antes eram nacionais e passaram a ser de domínio das jurisdições estaduais:

“Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais”.

Em resposta ao coronelismo e à concentração de terra, surgiram diversos Movimentos Messiânicos,<sup>11</sup> movimentos de luta pela terra que tiveram como líderes figuras místicas que tratavam a questão agrária como uma luta entre o bem e o mal. A questão agrária era revestida de um significado místico e religioso. De todos os Movimentos messiânicos brasileiros, sem dúvida, o mais conhecido é o que aconteceu no sertão da Bahia, no povoado de Belo Monte, liderado por A. Vicente Mendes Maciel, Antonio Conselheiro, mas estes movimentos aconteceram de norte a sul do Brasil do qual destacamos no sul, a Guerra do Contestado, que teve início oficialmente em 1912, com o combate do Irani, que resultou nas mortes do monge José Maria e também do coronel João Gualberto, e vai até a prisão de Adeodato, último e mais destacado chefe dos fanáticos, em

---

<sup>11</sup> Os movimentos messiânicos são aqueles que se apegam a um líder religioso ou espiritual, um messias, que passa a ser considerado "aquele que guia em direção à salvação".

1916. É também neste ano em que é assinado o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná. Vale ressaltar a importância desses movimentos, ao diminuírem a injustiça decorrente da desigual distribuição de terras, bem como por tornar público a precariedade que vivia a população rural pelo descaso dos governantes.

Até a década de 40, podemos dizer que os movimentos que aconteceram no campo estavam sempre ligados a líderes religiosos. Com um cenário mundial que se modificava devido às duas grandes guerras mundiais, no Brasil, começam a surgir os grandes movimentos sociais no campo.

Neste período as lutas não se concentram em um líder religioso em busca da terra prometida, mas se organizam em grupos que se politizam e vão em busca de um direito social e político, que é o de garantir terra para plantar, produzir e prover sua própria subsistência.

A Constituição de 1934, embasado pelo fervor da Revolução de 30 vinculou a propriedade rural ao interesse social, conforme disposto no art. 113 §17 que dispõem sobre:

“É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público exija ressalvado o direito à indenização ulterior”.

A Constituição de 1937, outorgada durante o Estado Novo, não trouxe mudanças significativas em relação à propriedade rural, sendo que a única alteração foi com o

Decreto-Lei 3.365/41, para disciplinar as desapropriações, diploma este que continua vigente até os dias atuais.

A Constituição de 1946, outorgada no período pós II Guerra Mundial reafirmou o direito à propriedade da terra ao interesse coletivo, disposto no art. 141 §16:

“É garantido direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior”.

A força de trabalho, ora indígena, ora escrava<sup>12</sup>, ora de colonos europeus, proporcionou o sucesso dos empreendimentos agropecuários aos proprietários rurais com um custo bem baixo e com seu enriquecimento cada vez maior.

Segundo Caio Prado Júnior<sup>13</sup>:

“O virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles. [...] os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias – disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho” (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 26).

O sucesso do setor agropecuário no Brasil desencadeou um permanente interesse no desenvolvimento deste setor econômico. Neste sentido, a questão agrária esteve sempre vinculada às diferentes fases da política econômica desenvolvida no país, bem como, suas

---

<sup>12</sup> No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil. Os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos.

<sup>13</sup> Caio Prado Júnior nasceu na cidade de São Paulo em 1907. Membro do PCB desde 1931 se destacou pelos estudos realizados sobre a sociedade brasileira. No início dos anos de 1960 publicou na Revista Brasiliense uma série de trabalhos no qual analisou a questão agrária

crises e evoluções<sup>14</sup>. No período colonial as atividades agrárias não se constituíam ainda em um setor claramente delimitado. As atividades estavam ligadas ao extrativismo, à cultura nômade e às atividades de exploração de recursos da terra para a subsistência, principalmente por parte dos escravos. Segundo Szmrecsányi:

[...] havia casos também nos quais as culturas de subsistência constituíram atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo tipo – inclusive, e principalmente, de capangagem “ (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 14/15).

Pode-se reconhecer em síntese quatro fases da propriedade rural brasileira sendo, que a primeira é do período colonial português, a segunda e terceira do período imperial, e a quarta do período republicano brasileiro, evidenciando que nas duas primeiras fases a propriedade rural era concessão ou doação de terra e nas demais fases, era por meio de compra da terra. Este modelo de propriedade rural brasileira proporcionou historicamente, a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários ocasionada por um processo de distribuição desuniforme das terras no país, o que deu origem a questão agrária contemporânea.

---

<sup>14</sup> SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. 14 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp. 10-21

## 2. A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Considera-se questão agrária contemporânea a partir da década de 1950, período em que a estrutura fundiária brasileira tem uma mudança significativa, levando em consideração que o crescimento da produção agrícola no Brasil, até a década de 50, se dá por conta da expansão da área cultivada e que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da sua história, subordinada à lógica do capital, sendo um setor de transferência de riquezas. A partir da década de 50 quando o Brasil dá início às reformas na estrutura sócio-econômica, com destaque para as mudanças na estrutura fundiária do país, o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, passou a ter, também, importância no aumento da produção agrícola. De acordo com os parâmetros da “Revolução Verde”, incorporou-se um pacote tecnológico à agricultura, tendo a mudança da base técnica, passando a ser conhecida como modernização da agricultura brasileira (Santos 1986).

Se por um lado, há uma significativa mudança nos meios de produção através da inserção de alta tecnologia no campo bem como a entrada no país de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, herbicidas etc., por outro lado, o processo de modernização da agricultura brasileira concretizou o processo concentração de terras nas mãos de poucos, bem como, a expulsão dos pequenos proprietários e/ou trabalhadores rurais sem terra, para cidade (Martine, 1990). Quanto maior incremento no seu uso da tecnologia a serviço do desenvolvimento da agricultura, menor o número de trabalhadores no campo, bem como, menor autonomia dos produtores, que se tornam dependentes da dinâmica industrial. A respeito da modernização Agrá comenta:

“É por ter sido um processo integrado ao movimento mais amplo do capital, que se deu à modernização da agricultura, um caráter imediatista, voltado para o aumento da produtividade no curto-prazo, buscando-se minimizar os riscos e maximizar o controle do homem sobre a natureza aumentando, cada vez mais, a capacidade de reproduzir, artificialmente, as condições da natureza. Além disso, o processo de modernização foi orientado para a modernização do latifúndio, para os grandes proprietários, potenciais compradores dos produtos industriais, cuja produção se instalara no Brasil tendo, como base, os complexos agroindustriais, que tinham como função maior o direcionamento da produção para o mercado externo”. (AGRA, 1998, p. 41)

Nas décadas de 1960 e 1970 há um aumento da concentração fundiária<sup>15</sup>. A agricultura se conectou ao desenvolvimento da economia global e os milhares de trabalhadores do campo – posseiros arrendatários<sup>16</sup> e pequenos proprietários<sup>17</sup> – foram perdendo as suas terras já que, na agricultura, não havia mais como sobreviver, assim tiveram que se deslocar para as cidades em busca de uma nova maneira de sobrevivência. Esse fato proporcionou e foi acelerador do processo de urbanização, pois os trabalhadores rurais não tendo mais como sobreviver vão para os centros urbanos em busca de novas alternativas de vida.

### **Estatuto da Terra**

Em 1964 o governo criou o Estatuto da Terra que objetivava caracterizar e solucionar os problemas da estrutura fundiária do país. O Estatuto previa a desapropriação com o objetivo de reforma agrária, especialmente nos casos que apresentassem tensão social ou mesmo para prevenir essas tensões. Contudo, para Martins (1991) este Estatuto

---

<sup>15</sup> Podemos caracterizar uma área como sendo de concentração fundiária aquela em que a maior parte das terras encontram-se nas mãos de pouquíssimas pessoas. Existe até um índice que serve para medir esta situação que é denominado de índice de GINI, se este se igualar a um maior é a concentração fundiária de um País, Estado ou município.

<sup>16</sup> Arrendatários são aqueles que exploram a terra pertencente à outra pessoa, isto é, pagam um aluguel fixo pelo seu uso e gozo.

<sup>17</sup> Pequenos proprietários são os que possuem a terra, podendo ou não residir na mesma. (Demartini, 1988 p.11)

não gerou distribuição, mas sim uma maior concentração de terras. O Estatuto abriu somente uma alternativa de correção da estrutura fundiária do país, na medida em que possibilitou apenas a ocupação de áreas pioneiras, através de projetos de colonização que poderiam absorver os contingentes populacionais do campo, porém, isso gerou uma maior concentração devido à política de incentivos fiscais governista.

O Estatuto da Terra foi criado pela Lei 4.504, de 30-11-1964, sendo, portanto, uma obra do regime ditatorial que acabava de ser instalado no país através do golpe militar de 31-3-1964.

O Estatuto da Terra proporcionou um aprimoramento das relações jurídicas e econômicas agrárias por apresentar um conteúdo bastante evoluído, apesar de ter sido aprovado durante o governo militar. Visto que além de normatizar a propriedade rural apresenta fundamentos políticos econômicos e sociais elencando a necessidade de mudança na estrutura agrária, bem como, da importância da reforma agrária já que o Brasil ainda era considerado um país rural com 52% da população vivendo no campo.

Segundo Ismael Marinho Falcão (1995), o Estatuto da Terra foi criado para amenizar temporariamente o problema da legislação brasileira sobre bens imóveis da União e terras devolutas e, sobretudo diante da tensão social que atravessava a Nação com o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste e a eclosão do Movimento dos “Sem-Terra” em quase todos os rincões da pátria<sup>18</sup>.

Apesar dos evidentes motivos de criação do Estatuto da Terra o conteúdo se apresentava não apenas como uma Lei para regulamentar a reforma agrária, e sim para promover a organicidade e o desenvolvimento rural brasileiro. Foram criados o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

---

<sup>18</sup> Ismael Marinho Falcão, Direito agrário brasileiro, (1995, p. 191).

(IBRA) os quais depois de extintos, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O conteúdo do Estatuto da Terra, objetiva promover o desenvolvimento agrário, conforme segue:

**Art. 1º** Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

**§ 1º** Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

**§ 2º** Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

**Art. 2º** É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei<sup>19</sup>.

No período de 1967 a 1973, denominado pseudamente de “milagre econômico”, pois representou um acelerado crescimento da economia brasileira, o Brasil passou por um intenso processo de crescimento. Por “razões de Estado” e seus compromissos com a reprodução do capital, nesse momento, o tema questão agrária foi pouco abordado no âmbito das propostas ministeriais, sem deixar de estar vivo na sociedade. Com a passagem desse momento o que se constatou foi que uma minoria fora privilegiada com os resultados do desenvolvimento e que a maioria sofreu uma penalização. Como costuma acontecer, aqueles que foram mais sacrificados foram os trabalhadores, de uma forma geral e, particularmente, os trabalhadores rurais.

A partir de 1978, com o processo de distensão política, várias questões voltaram à discussão, e a agricultura é, eleita como “meta prioritária” (Silva, 1994, p.9). Nesse sentido, o tema reforma agrária volta à tona.

---

<sup>19</sup> Estatuto da Terra Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Faz-se importante caracterizar o que Silva (1994, p.11) chama de questão agrária. Para este autor ela “está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz e de que forma se produz”. O autor afirma que a questão agrária está relacionada à maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

O que se viu até o fim da década de 1970 é que apesar do Estatuto da Terra ter um conteúdo que promovia o desenvolvimento agrário, na prática, não foi aplicado.

A questão agrária se agrava ainda mais devido à forma que tem se expandido as relações capitalistas de produção no campo. A maneira como ocorre a expansão da empresa capitalista agropecuária acarretou a destruição de pequenas propriedades (unidades) de produção. Essa expansão gerou, conseqüentemente, a transformação do colono em “bóia-fria”, os conflitos entre os grileiros, posseiros, fazendeiros e índios foram agravados, além de concentrar ainda mais a propriedade da terra.

No início dos anos 1980, com a possibilidade do fim da ditadura militar e da retomada democrática no Brasil, os trabalhadores rurais puderam se reorganizar e retomar sua luta histórica pela reforma agrária, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo PT<sup>20</sup>. Em 1985 o Movimento passa a se organizar de maneira nacional. E nos anos seguintes se intensifica a luta pela reforma agrária, a Constituinte, que se concretiza com a Constituição de 1988.

### **A Constituição de 1988**

No que se refere à estrutura fundiária, a Constituição Federal de 1988 segue a

---

<sup>20</sup> Intelectuais e lideranças do recém criado Partido dos Trabalhadores.

tendência mundial, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1945. Exigiu-se que a propriedade atentasse à sua função social, ou seja, produzir e ser útil à comunidade.

A Constituição Federal de 1988, dentro do Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, nos artigos 184 a 191 define:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O artigo 186 é o principal instrumento para realização da Reforma Agrária, por considerar passível de desapropriação para fins de Reforma Agrária os imóveis que não cumpram sua função social.

Apesar dos grandes avanços da legislação, a estrutura fundiária brasileira ainda é afetada pelo seu passado colonial que herdou uma agricultura baseada no latifúndio, com o predomínio da produção agropecuária, além de ter herdado uma dependência econômica em relação ao estrangeiro, fruto do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chaves da produção e da circulação. No entanto, foi no interior

dessa estrutura econômica atrasada que começou a se processar um desenvolvimento capitalista nacional contemporâneo, bem como as novas relações sociais de produção<sup>21</sup>.

A considerável concentração da propriedade agrária brasileira pode ser de início, avaliada nos dados de conjunto do País, que segundo o IBGE no recenseamento de 1950, se apresentam da seguinte forma: os pequenos proprietários com propriedades de até 100 ha, ou seja, 85% da população rural ocupam 17% da área recenseada; os médios 6% do número total da população rural ocupam 8% das terras e os grandes que são apenas 9% da população rural, ocupam 75% da área. (IBGE – 1955).

Esta estrutura parece não ter mudado muito como mostra o Censo Agropecuário de 2006, cujos dados se apresentam da seguinte forma: os pequenos proprietários com propriedades de até 100 ha (minifúndio<sup>22</sup>), que representam 85% dos imóveis cadastrados, ocupam 7,8% desta área. Já a grande propriedade, que representa 1,2% dos imóveis cadastrados, ocupa 55% desta mesma área (IBGE/ 2006).

Esta distribuição da propriedade rural é agravada ainda mais, pela circunstância de que, em geral, é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização. Esta estrutura faz com que os pequenos proprietários, que constituem 85% da população rural não disponham de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado.

Esta estrutura fundiária faz com que o meio rural brasileiro ainda esteja muito atrasado, com muita violência, por razões em parte históricas, relacionadas com a forma

---

<sup>21</sup> PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 14ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 29.

<sup>22</sup> Minifúndio: conceito oriundo do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que definia minifúndio como o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural. Por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Com o advento da Lei n.º 6.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR, o módulo considerado passou a ser o módulo fiscal, estabelecido para cada município e que contempla: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar.

como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo, e política agrícola que privilegia a emergência de um novo meio rural, composto tanto pelo *agrobusiness* quanto por novos sujeitos sociais: alguns proprietários neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos, etc.).

A utilização da terra, em benefício de uma minoria, foi um dos principais fatores que influenciou na constituição da população trabalhadora rural (sem terras e ou assalariados rurais) a uma baixa qualidade de vida, tanto em seus aspectos materiais, quanto culturais. Sendo assim, o papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro em sua maioria é a de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi à agropecuária brasileira<sup>23</sup>.

Padrões esses que beiram, muitas vezes, formas caracteristicamente servis e que, indiretamente, e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos, visto que, boa parte do potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece à cidade, concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço.

A estrutura fundiária brasileira é altamente concentradora, sendo que em virtude dessa situação aqueles que sofrem mais diretamente com essa exploração continuamente se mobilizam contra ela. Propagam-se as lutas. Reivindica-se o fim dessa situação de exclusão fundiária, o qual faz com que os trabalhadores entrem em cena e, como afirma Silva (1994), os trabalhadores rurais brasileiros reclamam reforma agrária que favoreça a distribuição da renda e mude a estrutura política e social no campo, rompendo com o monopólio da terra e permitindo que os trabalhadores se apropriem dos frutos do seu trabalho.

---

<sup>23</sup> PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 14ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 25.

Nesse sentido, a modificação da estrutura fundiária brasileira só acontecerá com a implantação da reforma agrária, bem como a implantação de uma política agrícola consistente voltada à agricultura familiar<sup>24</sup>, como meio de modificar as condições precárias do campo brasileiro, e com isso possibilitar melhoria da qualidade de vida da população trabalhadora rural evitando o êxodo rural.

A política agrícola brasileira tem como objetivo principal a produção, não se preocupando com as relações de trabalho e condições de vida da população rural. Enquadra-se nos moldes do neoliberalismo, que se caracteriza pela formação de mercados desiguais, concentração econômica e predominância de grandes empresas transnacionais. Desta forma, o modelo agrícola difundido pelo neoliberalismo defende o crescimento econômico dirigido pelo mercado, ou seja, o capitalismo resolve seus próprios problemas e não é necessário contrariar suas regras. Por esses motivos, que o capitalismo é contrário a agricultura sustentável, pois esta apresenta uma proposta mais imediata, a qual implicaria em contrariar as regras do capitalismo e forçar o desenvolvimento que ele não é capaz de realizar.

A Reforma Agrária brasileira definida na constituição de 1988 enquadra-se nos moldes do capitalismo monopolista atual, reduzida a um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, priorizando a produção, com insatisfatória atenção à questão dos indivíduos e categorias sociais da população rural.

Por esses motivos o MST e outros movimentos dos trabalhadores rurais, defendem uma redistribuição de terra, uma nova política agrária, com abordagem da agricultura sustentável, que proporcione melhorias sociais e ambientais pela combinação

---

<sup>24</sup> Agricultura familiar: pode ser considerado um avanço e ao mesmo tempo um retrocesso: é um avanço em relação à visão de que somente relações capitalistas predominariam agricultura. Mas é um atraso, ao entender que seja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integralidade, entre o trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001:36)

de práticas agrícolas modernas e tradicionais que aumentem a produção de alimentos e conservem o meio-ambiente. Combatem a agricultura convencional, que busca o crescimento econômico, concentração de terras e riquezas, não se importando com a degradação do campo e com os direitos de cidadania do trabalhador rural. Esta nova forma de pensar a agricultura e a reforma agrária pelos movimentos rurais tem consonância também com os movimentos urbanos, nacionais e internacionais, que lutam contra o capitalismo excludente no contexto da globalização neoliberal.

Pelo exposto, no presente capítulo, a questão agrária na História brasileira, no passado e no presente, pode ser entendida como um problema estrutural, não devidamente solucionado, contribuindo particularmente para a profunda e constante desigualdade econômica e social do país ao concentrar terra e riqueza nas mãos de uma elite dominante do campo.

As diferentes soluções legais e políticas propostas ao longo da história, até os dias de hoje, revelaram-se reafirmadoras do modelo agro-exportador e da prevalência da produção sobre o bem estar e os direitos de cidadania do trabalhador rural.

## CAPÍTULO II - O FENÔMENO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

Minha vida é andar por este país  
Pra ver se um dia me sinto feliz  
Guardando as recordações  
Das terras onde passei  
Andando pelos sertões  
E dos amigos que lá deixei  
(...)  
Mar e terra, inverno e verão  
Mostro sorriso mostro alegria  
Mas eu mesmo não  
(...)  
Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil

O presente capítulo trata do fenômeno migratório buscando compreender a realidade brasileira que vai além do dualismo campo-cidade, enfatizando os deslocamentos populacionais, uma ação social decorrente do contexto historicamente determinado que propicia diferentes oportunidades e motivações para os agentes sociais nele atuantes. Esses deslocamentos passam por um processo decisório que se atualiza em diferentes níveis. É uma decisão individual, familiar e social que se refere a uma parcela da população, e, embora, não ocorra sem uma forte pressão estrutural possui motivações de ordem subjetiva. A migração ultrapassa a relação de complementaridade e funcionalidade do desenvolvimento urbano-industrial e se constitui numa estratégia de sobrevivência.

Para entender o processo migratório brasileiro, analisaremos os principais movimentos migratórios responsáveis pela formação populacional brasileira, da origem dos indígenas, à colonização do Brasil pelos portugueses, imigração empreendida pelos

européus para o Brasil nos séculos XVIII, XIX e até no início do século XX, bem como o deslocamento interno no território brasileiro.

## 1. APROXIMAÇÕES AO CONCEITO DE MIGRAÇÃO

O verbete **emigrar**, segundo o dicionário da língua portuguesa, é uma palavra de origem latina que quer dizer “deixar um país, geralmente o de origem, para ir estabelecer-se em outro” (Michaelis, 1998, p. 783). Já **imigrar ou migrante** é palavra cujo significado está ligado ao ato de “entrar num país estrangeiro, para nele viver” (Michaelis, 1998, p. 1.129). Para Sayad, a imigração “é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço [...] físico” (1998, p. 15), “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (Sayad, 1998, p. 16). Ainda que se trate do mesmo fenômeno, denomina-se **imigração** quando o ponto de observação é o da recepção de massas migratórias e **emigração** quando o fenômeno é observado desde o lugar emissor.

O que nos leva à conclusão de que migração é a ação e efeito de emigrar ou deixar o próprio país para ir viver em outro. Também por extensão se denomina migração os movimentos da população que se produzem dentro do próprio país. O termo emigração

refere-se ademais ao conjunto de habitantes que trasladam o seu domicílio, seja por um tempo ilimitado ou temporalmente, de um país, região ou povo a outro distinto.

O conceito de migração remete à mudança de moradia habitual para lugar novo ou diferente. Enfim, o fato migratório manifesta-se pela mudança de residência, o que implica certa estabilidade, permanência. Não cabe, portanto, admitir os movimentos oscilantes como migração, pois eles não satisfazem a esse pré-requisito.

Os movimentos migratórios, vão muito além do deslocamento físico, pois são movimentos de caráter social, político, econômico e cultural, que se estruturam através de características próprias e uma cultura marcada por lembranças do país ou região de origem e por outros traços significativos que os imigrantes construíram no país ou região em que se instalaram. Conservando as lembranças comuns e as repetições de rituais, como as festas familiares, aliadas à conservação de saberes e de símbolos do grupo, fatores fundamentais para a construção de um sentimento de pertencer e para a construção de uma identidade.

Segundo Hily imigrar é:

“... deslocar-se, circular, não equivale somente a percorrer espaços, mas também apropriar-se de territórios (físicos, sociais, simbólicos), produzir novos territórios, ampliá-los, participar na produção de riquezas, contornar os dispositivos de controle, jogar com as fronteiras identitárias ou construir novas” (HILY, 2003, p. 34)

A migração é um fenômeno sócio demográfico de grande transcendência, em cuja etiologia participam normalmente múltiplos fatores, no entanto, diferenciamos dois tipos causais essenciais: as causas permanentes e as causas cíclicas.

São causas permanentes: aquelas que existem quase constantemente e que se traduzem por um verdadeiro desequilíbrio. Pois existem em todos os aspectos da vida do

país (socioeconômico, cultural, ideológico, nível de vida, etc), condições necessárias para a aparição da migração isolada ou de migração em pequenos grupos (não familiares).

São causas cíclicas: a existência deste tipo de causas migratórias depende da existência das causas permanentes. Quer dizer que as causas cíclicas são capazes de agir sobre um fenômeno migratório já existente na realidade, ou, pelo menos, em potência. No primeiro caso, elas imprimem certas características específicas, essencialmente comportamentais, quer moduladora, quer aceleradora, quer retardadoras do fenômeno migratório, quantitativamente e/ou qualitativamente. No segundo caso, elas são os fatores precipitantes ou desencadeantes (decisivos) da emigração. A exemplo, os fenômenos econômicos são cíclicos.

Segundo Soares:

“As migrações apresentam dimensão coletiva e certas regularidades que se devem ao caráter cíclico/recorrente da lógica social, econômica e demográfica que as preside. Nessa dimensão coletiva inscreve-se o indivíduo, o migrante, que pode participar uma ou várias vezes do processo migratório, ou seja, os motivos individuais manifestam-se no quadro geral das condições sociais, econômicas e demográficas: as pessoas que possuem menor renda podem estar mais propensas a migrar do que as que têm renda maior, os jovens mais propensos a migrar do que velhos; solteiros mais, do que casados etc.(SOARES, 2002, p. 68)”

Na maioria das grandes migrações ocorrem conseqüências, tanto para população que migrou como para a população que a acolheu: no ambiente de saída: quebra de equilíbrio, alteração das relações sociais, quebra nos padrões culturais tradicionais em certos casos, desertificação; no ambiente de chegada, são: quebra de equilíbrio, alteração das relações sociais, quebra nos padrões culturais tradicionais de comportamento, aumento da criminalidade, acirramento da competição e de disputas, tanto por oportunidades de emprego, quanto pelo uso dos bens públicos (disputas concretas e simbólicas, incluindo

alteração da concepção do que seja “bem-comum”), além do acréscimo da demanda por políticas sociais públicas.

Considerando-se o processo decisório de migrar como prática social que se constrói em sucessivas decisões, o migrante, o agente deste processo, redefine simbolicamente sua condição social condicionado por um patrimônio sociocultural específico acumulado no curso das experiências anteriores e que orienta as estratégias ulteriores.

Em busca de melhores condições de vida, os indivíduos deslocam-se no espaço social, ocupando ao longo do tempo diferentes posições. Essa mobilidade da população ou seus deslocamentos pelo espaço não são aleatórios, mas estão intimamente relacionados à contextualização socioeconômica local e até mundial. Os fatores podem ser de ordem natural, política, militar, religiosa, étnico-racial e econômica.

Fator natural: catástrofes como terremotos, enchentes, clima.

Fator político: divergência de ideologias, formação de novos estados, perseguições.

Fator militar: guerras e revoluções.

Fator religioso: conflitos religiosos.

Fator étnico: discriminação das origens.

Fator econômico: migração em busca de empregos e melhores condições de vida.

Considerando que migrar é trocar de país, de estado, de região ou até de domicílio e que, segundo a definição do IBGE – “migrante é todo aquele que reside fora do município de nascimento”.

A resposta à questão censitária sobre o lugar de nascimento do pesquisado

classifica como migrante a pessoa que foi recenseada em lugar diferente de onde nasceu e, como não-migrante, o que foi recenseado no mesmo lugar de nascimento. Esse tipo de informação encobre elementos importantes da dinâmica migratória, a saber: I) da trajetória realizada pelo migrante, que pode ser complexa e constituída de muitas etapas intermediárias, só dá a conhecer a origem primeira lugar de nascimento; II) a migração de retorno não é captada – não leva em conta as pessoas que se mudaram do lugar de nascimento e, posteriormente, a esse lugar, retornaram; e III) a ausência da data em que se deu a migração encobre os desdobramentos, os efeitos diferenciados desse processo sobre a dinâmica populacional de determinado lugar, ao longo do tempo (RIGOTTI, 1999).

A teoria da atração e expulsão é o mais amplo arcabouço conceitual sobre as causas da migração. Consiste na reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que justificam as pessoas a deixarem sua região de origem e até mesmo o próprio país, determinando os grandes fluxos migratórios. De acordo com o Manual X das Nações Unidas, os principais fatores de atração e expulsão são: I) o elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento – nesses países, o excedente de mão-de-obra, gerado pelas altas taxas de crescimento populacional, não é absorvido de forma produtiva, o que leva à emigração para países desenvolvidos; II) a pobreza – privação econômica estrutural; III) o desequilíbrio da renda; IV) a estagnação econômica; e V) as violações aos direitos humanos, resultantes de problemas políticos e sociais, que têm um efeito destabilizador sobre a sociedade, e podem conduzir à migração forçada (NACIONES UNIDAS, 1997).

Com o intuito de melhor caracterizar o processo que se desenrola nos locais de origem, Singer (1980) adota a seguinte classificação no que se refere aos fatores de expulsão:

a) **fatores de mudança:** “que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”.

b) **fatores de estagnação:** “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitáveis como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (SINGER, 1980, p.224)

Para Ravenstein (1980) a longa trajetória de análise dos movimentos populacionais, em associação com o desempenho das atividades econômicas, exprimem o reconhecimento de que prevalecem as causas econômicas nos deslocamentos humanos: i) os fluxos migratórios gerados pela busca de melhores condições materiais de vida superam, em muito, os fluxos cujos motivos não são econômicos; e ii) as correntes migratórias que se dirigiram para os centros industriais e comerciais resultaram da demanda por mão-de-obra.

Essa perspectiva teórica afirma que a migração internacional, bem como sua contraparte interna, é causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho; desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais: países e/ou regiões com excesso de força de trabalho, em relação ao capital, respondem com baixos salários; e países e/ou regiões com limitada força de trabalho, em relação ao capital, com altos salários. A resultante do deslocamento populacional torna-se, então, evidente: de países e/ou regiões com baixos salários ou com excesso de mão-de-obra para países e/ou regiões com altos salários ou com escassez de força de trabalho. Sendo assim podemos dizer que a migração, ocorre principalmente por indivíduos que esperam obter um retorno líquido positivo, geralmente monetário, desse movimento, o qual se origina do desequilíbrio ou da descontinuidade entre os mercados de trabalho.

## **2. O PROCESSO MIGRATÓRIO: ASPECTOS HISTÓRICOS**

A migração, no Brasil, em cada período, apresentou vários objetivos: o povoamento dos chamados “vazios demográficos”, a substituição da mão-de-obra escrava, a criação de núcleos voltados à agricultura de abastecimento e o fornecimento de trabalhadores para as obras públicas.

A história das migrações para o Brasil está intimamente ligada com os povos ameríndios que foram os primeiros colonizadores, realizados cerca de 48/60 mil anos atrás, no sentido de que se propagaram pelo território. Sua origem ainda não foi plenamente esclarecida, mas a opinião mais aceita é de que descenderiam de antigas raças asiáticas e da Oceania que teriam chegado à América pelo estreito de Behring ou pela navegação no Oceano Pacífico vindos da Austrália, Malásia e Polinésia. No decorrer do tempo, o Brasil foi povoado por centenas de povos com línguas, tradições culturais e religiões diferentes. Alguns deles – os tupis-guaranis - migravam constantemente em busca da “terra sem males”.

O Brasil sempre foi um país receptor de migrantes. Desde a descoberta, em 1500, até recentemente, grandes contingentes de migrantes atravessaram os mares para aqui se estabelecerem e, em muito, foram responsáveis pela construção da nação brasileira. Seja pela transferência forçada de africanos, como escravos, seja pela vinda de europeus e asiáticos de diversas origens, a imigração, pode-se dizer, foi parte constitutiva da nação brasileira, plural e miscigenada. Este processo foi engendrado e gerido pelo Estado brasileiro que, desde a independência, se utilizou da migração internacional para implementar a colonização e a ocupação do território, em distintos momentos e períodos.

Conforme descrito no capítulo anterior, a partir do descobrimento, em 1500 até 1822, as terras brasileiras eram controladas pela Coroa Portuguesa, que repassava o direito de uso da terra de acordo com a confiança, conveniência e interesse. A distribuição de terras era utilizada como meio de ocupar as áreas desabitadas e principalmente para facilitar o controle do território. E por fim, o uso agrário para produzir produtos tropicais apreciados na Europa. Foi nesse período que foram introduzidos as “plantations” (grandes propriedades rurais que utilizavam mão-de-obra escrava na qual cultivavam uma única cultura com destino à exportação).

Os primeiros escravos brasileiros foram os índios que habitavam as terras brasileiras. No entanto, os europeus não conseguiram dobrar a resistência desses povos. Muitos deles foram extintos. Para suprir a falta de mão-de-obra, no século XVI (década de 1530), iniciou-se o tráfico negro. Vieram para o Brasil escravos comprados ou capturados na África. Inicialmente, chegaram escravos de Guiné. A partir do século XVIII, a maior parte dos cativos era trazida de Angola e, em menor medida, de Moçambique. Na Bahia, os escravos eram majoritariamente oriundos do Golfo de Benin (atual Nigéria). Os escravos e as escravas eram tratados como simples mercadoria - “estoques” ou “peças” - e destinados a alimentar o comércio triangular entre Europa, África e Américas, comércio que enriqueceu apenas o primeiro dos três continentes. Até o fim do tráfico negro, em 1850, cerca de 5 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil, 37% de todo o tráfico negro efetuado entre a África e as Américas.

De acordo com documentação do Memorial do Imigrante de São Paulo: o grande fluxo imigratório em direção ao Brasil foi efetuado no século XIX e início do século XX. Para se ter uma idéia do impacto imigratório nesse período, entre 1870 e 1970, entraram no Brasil um número superior a cinco milhões de imigrantes. Esses imigrantes foram

divididos em dois grupos: uma parte foi enviada para o Sul do Brasil, onde se tornaram colonos trabalhando na agricultura, todavia, a maior parte foi enviada para as fazendas de café do Sudeste. Os colonos mandados para o Sul do país foram, majoritariamente, alemães (a partir de 1824, sobretudo, da Renânia-Palatinado, Pomerânia, Hamburgo, Vestfália, etc) e italianos (a partir de 1875, sobretudo, do Vêneto e da Lombardia). Ali foram estabelecidas diversas colônias de imigrantes que, ainda hoje, preservam os costumes do país de origem. Para o sudeste do país chegaram, majoritariamente, italianos (sobretudo, do Vêneto, Campânia, Calábria e Lombardia), portugueses (notadamente oriundos da Beira Alta, do Minho e Alto Trás-Os-Montes), espanhóis (sobretudo, da Galiza e Andaluzia), japoneses (sobretudo de Honshu e Okinawa) e árabes (do Líbano e da Síria).

#### Segundo Levy:

“É estimado em 1,66 milhão e 1,62 milhão, respectivamente, de migrantes portugueses e italianos no Brasil entre 1872 e 1972, de um conjunto de 5,35 milhões de imigrantes internacionais, no período. Portugueses e italianos são os grupos mais expressivos de imigrantes, seguidos pelos espanhóis (716 mil). Foi significativa também a entrada de alemães (223 mil). Entretanto, no que se refere à migração de retorno, a nacionalidade de maior expressão foi a italiana, com um índice de 10,61, seguida pela espanhola (5,50), alemã (4,31) e portuguesa (3,79), no mesmo período.” (LEVY, 1974, p. 62).

Com a expansão da produção cafeeira, no ano de 1850, e também com a Lei Eusébio de Queiroz, que vetou a prática de tráfico negreiro, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava. Além dos europeus (italianos, espanhóis, alemães e poloneses), outros grupos vieram, como os turcos, holandeses, japoneses, chineses, sul-coreanos, sírio-libaneses, judeus, latino-americanos, entre outros.

#### Segundo Rocha:

“A partir de 1808, com a abertura oficial dos portos brasileiros aumentou a entrada de estrangeiros no País e, com a Independência em 1822 acentuou-se a preocupação em resolver a questão da ocupação do território. Inicialmente, a imigração tinha como objetivo o povoamento e a defesa das fronteiras, no Império, com a política imigratória estimulando a entrada de novos grupos populacionais. Em decreto de 25 de novembro de 1808, D. João VI permitiu a concessão de sesmarias a estrangeiros, reafirmado na lei de 1820, que serviu de base para a fundação de colônias sob o amparo do governo (REIS, 1961, p.75-76). Em São Paulo, por exemplo, fundaram-se as colônias alemãs de Santo Amaro e Itapecerica, em 1829, mas antes outras foram fundadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. No entanto, muitas críticas apareceram com o descontrole na entrada de imigrantes e também com o fracasso em muitas das colônias.” (ROCHA, 2007, p. 22).

Com a chegada dos europeus as causas das migrações mudaram: os deslocamentos transformaram-se em verdadeiras fugas da escravidão, do genocídio, das doenças, da negação das próprias culturas e religiões. Os sobreviventes dessas fugas perdiam o direito de ir e vir, condenados ao trabalho forçado que alimentava o sistema colonial. Acostumados à mão-de-obra escrava e ideologicamente, comprometidos com uma sociedade estratificada, os fazendeiros do café dispensaram aos colonos praticamente o mesmo tratamento que estavam acostumados a empregar no trato com os escravos. Antes mesmo de embarcar, os emigrantes eram obrigados a assinar os contratos de trabalho, desconhecendo inclusive as condições em que este deveria ser realizado. Na realidade, estes contratos eram elaborados visando obter vantagens para os proprietários de terras, sem oferecer a mínima segurança aos colonos, que, de boa fé, os assinavam.

Muitos dos imigrantes que chegaram ao país vieram sem dinheiro, visto que a grande maioria vinha porque tinha sido expulso de suas terras de origem, devido às crises econômicas, conflitos internos, questões políticas e perseguições. O Brasil oferecia a possibilidade de terras e de mão-de-obra. Com isso pode se confirmar também a hipótese de que o emigrante quase sempre alimentava a esperança de retornar à terra natal, como segue na afirmação de Fausto:

“**Fazer a América** era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prioridade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem. Por isso, aceitavam quaisquer trabalhos que lhes oferecessem, ainda que de baixo status, porque esses trabalhos aparentemente sem perspectivas proporcionavam-lhes melhores salários do que os pagos em seus países. Para cerca da metade dos imigrantes que chegaram, essa estratégia funcionou e acabaram retornando a seus países nativos” (FAUSTO, 2000, p. 24).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Brasil, ao receber milhares de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses consolida seu caráter imigratório, reforça o compromisso com a imagem de um país com imensos territórios disponíveis, com recursos inesgotáveis à espera de braços industriais que arrancassem da terra generosa suas riquezas inesgotáveis (VAINER, 1995). Muitos dos imigrantes europeus foram transformados em trabalhadores sem direitos, em trabalhadores discriminados, submetidos a condições desfavoráveis de trabalho.

Conforme descrito no primeiro capítulo, a Lei de Terras, que garantia a venda de terras em leilões, também relatava que todo recurso derivado desses leilões serviria para custear a vinda de novos imigrantes europeus e asiáticos para trabalhar no Brasil. Muitos imigrantes vinham para o Brasil com promessas de adquirir terras, mas isso não acontecia, ao chegar ao país eram levados às fazendas para trabalhar, essas eram os únicos lugares que ofereciam emprego.

O trabalhador e sua família recebiam uma quantidade de pés de café para cuidar, colher e beneficiar e um lote para a produção de gêneros de subsistência, sendo o excedente vendido no mercado. Nestes dois casos, a metade do ganho ia para o fazendeiro. No entanto, esse sistema logo se mostrou frágil para os dois lados, dos imigrantes e dos fazendeiros, conforme afirma Trento:

“... as razões de insuportabilidade podem ser resumidas em três pontos: 1) era

obrigado a iniciar o trabalho crivado de dívidas, cuja extinção revelava-se particularmente difícil; 2) embora tendo sido estipulado um contrato, o fazendeiro tendia a interpretá-lo a seu bel-prazer; 3) os proprietários demonstravam uma má-fé de fundo, que se manifestava, sobretudo, em fraudes nos livros contábeis, nos pesos, nas medidas, nas taxas de câmbio e no preço dos gêneros que o meeiro comprava nas vendas das fazendas. Acrescente-se a tudo isso a falta de liberdade (que chegava à venda nos mercados de trabalhadores e famílias, mediante o pagamento, por parte do comprador, da dívida para com o antigo proprietário) e o quadro estará completo” (TRENTO, 1989, p. 21).

Assim, resultou em problemas para o proprietário, que corria o risco de perder o investimento adiantado aos imigrantes, que passaram a fugir e abandonar a fazenda e também a participar de revoltas.

A imigração européia ocorreu em condições desfavoráveis, os agentes da emigração eram remunerados em função do número de pessoas que conseguissem recrutar, aceitando, assim, qualquer candidato, sem aplicar critério algum que medisse a capacidade dos imigrantes para o trabalho agrícola. Dessa forma, misturaram-se aos elementos mais aptos, muitos velhos e inválidos, incapazes de executar as tarefas. Naturalmente, estas condições dificultaram a fixação no campo, e grande número destes imigrantes foram para as cidades, entraram em refluxo<sup>25</sup> (Rocha, 2007). Em muitos casos, eram despreparados para exercer a atividade agrícola, quanto ao assentamento dos núcleos coloniais. Esta condição de precariedade não se restringiu à dimensão econômica, atingindo também a dimensão social, cultural e moral. Fatores de natureza étnica, política e cultural influenciaram a extrema desigualdade social e contornaram especificidades identitárias à população brasileira. Estas condições desfavoráveis deram origem a outro fenômeno, o retorno ou reemigração que Caio Prado Júnior identifica, como um fator causador de instabilidade econômica.

---

<sup>25</sup> Entende-se por refluxo não um movimento de retração da imigração, mas sim um movimento que ocorre simultaneamente ao fluxo ou entrada dos imigrantes, e que também não implica em refazer o fluxo em sentido contrário, mas dar uma nova orientação ao destino do imigrante. O refluxo podia ocorrer com a reemigração para outros países ou com o retorno para os países de origem dos imigrantes(Rocha 2007).

“Muitos imigrantes europeus, depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Esta emigração de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado às entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18.000 indivíduos.” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 213).

Em decorrência das crises do café que teve início no século XX, ocorreu um refluxo de imigrantes ou uma reemigração para outros países, mas também uma grande migração interna. Os países que receberam emigrantes brasileiros foram Argentina e os Estados Unidos, conforme justifica Klein.

“Na Argentina as oportunidades econômicas relativas eram tais que muitos imigrantes foram atraídos a investir sua poupança na economia local. Artesãos qualificados e profissionais de nível superior, ademais, foram mais atraídos pela situação argentina por causa da rápida expansão tanto da agricultura como da indústria. Como os italianos eram o principal grupo de imigrantes, e de fato constituíam aproximadamente 14% da população nacional, o seu potencial para investimento da sua poupança na América era extraordinário. O fato, não obstante, de tantos terem voltado para a Itália testemunha a fortíssima intenção da maioria dos imigrantes de voltar para seu país natal.”

[...]

“De maneira geral, os mesmos fatores de diferencial de salários e alto potencial de poupança atraíram os italianos em número ainda maiores para os Estados Unidos. Lá as oportunidades para os trabalhadores não qualificados eram extraordinárias, ainda que a disponibilidade de empregos na indústria pesada e na agricultura fosse menor que na Argentina. Mas o mercado de trabalho para trabalhadores não qualificados e de baixo status estava se expandindo tão rapidamente que os italianos verificaram que mesmo a sua concorrência com outros grupos de imigrantes não era um impedimento para a rápida acumulação de poupança. O fato de a maioria deles ter voltado para a Itália é um testemunho do acerto da sua análise das condições do mercado abertas para eles.” (KLEIN, 1989, p. 110-111).

Os principais destinos da reemigração, como afirmou Klein, foram os Estados Unidos, motivados pela melhor remuneração e a Argentina que apresentava um espaço melhor de investimento, tanto na agricultura como na indústria.

Um elevado número de emigrantes foi repatriado conforme comenta Hutter quando analisa os imigrantes de origem italiana “vieram para o Brasil 23.488 e foram repatriados 9.031.” (HUTTER, 1987, p. 71). Segundo a autora, os imigrantes voltavam para sua terra natal para empregar o dinheiro ganho na América, não sendo possível, contudo, identificar com precisão numérica esses fluxos.

O processo emigratório passou a ser um problema prioritário para as autoridades competentes principalmente do Estado de São Paulo, que tentavam buscar soluções para garantir mão-de-obra suficiente para a lavoura cafeeira. Entre as principais medidas destacam-se o incentivo de imigrantes em grupos familiares bem como, incentivo a imigração de outras nacionalidades, como os espanhóis e depois com os japoneses. Como meio de evitar a reemigração e fixar os imigrantes no campo foram criadas as primeiras leis de proteção aos colonos entre as principais medidas estão: garantir aos imigrantes melhores condições de trabalho, criação da Agência de Colonização e do trabalho para supervisionar a relação de contrato de trabalho, bem como as condições de trabalho dos imigrantes.

A imigração espanhola cresceu acentuadamente quando a imigração italiana subvencionada foi dificultada e quando uma proporção muito alta de italianos começou a deixar São Paulo, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, na maioria dos casos, para retornar à Itália ou para reemigrar a outros países. Nesse período, os números de saída de imigrantes italianos superaram os números de entrada. É justamente o período da primeira grande crise do café, início do século XX (MARTINS, 1989, p. 9).

Em 1908, ocorreu à vinda da primeira leva de japoneses que também se caracterizou como familiar sendo direcionados à lavoura cafeeira. Porém, diferenças culturais, em especial a precariedade da educação no Brasil, justificaram o êxodo rural bem como, o retorno (NOGUEIRA, 1973, p. 30).

O principal fluxo de imigração para o Brasil ocorreu entre as décadas de 1890 a 1920. Porém, nos anos seguintes o fluxo migratório em direção ao Brasil continuou intenso diminuído nas décadas de 1980 quando o processo de democratização passou a se instaurar no mundo todo.

A migração interna no Brasil sempre esteve presente desde sua colonização, destacando que as principais migrações regionais, foram:

O ciclo da mineração, em Minas Gerais, nos meados do século XVIII, que provocou um deslocamento da população litorânea para o interior do país;

O fluxo de escravos do Nordeste para as plantações de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, em fins do século XIX;

O ciclo da borracha, na Amazônia, em fins do século XIX para o início do século XX, que atraiu muitas pessoas, especialmente do Nordeste;

Segundo IBGE (2007), cerca de um terço dos brasileiros não vive no município onde nasceu. A migração interna é responsável por boa parte deste terço, segundo Alfredo José Gonçalves (2009) pode-se identificar, nos tempos atuais, cinco movimentos mais expressivos do fenômeno migratório: êxodo rural em massa, migrações temporárias ou sazonais, migrações limítrofes e/ou latino-americanas, migrações para a fronteira agrícola e migrações circulares ou pendulares:

**O êxodo rural:** Embora tenha sofrido certa desaceleração nas duas últimas décadas, permanece intenso e contínuo. Conforme dados do IBGE, o ritmo da urbanização no país vem diminuindo progressivamente, mas as taxas ainda se mantêm elevadas. Não apenas as capitais e metrópoles, mas também as pequenas e médias cidades vêm absorvendo o afluxo do êxodo rural.

**As migrações temporárias ou sazonais** ocorrem, especialmente, em direção às safras agrícolas. As safras da cana-de-açúcar, do café, da laranja, da uva, do tomate - entre outras - são responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores que, por um período de 4 a 7 meses, deixam sua terra natal e se dirigem às regiões da agro-indústria. Entre os principais estados de origem destacam a Bahia, Ceará, Paraíba. Quanto ao destino, podemos citar os estados de Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. São Paulo, Minas Gerais e Paraná, por exemplo, são simultaneamente pólos de origem e destino desses trabalhadores.

**Migrações circulares ou pendulares** o movimento diário ou semanal de trabalhadores dentro das grandes metrópoles ou entre localidades vizinhas. Podemos citar, ainda, os "bóias-frias", os quais, embora trabalhando na zona rural, povoam as chamadas "pontas de rua" das pequenas e médias cidades.

O **movimento de migrantes em direção à fronteira** agrícola em menor proporção na última década, visto que estão se esgotando as "terras livres", aumento significativo do valor de compra, bem como acúmulo nas mãos de poucos latifundiários e de empresas agroindustriais, pecuaristas ou mineradoras.

**As migrações limítrofes**, como o nome sugere, ocorrem na fronteira do Brasil com os países vizinhos: Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru e Venezuela. Por um lado, podemos assinalar o constante vaivém de pessoas que cruzam e recruzam a fronteira pelos mais diferentes motivos, desde o tráfico de drogas até a busca de emprego. Cidades como Corumbá (MS), Guajará-Mirim (RO), Foz do Iguaçu (PR) - só para citar algumas - são palco freqüente desse ir e vir.

Salim (1995) aponta que o fluxo mais antigo de emigração de brasileiros foi aquele estimulado pela expansão da fronteira agrícola do país. Os agricultores da região

Sul, ao seguirem rumo ao centro-oeste, extrapolaram a fronteira nacional e passaram a cultivar terras do vizinho Paraguai, são conhecidos como brasiguaios. Esta ocupação foi estrategicamente planejada pelos governos dos dois países, notadamente o Tratado de Aliança e Cooperação Econômica (1975), que previa a povoação do território paraguaio com mais de 1,2 milhões de brasileiros – 45% da população do Paraguai, em uma área de quase 122 mil quilômetros quadrados, cerca de 30% do território paraguaio. O objetivo precípua era criar uma “cerca viva” ao redor do lago de Itaipu e assegurar a expansão da fronteira econômica brasileira no Paraguai, de forma a consolidar o Tratado de Itaipu, assinado em 1973, que possibilitou a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Patarra e Baeninger (1995) estimaram em 30 mil o número de agricultores brasileiros vivendo na região de Misiones, na Argentina (os chamados brasentinos), além de aproximadamente 2,8 mil vivendo do garimpo na cidade venezuelana de Santa Elena do Uaiare, 20 mil brasileiros no Uruguai, 15,4 mil na Argentina, 15 mil na Guiana Francesa, 13 mil no Suriname, 6,6 mil na Bolívia, 3 mil no Peru, 5,3 mil na Venezuela (3 mil em Santa Elena do Uaiare) e 500 na Guiana, todos os países limítrofes com o Brasil. Entretanto, é importante destacar que, enquanto o movimento transfronteiriço nos países do Cone Sul tem relação com a expansão da fronteira agrícola brasileira, no caso da fronteira norte (Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela) a migração está mais diretamente relacionada ao movimento de garimpeiros.

Nos anos 1980, com a alteração das condições estruturais que deram suporte ao padrão migratório do período 1940/1980, algumas regiões do Brasil passaram a contribuir com modalidades de movimentos populacionais bem mais complexas. A literatura aponta como traços principais desses movimentos: 1) a redução do volume dos fluxos migratórios internos de longa distância; 2) o maior peso das migrações de curta distância e intra-

regionais; 3) a maior incidência das migrações de retorno; 4) a alteração da tendência à concentração urbana nas grandes capitais e regiões metropolitanas e 5) a emigração internacional (SOARES, 1995a; ASSIS, 1995; SALES, 1999; MARTES, 1999).

Os brasileiros que apostam na emigração internacional, como uma saída para ascensão profissional, não tem apontado para um fluxo com destino a uma única região ou país de destino. Ao contrário, a diversidade de anseios e objetivos, bem como de facilidades oferecidas pelos países de destino, geralmente por graus de parentesco ou descendência, tem contribuído para a existência de vários fluxos distintos.

Nos últimos vinte anos, todavia, em decorrência das prolongadas crises socioeconômicas e da redução das oportunidades no mercado de trabalho, houve um importante fluxo emigratório. Trata-se de uma emigração de natureza econômica: os brasileiros buscam melhores condições de emprego nos países ricos. Hoje, mais de 2 milhões de brasileiros moram no exterior. Desse total, mais de 200 mil estão no Japão, os chamados decasséguis (filhos e netos de japoneses que vão trabalhar no Japão); mais de 600 mil residem na costa leste dos Estados Unidos; cerca de 165 mil estão vivendo no Paraguai (alguns são fazendeiros que dominam a produção de grãos e a pecuária daquele país).

As motivações e os objetivos do atual fluxo migratório internacional, de maneira geral, não têm relação com aquele ocorrido até o início do século XX, quando grandes levas de migrantes deixavam o velho mundo que constituído por países desenvolvidos ou em desenvolvimento para construir o mundo novo. O atual fluxo migratório ocorre inversamente, dos países com baixo grau de desenvolvimento para aqueles desenvolvidos, atraídos pela possibilidade de melhores ganhos pelo trabalho, mesmo sabendo que sua inserção no mercado de trabalho ocorre quase sempre através de ocupações clandestinas ou

precárias, cujos salários são inferiores àqueles auferidos pelos trabalhadores nacionais, além de não dispor do aparato de proteção social existente e correr o risco de ser preso ou deportado. Mesmo assim, ele se sujeita porque, no cálculo de custo-benefício, somando-se a “ilusão migratória”, que possibilita a expansão de seus benefícios econômicos, sociais e psicológicos, seu ponto de comparação são os possíveis rendimentos recebidos no país de destino, superiores aos recebidos no país de origem.

Se até o início do século XX a imigração recebia incentivo por parte dos estados, atualmente ocorre um processo inverso, o que se percebe é um grande esforço dos países desenvolvidos em evitar ingresso e a permanência de não- nacionais. Mesmo assim segundo Brito, (1995), formaram-se “redes sociais de migrantes”, ou seja, redes de informações e apoio, visando não só informar sobre as condições do país de destino como também facilitar a adaptação dos migrantes.

Se, de um lado muitos brasileiros buscam no exterior, sua ascensão profissional ou ao menos a possibilidade de melhor remuneração pelo trabalho, por outro lado, existência de uma sólida rede de solidariedades, no Brasil, constitui-se em um centro de atração para a população de alguns países de sua periferia, como bolivianos, peruanos e colombianos, que têm migrado clandestinamente para os grandes centros urbanos brasileiros. Estes imigrantes indocumentados se submetem a uma superexploração, já os imigrantes vindos da Coreia têm se estabelecido no comércio, onde controlam o comércio de pequenas bugigangas importadas ilegalmente do oriente e que são vendidas diretamente por eles em shopping centers em pequenos boxes ou através de camelôs nas ruas dos centros das grandes cidades.

A partir dos anos 1980, os fluxos intra-regionais e até intra-estaduais tornaram-se mais significativos, especialmente na região nordeste, com a consolidação de várias

metrópoles ao redor das capitais de cada estado nordestino. Por conta do Brasil já ser um país predominantemente urbano, os fluxos migratórios encontram-se em menor dimensão em relação às décadas passadas, e concentram-se mais na ocupação de espaços com maior dinamismo (em geral cidades médias do interior e algumas capitais, além da fronteira agrícola). Ações sociais como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família também contribuem para reduzir os fluxos migratórios, ao responder mais rapidamente situações de calamidade pública especialmente em função da seca, que intensificava os fluxos no passado.

O Censo do IBGE de 2000, apontava que o país tinha cerca de 180 milhões de habitantes. Atualmente, segundo Censo de 2006, soma-se 183,9 milhões de habitantes. Em 1920, apenas 10% da população brasileira vivia em áreas urbanas, sendo que, cinquenta anos depois, em 1970, a porcentagem já chegava a 55,9%. Atualmente, de acordo com os dados do Censo 2000, 137.669.439 brasileiros residem na zona urbana, o que corresponde a 81,22% da população. Estima-se que nos últimos 35 anos, 40 milhões de pessoas abandonaram as zonas rurais do país. O Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente rural, num país majoritariamente urbano. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra, estão entre os principais motivos do êxodo rural.

### **3. MIGRAÇÃO INTERNA E O ÊXODO RURAL**

Como apresentado anteriormente, o movimento da população sobre o espaço ocorreu em toda a história da humanidade, sendo um dos responsáveis pelo povoamento dos continentes e a diversificação cultural hoje existente. Entretanto, após o surgimento da

indústria, a migração interna ganhou um contorno diferente do que até então possuía. A formação de uma sociedade urbana- industrial impôs transformações no meio rural que em grande parte resultaram na destruição das atividades de subsistência, colocando o campo como local de origem de intensos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos (Durham, 1984; Nunes, 2002).

Segundo a definição do FIBGE:

“na situação urbana considera-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes as cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomeramentos rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (FIBGE, 1997)

Segundo o Manual X das Nações Unidas, o Brasil é um dos países com maior número de rotatividade dentro do próprio território, com isso podemos dizer que vivemos em um país de migrantes. Ao analisarmos a formação histórica da população brasileira percebemos que somos a maioria imigrantes ou descendentes de imigrantes. A instabilidade econômica e a busca incessante por melhores condições de vida fazem com que milhares de pessoas se desloquem de um lado para o outro, em busca de emprego ou em busca de melhores condições de trabalho. Essa busca se dá tanto do campo para cidade, da cidade para o campo e entre as cidades e estados. O fenômeno é comum no campo, famílias com terra ou sem terra perambulam no país em busca de terras ou empregos ligados à agropecuária.

O processo de urbanização no Brasil iniciou-se em 1532 com a fundação da Vila de São Vicente, no litoral paulista. Salvador, a primeira cidade brasileira, foi fundada em 1549.

O primeiro surto de urbanização verificou-se no século XVIII, com o ciclo da mineração. A atividade mineradora contribuiu para esse processo por vários motivos: provocou a transferência da capital da Colônia (de Salvador para o Rio de Janeiro – 1763) e o deslocamento do eixo produtivo do Nordeste açucareiro para o Sudeste aurífero, originando inúmeras vilas e cidades (Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, Cuiabá e outras) e promovendo a interiorização do crescimento econômico do País.

Foi a partir do período republicano que a economia agrária cafeeira, influenciada pelos preços do mercado mundial, financiou sua expansão e também proporcionou uma diversificação agrícola, bem como uma urbanização e um surto industrial. A construção do parque industrial de São Paulo propiciou um crescimento surpreendente durante os primeiros anos da República. Ou seja, os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria, graças ao crescimento da renda, ao desenvolvimento do comércio de exportação e importação e à imigração, além de outros fatores. Esse panorama produziu, na sociedade paulista do período, uma multiplicação de profissões e ocupações a que se dedicaram os imigrantes que se dirigiram para São Paulo. O crescimento atingiu também pequenas cidades do interior, que se urbanizaram e estabeleceram novas relações de produção e consumo.

#### Segundo Oliveira:

“Uma das manifestações desse estágio é a rede urbana interiorana, e a própria feição que as cidades assumem. Não apenas o Rio de Janeiro e São Paulo, mas também as pequenas e médias cidades do interior paulista experimentam à época transformações em sua paisagem social e urbana. Investimentos em infraestrutura alteraram as condições de vida nas pequenas e médias cidades do interior, seguindo muito de perto ou sendo mesmo contemporâneas àqueles da capital.” (OLIVEIRA, 1992, p. 11).

A partir da década de 1889 uma crise é desencadeada pelos ciclos de

superprodução, os quais produziram oscilações na oferta e nos preços e variações na procura de mão-de-obra e no valor dos salários, como pode ser visto na afirmação de Stolcke:

“Em meados de 1890, os preços internos e mundiais do café começaram a decair, renunciando uma prolongada crise provocada pela superprodução, que só terminaria em 1910. No início dos anos 1890, a taxa de câmbio decrescente mantivera elevados os preços em moeda interna, mas, em 1896, mesmo o preço em mil-réis começou a cair agudamente. Em 1902, os estoques mundiais de café haviam atingido uma cifra sem precedentes de 11 milhões de sacas, comparada a uma demanda mundial anual de 14 milhões de sacas, no final do século.” (STOLCKE, 1986, p. 56).

Em decorrência da crise do café ocorreu uma grande mobilidade geográfica na força de trabalho rural. Os trabalhadores circulavam em áreas locais, iam de zonas mais velhas, estagnadas, para a fronteira em expansão, e abandonavam as fazendas para se tornar trabalhadores independentes, morar nas cidades, ou retornar à sua terra natal.

A lavoura do café foi o destino principal da mão-de-obra do imigrante europeu. No entanto, o café impulsionou a urbanização<sup>26</sup> e a industrialização, setores que também absorveram e impulsionaram o deslocamento dos trabalhadores rurais para os centros urbanos. As principais ocupações foram dos setores industrial, comercial e de serviços. Não se pode afirmar que as atividades profissionais indicadas no momento de saída foram as trazidas do país de origem ou se foram aprendidas e adotadas na cidade. A maioria dos imigrantes deixou o campo e migrou para a cidade e assumiram novas ou antigas profissões. As ocupações urbanas, principalmente serviços e construção, estavam sujeitas ao início e ao fim de ciclos de crescimento no Brasil.

---

<sup>26</sup> A urbanização resulta fundamentalmente da transferência de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade). Assim, a idéia de urbanização está intimamente associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito (a cidade) e na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Entretanto, por se tratar de um processo, costuma-se conceituar urbanização como sendo "o aumento da população urbana em relação à população rural", e nesse sentido só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior a da população rural.

O processo de urbanização ocorrido na década de 1930 deu-se principalmente pela intensa crise das lavouras cafeeiras, da política de regulamentação do trabalho urbano, não extensiva ao campo e o incentivo à habitação popular. Apesar deste incentivo público no final da década de 1930 o Brasil, caracterizava-se como um país essencialmente rural, apenas 31% dos brasileiros viviam em cidades, contra 69% no meio rural. Em 1980, a situação inverteu-se: 67,5% estavam vivendo em cidades, e apenas 32,5% na área rural.

A migração interna no Brasil sempre foi uma constante. Porém, a configuração espacial assumida pelas trocas populacionais internas da década de 1930 a 1970 alimentada por enormes fluxos populacionais para o eixo Rio-São Paulo e para as fronteiras agrícolas, Paraná e Centro-Oeste, foram motivados pela transferência do eixo econômico do setor primário para o secundário, fato que transformou as áreas urbanas em destino de um número crescente de migrantes, devido à industrialização e à modernização das atividades agrárias.

Outra causa da intensa migração ao longo da década de 1950 foi à sucessão de dramáticas secas que atingiram o nordeste brasileiro. Outro fato relacionado ao êxodo rural ocorreu com a construção de Brasília, no final da década de 1950. Muitos migrantes do Norte e Nordeste do país foram em busca de empregos na região central do país, principalmente na construção civil. As cidades satélites de Brasília cresceram desordenadamente, causando vários problemas sociais, que persistem até os dias de hoje.

A partir 1955, houve um grande investimento no desenvolvimento industrial nas grandes cidades da região Sudeste, com a abertura da economia para o capital internacional, diversas multinacionais, principalmente montadoras de veículos, construíram grandes fábricas em cidades como São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André, Diadema, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O resultado disso foi um grande êxodo

rural do Nordeste para o Sudeste do país. Os migrantes nordestinos fugitivos da seca do Nordeste e do desemprego foram em busca de trabalho e melhores condições de vida nas grandes cidades do Sudeste. Este processo estendeu-se com força durante as décadas de 70 e 80. Como estas cidades não ofereceram condições sociais aos migrantes, houve o esperado: aumento das favelas e cortiços, desemprego (muitos migrantes não tinham qualificação profissional para os empregos) aumento da violência, principalmente nos bairros de periferia.

A modernização do campo, que a partir da década de 1970 foi idealizada pela elite brasileira, favoreceu os interesses dos grandes agricultores e das empresas multinacionais (indústrias de insumos agrícolas, de maquinários, etc.), provocando grande exclusão dos pequenos produtores.

Dessa maneira, os pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros, etc., se viram obrigados a migrar para as cidades, pois ficaram comprimidos por uma política que favorecia apenas o grande produtor. Assim, o êxodo rural que ocorreu nesse período abrangeu pessoas de todas as idades, pois migraram famílias inteiras, desde pessoas idosas até crianças.

Segundo Ana Amelia Camarano e Ricardo Abramovay:

“A grande novidade com relação aos anos anteriores, entretanto está o sul do Brasil. Durante a década de 1970, quase metade (45,5%) da população rural que residia no sul do Brasil no início da década e vem daí nada mais nada menos que 28% de todos os migrantes rurais do país nestes 10 anos, sua população rural tem uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido”. (CAMARANO, p. 313-314)

A população rural brasileira atingiu seu maior índice demográfico em 1970 com 41 milhões de habitantes que correspondia a 44% do total populacional. Desde então o meio rural vem sofrendo declínio populacional relativo e absoluto chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total populacional. A redução da importância da população rural deve-se fundamentalmente, aos movimentos migratórios, e mais recentemente, a queda de fecundidade rural tem contribuído para intensificar o processo de desruralização.

Historicamente, o Nordeste é uma área de expulsão; o Sudeste, em particular as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de atração. Essa migração regional também ocorre do campo para a cidade. Os trabalhadores rurais vêm sendo expulsos de sua terra em decorrência da estrutura fundiária do País, da violência no campo, da mecanização da agricultura e de fenômenos meteorológicos, como os longos períodos de seca. Nas décadas de 1960 e 1970, houve mudanças na direção dos fluxos migratórios para as regiões norte e Centro-Oeste, incentivados pela política oficial de colonização. Para essas regiões, dirigiram-se não apenas os nordestinos, mas também os sulistas (em decorrência da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), grandes contingentes populacionais sem acesso à terra.

A migração do Nordeste para o Sudeste persiste como o fluxo mais significativo, mas não podemos esquecer a urbanização das regiões Norte e Centro-Oeste, bem como dos estados do Nordeste. De resto, em todas as unidades federais, com maior ou menor intensidade, prossegue o movimento de urbanização que marcou a segunda metade do século XX.

O processo de industrialização brasileira somada à modernização do campo, a imposição de novos padrões tecnológicos com elevados índices de mecanização e

utilização de insumos, que limitaram a participação dos produtores nos lucros, levando o sistema produtivo à dependência de fatores externos à propriedade, aumentando assim, os riscos de exclusão do sistema, foram e são fatores que dificultam a agricultura familiar, estimulando o êxodo rural, ou seja, migração do campo para a cidade, em larga escala.

As migrações internas ocorridas nos últimos vinte anos, todavia, em decorrência das prolongadas crises socioeconômicas e da redução das oportunidades no mercado de trabalho no meio rural, intensificou a miséria e a pobreza no campo, agravadas pela falta de infra-estrutura, pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários e pela mecanização das atividades agrárias, fazem com que grande parte da população rural se sintam atraída pelas perspectivas de um emprego urbano, que melhore o seu padrão de vida. O fascínio urbano torna-se, então, o principal fator de atração para os deslocamentos da população rural às grandes cidades. Conclui-se que as migrações internas na atualidade, é uma migração de natureza econômica, as populações das regiões mais pobres deslocam-se para as que apresentam maior desenvolvimento e oportunidade de trabalho.

Revenstein (1985, p 65) expôs em 1985 “As mulheres migram mais que os homens”. A partir dos anos 1950, apenas na década de 1970 a migração masculina superou a feminina, onde que nas demais décadas a migração feminina superou a masculina. O fluxo de mulheres do campo para cidade entre 1950 a 1980 é de aproximadamente 1,2 milhões a mais que os homens, ou seja, uma sobre migração de 19% Revenstein (1985). Levando em consideração os dados acima exposto fica evidente a masculinidade rural.

Existe ainda outra modalidade migratória no Brasil, a migração sazonal, ou seja, pessoas que se deslocam por diferentes pontos do país de forma temporária e sem pretensão de se fixar definitivamente no lugar. Nesse contexto há duas vertentes: deslocamento dos Corumbá (nordestinos que trabalham no período de estiagem na Zona da

Mata e no período chuvoso retorna para desenvolver a agricultura em sua terra natal), deslocamento de bóias-frias (nesse caso trabalhadores que vivem em cidades e trabalham no campo e migração de população de cidades-dormitórios, com deslocamento de pessoas que viviam em cidades pequenas com poucas oportunidades de trabalho e que vão diariamente trabalhar em centros maiores e áreas comerciais e econômicas mais desenvolvidas

A migração interna é um fenômeno bastante significativo no Brasil por ser este um país de grande diversidade econômica e social. Sahota (1968), Yap (1976) e Graham (1970) constataram em seus trabalhos que as disparidades de renda regionais e setoriais são as principais forças capazes de incentivar um indivíduo a migrar. Martine (1990) relatou que, historicamente, os migrantes no Brasil se moviam em direção às cidades onde as indústrias de substituição de importações se instalaram distantes do interior rural. A combinação de salários elevados no sul industrializado, com baixos salários no norte rural acelerou a saída das áreas rurais ao longo das décadas. Em estudo mais recente, Fliess e Verner (2003) enfocaram as características dos migrantes e não-migrantes. Seus resultados mostram que migrantes da região Nordeste para o Sudeste têm grandes incentivos econômicos para a migração, ao passo que os migrantes do Sudeste para a região Nordeste possuem menores incentivos.

Consideráveis disparidades econômicas continuam a existir entre as regiões brasileiras. O PIB a preços correntes da região Sudeste em 2002 é mais da metade do PIB brasileiro (56%), correspondendo a mais de três vezes o PIB das regiões Norte e Nordeste juntas (18.5%). Estas disparidades econômicas regionais incentivam a migração interna. No entanto, um breve panorama recente da migração no Brasil mostra um redirecionamento dos fluxos de trabalhadores entre as unidades federativas. Enquanto na

primeira parte do século XX intensos fluxos de migrantes do Norte e Nordeste se direcionavam para os centros urbanos crescentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de Brasília – que, desde sua fundação, absorve trabalhadores advindos de outras regiões do país - no final dos anos 90 e início dos anos 2000, a economia de São Paulo perde parte de seu dinamismo, com reflexos na geração de emprego, além de tornar-se um mercado exigente de qualificação profissional e escolaridade, passando de cidade industrial para cidade de serviços e galga a situação de cidade global. O Estado onde migrantes de todas as regiões do país buscavam oportunidades no passado já não absorve mão-de-obra e registra números de saída de trabalhadores maiores que os de entrada. Mas as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que se desenvolveram mais na última década, não apresentam resultados tão positivos de forma a equilibrar o emprego no País.

Os efeitos dos fluxos migratórios campo cidade são observados nos dois sentidos. Na saída, sofre quem parte e quem fica, na chegada, nem sempre é tranqüila a adaptação ao novo local. Nesses momentos, não raro o desespero pode bater à porta. Daí a necessidade de criar e fortalecer grupos de acolhida, por meio dos quais os laços rompidos possam ser gradualmente reatados. A integração dos migrantes com a nova vizinhança requer, por outro lado, o apoio na luta por emprego e moradia, escola e saúde, enfim, para reiniciar uma nova vida. Aqui, são de extrema importância as relações de amizade e compadrio, bem como as redes de solidariedade entre os próprios migrantes.

As análises sobre o fenômeno migratório, campo-cidade costumam enfatizar fatores de atração e de expulsão da população. Nessa perspectiva, a cidade atrai os migrantes oferecendo melhoria nas suas condições de vida e trabalho. O campo, por sua vez, expulsa a população rural por apresentar um processo de desenvolvimento seletivo que não possibilita sua permanência devido o mercado de trabalho local não apresentar

expectativas de emprego, sendo que os primeiros a se deslocarem quando atingidos por fatores de mudança são os trabalhadores rurais sem propriedade, obrigando-os a se deslocarem para cidades próximas que apresentem melhor dinamismo econômico. O que se observa na sociedade brasileira atual, é que o direito fundamental de ir e vir está na base de qualquer programa de luta pela cidadania, sendo assim, o fluxo migratório atual se dá em grande parte por livre espontânea vontade. Conclui-se com isso que a migração campo cidade é uma decisão forçada pela sobrevivência. Portanto, faz-se necessário desenvolver políticas que possam garantir o direito de poder ficar, assim muitos dos agricultores que deixaram suas terras e foram para cidade, optariam por ficar, assim como fizeram seus pais.

Nunes (2002) destacando as abordagens teóricas sobre migração interna, enfatiza que a decisão de migrar de uma área rural para uma área urbana está relacionada a probabilidade de obtenção de um emprego urbano. Sendo assim, a migração interna é um fenômeno decorrente das desigualdades regionais enquanto determinadas áreas são favorecidas pelo progresso, outras sofrem um processo de “empobrecimento”. Ou seja, a decisão de migrar do campo para a cidade significa antes de tudo uma estratégia de reprodução, independente dos condicionantes, porém, esse deslocamento dos agentes no espaço social em transformação altera o espaço de partida e o de chegada. Esse grupo social altera suas relações sociais e incorpora novas representações, algumas das quais dão novo significado à migração, à vida no campo e na cidade.

Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer, sem mais uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração. Mais apropriadamente, podemos afirmar

que os dois componentes em questão têm existido, na história do país, como duas faces de uma realidade mais ampla. Constituem, simultaneamente, causa e efeito dos problemas estruturais da sociedade brasileira.

Na contramão desse modelo, movimentos sociais, entidades e organizações populares vêm apontando soluções concretas entre elas, a construção de um projeto alternativo para o Brasil, baseado na reforma agrária, na justiça social e soberania popular, globalizando a solidariedade, para que os excluídos possam sonhar com um amanhã, renovado um desafio coletivo para a consolidação da democracia participativa brasileira, um dos principais movimentos sociais enfrentar e lutar por este desafio destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

### **CAPITULO III - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

“Não justifica num país por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terra! Isso não tem justificativa em lugar nenhum no mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos.”

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Revista Caros amigos, novembro de 2000

A trajetória do MST<sup>27</sup> bem como a luta por reforma agrária, está intimamente ligada à história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500, com a chegada dos portugueses. Das capitâneas hereditárias, à resistência dos índios ao trabalho escravo, resistência como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, Contestado, dentre muitas outras. A Lei de Terras, de 1850, ao estabelecer a compra e venda como forma padrão de aquisição da propriedade fundiária, limitando fortemente o usucapião, perpetuou a estrutura agrária desigual herdada dos tempos coloniais. A Constituição brasileira de 1946 só admitia a desapropriação de terras mediante indenização prévia em dinheiro, o que limitava fortemente tais desapropriações. Em pleno regime militar (1965), o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto

---

<sup>27</sup> O MST: é o maior movimento social popular do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina. Ele é um agenciador de redes de sociabilidade de participação social no campo. A base de atuação é no meio rural, junto aos trabalhadores rurais de origens diversas. (GOHN, 2000: 105)

da Terra<sup>28</sup>. Porém, devido o seu conteúdo ser progressista e que interferia na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado. Na Constituição Federal de 1988, os artigos 184 e 186 enfatizam a função social da terra e determinam que, quando for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária<sup>29</sup>. Porém, a única reforma agrária que temos no Brasil é organizada pelos movimentos sociais, principalmente o MST.

## **1. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA**

O Brasil é um país que teve desde sua colonização uma história de exclusão e expropriação do homem do campo. Segundo Martins (1986), as questões envolvendo a terra começam quando da ocupação do Brasil pelos Portugueses, em 1500, mas se intensificam no final do Império, com a abolição da escravatura. Ele afirma que até hoje... a terra é a fonte de poder econômico e de poder político. (MARTINS, 1993, p.91).

---

<sup>28</sup> Estatuto da Terra: Além de tratar dos aspectos ligados ao conceito de reforma agrária, o Estatuto da Terra introduziu novos conceitos, designando os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil (...) Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição de função social da terra. (MORISSAWA, 2001:99)

<sup>29</sup> Reforma agrária: é uma política pública para à democratização do acesso à terra e a formação do campesinato (FERNANDES, 2001: 27)

A palavra Reforma agrária do ponto de vista da etimologia da palavra, reformar provém de reformare (re + formare), que significa dar nova forma, refazer, restaurar, melhorar, corrigir, transformar.

Segundo a lição de Luís de Lima Stefanini, “a reforma agrária seria um conjunto de medidas administrativas e jurídicas levadas a efeito pelo Poder Público, visando à modificação e à regência de alguns institutos jurídicos, à revisão das diretrizes da Administração ou à parcial reformulação de normas e medidas, com o objetivo precípuo de sanear vícios intrínsecos e extrínsecos do imóvel rural e de sua exploração, sem a derrogação dos princípios que asseguram a propriedade imóvel”.

De acordo com Benedito Ferreira Marques, a reforma agrária tem as seguintes características:

“1) é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada, mediante a desapropriação de terras e a tributação como principais instrumentos;

2) é peculiar a cada país, porque cada qual tem a sua formação territorial diferente;

3) é transitória, um fenômeno episódico;

4) passa por um redimensionamento das áreas mínimas e máximas;

5) depende de uma política agrícola eficiente.”

Reforma agrária: é todo o ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta apresenta ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade (MARTINS, 2000: 102)

A disputa por terra sempre foi uma constante no país, marcado principalmente pelos conflitos internos em especial os ocorridos no final do século XIX e no decorrer do século XX. Essa disputa foi acirrada na década de 1950, o que proporcionou no início da década de 1960 um intenso debate sobre a necessidade de reformas na estrutura sócio-econômica, com destaque para as mudanças na estrutura fundiária do país que seria solucionada com a reforma agrária.

Para os mais diversos conflitos pela terra neste período, em parte apoiados pela Igreja, entendiam que a estrutura fundiária brasileira inibia o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura. Explicava também o fato de que o Brasil estava longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural era a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política.

No início dos anos 1960 surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) numa tentativa da Igreja Católica de criar vínculos mais eficazes com as classes populares. Isso se deu no período mais repressivo do governo militar quando foram fechados os canais de mobilização, de 1968-74. Naquele contexto, esta organização popular que virtualmente conseguiu desenvolver perspectivas políticas críticas, representou um novo espaço com práticas democráticas participativas.

Grzybowski (1987) diz que esse trabalho da Igreja é de ordem político-educativa, é a educação popular, é uma combinação de evangelização com educação política do “povo” objetivando a sua organização e participação para a construção de uma nova sociedade, ou seja, “o povo é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta”. (p.67)

Conforme estudo publicado pela professora da UFSC, Teresa Kleba Lisboa:

No início dos anos 60, já existiu um Movimento dos Sem Terra - MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) – no extremo sul do país, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro, do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Este movimento promoveu a mobilização e acampamentos com predominância de assalariados rurais e seu objetivo era somente conquistar a terra.

Na época os colonos do MASTER invadiram a fazenda Sarandi de aproximadamente 24.000 ha que foi desapropriada por Brizola, parte da área foi vendida aos colonos (13.000 ha) e o restante foi loteado. Uma área de 3.000 ha foi arrendada pelo Estado para um empresário, dando origem às fazendas Macali e Brilhante (LISBOA, 1988, p.69).

Segundo Silva (2003, p. 3-4) O Presidente João Goulart, juntamente com o seu partido (PTB), defendia que a reforma agrária fosse instaurada com o objetivo de aumentar a produção agrícola do país e ampliar o mercado interno.

Alem de ampliar o mercado interno nacional levaria à concretização de outra bandeira levantada por seu governo; o desenvolvimento da indústria nacional. Com este intuito o presidente João Goulart formou uma aliança com a Igreja e os comunistas, a chamada Política de Frente Única que buscava realizar mudanças profundas nas relações agrárias no Brasil e ao mesmo tempo, combater as Ligas Camponesas que, neste momento assumiam uma posição mais radical à revolução camponesa.

Com objetivo de conter a efervescência das ligas camponesas, dos sindicatos rurais, da Igreja Católica e os movimentos Messiânicos. Em 1963 foi estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural<sup>30</sup>. No dia 13 de março de 1964 em discurso realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, João Goulart prometeu fazer as reformas de base, entre as quais estava a reforma agrária. Neste plano de reforma agrária João Goulart pretendia desapropriar para reforma agrária 100 km de cada lado das rodovias federais que não estivessem produzindo. No entanto, as oligarquias brasileiras, formadas pelos grandes fazendeiros reagiram de imediato a esta política fazendo oposição ao governo e acusando-

---

<sup>30</sup> Estatuto do Trabalhador Rural: aprovado em 1963, concedia aposentadoria por invalidez e velhice ao homem do campo, ainda que esse só tivesse a metade de um salário mínimo por mês.

o de comunista. Porém, em 01 de abril de 1964, Jango foi deposto pela ditadura militar e a reforma agrária morre antes de se efetivar.

Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos camponeses que estavam organizados ou em processo de organização, principalmente a partir de meados da década de 50 foram proibidos. O governo Militar baseou suas ações no projeto de Reforma Agrária, denominado Estatuto da Terra que havia sido definida um pouco antes do golpe, que tinha como objetivo principal modernizar a agricultura para os que já eram proprietários e promover a Reforma Agrária para os sem-terra, sendo que a primeira serviu para aumentar ainda mais os latifúndios, modernizando as propriedades dos coronéis e o segundo não saiu do papel. Apesar de toda a represália dos militares contra as organizações e contra o surgimento de conflitos por terras durante todo o Governo Militar, os camponeses jamais deixaram de reivindicar seus direitos, já que a política da reforma agrária do Estatuto da Terra só privilegiava as grandes empresas nacionais e internacionais, quando implantado, a política de ocupação com o lema “integrar para não entregar”.

Essa situação acentua-se na década de 1970, quando cresce a presença do capital monopolista no campo, a fronteira agrícola é demarcada e fechada e a região centro-sul do país tem um processo acelerado de ocupação e modernização. A agricultura torna-se um ramo da industrialização e a terra torna-se um meio de produção. Nos anos de 1980, com o início da abertura política, a reorganização dos mercados internacionais e a eminente globalização das economias, o país começa a viver uma nova conjuntura política. Os movimentos sindicalistas dos trabalhadores rurais e urbanos renascem com muita força. Conforme salienta Andrade:

[...] nas regiões de grande lavoura a forma de luta mais característica é a greve dos trabalhadores, reivindicando em geral melhores salários e melhores

condições de trabalho. É o que se observa nas zonas de domínio da cana de açúcar, do cacau e do café<sup>31</sup> (ANDRADE 1986, p. 49).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>32</sup> cadastra em 1979, 715 conflitos, sendo que 88,1% começaram a partir de 1973, e no ano de 1982 já eram 1363 conflitos por terra. Estes estavam distribuídos por todo o Brasil, tendo sido assassinados 1.106 trabalhadores rurais, que se opunham à exploração, expropriação, a grilagem de terras<sup>33</sup>, aos despejos violentos, ao trabalho escravo, às queimas das casas e das lavouras. Foram as consequências da política agrária<sup>34</sup> adotada pelo regime militar que buscava o progresso no campo – toda essa política agrícola<sup>35</sup> tinha como base a utilizada nos EUA, grandes propriedades, alta tecnologia, monocultura e uso abusivo de defensivos agrícolas – resultado, grande produção especialmente para exportação.

Foi neste contexto social e político que surgiram os grandes movimentos sociais de luta pela terra como as Ligas Camponesas<sup>36</sup>, Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (influenciados pelo PCB)<sup>37</sup>, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)<sup>38</sup> e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

---

<sup>31</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas camponesas no nordeste. São Paulo: Ática, 1986. p. 49.

<sup>32</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT):, criada em 1975 em Goiânia, com objetivo de aproximar a Igreja Católica dos pobres e aflitos do campo. Essa entidade da igreja Católica que teve grande atuação para a formação do MST atuando, desde o primeiro acampamento no (Encruzilhada Natalino) no Rio Grande do Sul. Além da atuação direta na formação dos acampamentos como na negociação com os órgãos responsáveis a exemplo do INCRA.

“A religião, neste contexto deixa de uma esfera e um discurso legitimador das desigualdades e das injustiças para se transformar, progressivamente, na força de sustentação da luta pela reforma agrária e da conquista de um pedaço de chão” (MARCON, 2002:50)

<sup>33</sup> Grilagem: Apropriação ilegal de terras, tornando “legais” as propriedades por meio de documentos falsos. Nesse processo, expulsa da terra, posseiros, índios e até mesmo proprietários legais. (MORISSAWA, 2001:249)

<sup>34</sup> Política Agrária: Conjunto de medidas tomadas pelo governo relacionadas a posse e ao uso da terra. (MORISSAWA, 2001:250)

<sup>35</sup> Política Agrícola: Conjunto de medidas tomadas pelo governo relacionadas a produção da agricultura. Os principais instrumentos de política agrícola utilizados são: preços agrícolas, o crédito rural, a armazenagem, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária. (MORISSAWA, 2001:250)

<sup>36</sup> As ligas camponesas surgiram em Vitória de Santos Antão PE, em 1954, para lutar pelos direitos dos arrendatários de terras que estavam sendo expulsos das terras pelos grandes latifundiários plantadores de cana-de-açúcar.

<sup>37</sup> Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foram fundados nos anos 70 em Minas Gerais.

No cenário do MST, essa luta que encerra novas relações sociais, começou a estabelecer-se enquanto tal, após o momento em que foi necessário definir os princípios políticos e os objetivos mais imediatos para a realização da luta direta por reforma agrária, ocorrida entre 1979 e 1984.

Portanto, o surgimento do MST não deve ser visto como algo novo na história do Brasil, pois representa uma continuidade das lutas históricas do movimento camponês em nosso país. As lutas pela terra foram retomadas em 1978, durante a Ditadura Militar. Diversos fatores históricos contribuíram para o seu desenvolvimento e, portanto, fazem parte da história do MST<sup>39</sup>.

Em primeiro lugar, foram as condições objetivas, os militares procuravam desenvolver o capitalismo no campo nas décadas de 1960 a 1970. Apoiados pelo capital financeiro do exterior trouxeram a “modernização conservadora” para a agricultura, fornecendo crédito rural subsidiado para as grandes propriedades, entregando as terras públicas apenas para grandes empresas, estimulando a mecanização do campo e a implantação de agroindústrias para vender produtos industriais às empresas capitalistas do campo. De acordo com Fernandes:

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão dos latifúndios; financiaram mudanças na base técnica de produção, com base nos incentivos criados pelo crédito subsidiados pela sua política agrícola (FERNANDES 1996, p. 39).

---

<sup>38</sup> Em 1958 surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Fundado no Rio Grande do Sul, teve grande influência do PTB Partido Trabalhista Brasileiro e atuou no Rio Grande do Sul pressionando o governo estadual a realizar assentamentos. O MASTER teve seu término em 1964 quando foi colocado na ilegalidade e perseguido.

<sup>39</sup> FERNANDES, Bernardo Mancano. Movimento dos trabalhadores sem-terra; formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec,.

Como resultado disso, milhares de trabalhadores que antes trabalhavam como meeiros, arrendatários ou posseiros, perderam o acesso à terra. Foram excluídos e muitos deles optaram por migrar para as novas fronteiras agrícolas no norte e centro-oeste do país. Mas logo perceberam que também lá, o capital tinha tomado conta, pois a ditadura militar titulou as terras da Amazônia para grandes fazendeiros. Outros migraram para as grandes cidades. No início da ditadura instalaram-se muitas indústrias que empregavam mão-de-obra não especializada. Segundo Fernandes (1996), na década de 1980, mais de quatro milhões de pessoas migraram do campo para a cidade. Um segundo fator importante, foram as chamadas condições subjetivas, ou seja, o processo de conscientização dos camponeses. A luta pela terra constituiu-se como uma luta contra a expropriação e a exploração. Ainda, de acordo com este autor, durante o regime militar trabalhadores rurais foram assassinados porque lutavam contra a expropriação, a grilagem, os despejos, o trabalho escravo, e contra a destruição de casas e lavouras. Isso se evidenciou no momento em que a luta pelo direito de ter a propriedade da terra relaciona-se com a mudança de poder.

Fernandes e Stédile (1996) afirmam que o papel da Igreja, na reorganização dos camponeses, foi importante, quando esta aplica a Teologia da Libertação, numa ação que não se queria messiânica, pontuando uma atuação que tinha como meta a organização para lutar e resolver os problemas mais urgentes da terra. Ainda segundo Fernandes e Stédile a CPT “fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (1996, p.20).

Segmentos da Igreja optaram por trabalhar pela perspectiva da distribuição. Com a luta pela democratização do país, intensificou-se no campo o trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana, conscientizando os camponeses de que precisavam se organizar e defender seus direitos. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tornaram-se um espaço

para a organização dos trabalhadores rurais. Junto a isso, foram surgindo oposições sindicais e sindicatos combativos no campo, que passaram a contribuir para a organização dos trabalhadores e para a ocupação da terra.

Conforme Poletto:

O atual movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu no Sul, do Brasil. No Rio Grande do Sul a gota d'água foi a ação dos índios de Nonoai: Cansados das promessas da FUNAI expulsaram os arrendatários de suas reservas. Expulsos sem terra e sem trabalho, esses camponeses passaram reivindicar terra para trabalhar. Ocupam a fazenda Macali e Brilhante, anteriormente desapropriadas. Tentam ocupar uma fazenda com titulação duvidosa da qual também são expulsos. Decidem por fim "acampar" na beira da estrada exigindo terra do Estado. Surge o acampamento de "Encruzilhada Natalino em Ronda Alta em 1979". Foi em torno dessa luta que se estruturou, lentamente o Movimento dos Sem Terra (POLETTO 1985, p. 20).

A concentração fundiária e a crise na agricultura forçavam muitos camponeses a abandonar a zona rural, desestruturando as famílias e criando insegurança. Sem saber o que fazer, muitos camponeses apelaram para as autoridades, às vezes em situações de desespero.

É o que narra Bernardo Mançano Fernandes:

Era junho de 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem uma forma de organização definida entraram nas Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o Governo do Estado enviou o secretário da agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las "quando fosse feita a reforma agrária". Com esse ato, os colonos foram convencidos a retornarem para as casas de amigos e familiares, onde estavam abrigados (FERNANDES 2000, p. 51).

Em 1979 e 1980, além da ocupação das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, houve a ocupação da fazenda Burro Branco, em São Paulo, foi ocupada a fazenda Primavera e no Mato Grosso do Sul, aconteceram outras lutas

de resistência. Embora isoladas e sem ter uma estratégia comum, essas lutas foram sendo articuladas pela Comissão da Pastoral da Terra, criada em 1975, justamente para dar apoio aos trabalhadores que lutavam no campo<sup>40</sup>.

O sul do país é considerado o berço do MST. A mecanização foi fator impulsionador da migração de grande massa populacional dessa região, os locais de destino eram as regiões de colonização, principalmente Rondônia, Pará e Mato Grosso. Parte dessa população também migrou para as cidades sendo motivada pelo acelerado processo de industrialização no período denominado de “milagre brasileiro”, mas também houve uma parte dessa população que optou pela resistência escolhendo permanecer nos seus locais de moradia. Esse Movimento surge do trabalho não só da Igreja Católica, mas da Luterana também.

O período de 1979-1984 é considerado como o de gestação da forma atual do MST. As lideranças de cada comunidade se encontravam entre si por região, mais tarde as lideranças de cada região se reuniam e as decisões eram repassadas para o líder de cada comunidade e este repassava para todos. Num segundo momento, cria-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais do Centro Sul do Brasil, juntando à região Sul os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em janeiro de 1983 realizou-se o I Congresso dos Sem Terra do Sul do Brasil, na cidade de Chapecó, SC. Em junho do mesmo ano, aconteceu a primeira Assembléia dos Sem-Terra com a participação dos sindicatos combativos e entidades simpatizantes. Nesta Assembléia foi eleita a primeira comissão regional do movimento, que tinha entre outras metas, procurar imediatamente lideranças de outras regiões com objetivo de formar o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que foi concretizada com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem

---

<sup>40</sup> MORISSAWA, M. Op. Cit. pp. 105; 123-135; 173.

Terra, que aconteceu de 20 à 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR. A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. A palavra de ordem “Sem reforma agrária não há democracia”. Isto porque a conjuntura brasileira encaminhava-se para a abertura política, que resultou na eleição de Tancredo Neves para Presidente do Brasil, através do colégio eleitoral. Estiveram presentes neste congresso 1.500 delegados e foi criada a Coordenação Nacional do Movimento Sem Terra com representantes de 13 Estados do Brasil<sup>41</sup>.

As principais metas adotadas pelos participantes do 1º Encontro Nacional dos sem-terra foram: 1º - A ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra; 2º - A necessidade de construir um movimento orgânico, a nível nacional. 3º - Definição dos objetivos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social.

Um ano depois foi definido o I Congresso Nacional do MST realizado, em Curitiba-PR de 29 à 31 de janeiro de 1985, com a palavra de ordem “ocupação é a única solução”. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprovou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra

---

<sup>41</sup> FERNANDES, B. M, Op. Cit. p.

e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhões de famílias.

A tática de luta definida nesse 1º Congresso dos sem-terra foi “A ocupação é a única solução”. Com isso, o MST defendia que a principal forma de pressionar pela redemocratização da terra era a ocupação de forma massiva. Essa definição foi muito importante naquela conjuntura, pois muitos setores progressistas e de esquerda tinham a ilusão de que o Governo José Sarney poderia fazer a reforma agrária por iniciativa própria. Neste Congresso foi redigida uma carta que explicitava os principais debates e as conclusões definidas do evento. Citamos abaixo um trecho desta carta, que segundo Morissawa, tem o seguinte conteúdo:

A situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os sem-terra em suas lutas de defesa fazem com que estes comecem a agir contra o projeto da burguesia latifundiária, que quer se apropriar de toda a terra e, em vez de só se defenderem, começam uma luta pela reconquista<sup>42</sup>. (MORISSAWA, 2001, p. 139)

A bandeira do MST foi oficializada em 1987, durante o IV Encontro Nacional. Desde então, está presente em acampamentos, assentamentos e em todas as mobilizações. Cada detalhe da bandeira de luta tem um significado. Vejamos os significados das cores e dos símbolos:

Cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; cor branca: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tomaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por

---

<sup>42</sup> MORISSAWA, M. Op. Cit , p. 139.

mulheres e homens, pelas famílias inteiras. MST. História – assentamentos. Disponível em < <http://www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta1.html> > Acesso em 05/03/09.



MST. História – assentamentos. Disponível em < <http://www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta1.html> > Acesso em 05/03/09.

Neste momento, já havia se consolidado a luta pela reforma agrária, que passou a estender-se por todo o território nacional. Por outro lado, a sociedade como um todo passou a discutir a necessidade de uma nova Constituição. Os movimentos do campo, com a participação ativa do MST prepararam uma proposta de reforma agrária popular. Com a palavra de ordem “Ocupação é a única solução”, e iniciaram as ocupações em todo o Brasil. Em Santa Catarina, 5 mil famílias de mais de 40 municípios ocuparam 18 fazendas. Foi nesse clima que o MST deu continuidade ao processo de expansão nacional. Durante o processo constituinte os grandes proprietários de terras organizaram-se, de maneira que conseguiram impor emendas à Constituição de 1988.

Nessa Constituição, os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186 que fazem referência à função social da

terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Assim foram se estruturando os diversos setores dentro do Movimento<sup>43</sup>.

A eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989 representou um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinha os ruralistas como seus aliados de governo. Foram tempos de repressão contra os Sem Terra, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: "Ocupar, resistir, produzir"<sup>44</sup>.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente, para o campo. É o momento em que se prioriza novamente a agro-exportação. Ou seja, em vez de incentivar a produção de alimentos, a política agrícola está voltada para atender os interesses do mercado internacional e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da dívida externa<sup>45</sup>.

No ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi "Reforma Agrária, uma luta de todos".

---

<sup>43</sup> MST. História – assentamentos. Disponível em < <http://www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta1.html> > Acesso em 05/03/09.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> MORISSAWA, M. Op. Cit. pp.150-155.

Em 1997, o Movimento organizou a histórica "Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" com destino a Brasília, com data de chegada em 17 de abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 Sem-Terras foram brutalmente assassinados pela polícia no Pará. Em agosto de 2000, o MST realiza seu IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi "Por um Brasil sem latifúndio".

O modelo econômico neoliberal, implementado pelo governo FHC, provocou graves danos para quem vivia no meio rural, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo, a falta de trabalho e de terra. A eleição de Lula, em 2002 e a implantação de um novo projeto, não foram suficientes para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, foi necessário continuar, cada vez mais, as lutas sociais, para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda.

A falsa ilusão de que a vitória política da “esquerda” pelo “Partido dos Trabalhadores” por um “companheiro de luta”, em 2002, representou um momento de expectativa, com o avanço do povo brasileiro e uma derrota da classe dominante. No entanto, o que se viu é que após assumir o poder, essa vitória foi só eleitoral, a Reforma Agrária parou, cresceu a concentração fundiária, os assentamentos não recebem apoio efetivo, aumenta a violência contra os sem-terra e a impunidade dos latifundiários e do agronegócio. A política econômica e “social” implantada pelo partido de esquerda, não gerou mudanças significativas na estrutura fundiária, no modelo agrícola e no modelo econômico. Ao contrário, criou a oportunidade de uma ofensiva da direita contra os movimentos sociais, através da intensa propaganda nos meios de telecomunicação dos fatos negativos ocorridos nos movimentos sociais, sendo que o alvo principal é o MST.

Uma morte causada por um membro do MST é motivo para capa dos principais jornais do país e/ou chamada para o jornal nacional da Rede Globo. Existe alguma chamada sobre os massacres contra os sem-terras? As 150 mil famílias que continuam acampadas? O avanço das empresas do agronegócio sobre o território brasileiro, conquistando terras que deveriam ser destinadas às trabalhadoras e trabalhadores rurais? Os 7 bilhões de dólares que só o Banco do Brasil emprestou para 13 grupos econômicos, enquanto nossos assentamentos não recebem investimento suficiente? Porque essas notícias não são vinculadas nos meios de comunicação?

Entre os dias 11 e 15 de junho de 2007 em Brasília, o MST realizou seu V Congresso Nacional com a seguinte palavra de ordem “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. O objetivo do congresso era discutir e analisar os problemas da sociedade, buscar e apontar alternativas. Participaram aproximadamente 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais, representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades.

Entre os objetivos do MST um deles é fazer o processo inverso, proporcionando a volta das famílias para o campo, bem como, a redistribuição das terras. A partir deste fenômeno, o Movimento dos Sem Terra (MST) trouxe e traz contribuições importantes para o resgate da cidadania: introduziu um novo valor para pensar as estruturas políticas e as relações cotidianas de homens e mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade; possibilitou uma nova visão de relacionamento nas práticas políticas; contribuiu para transgredir a hierarquia de poder, até então, estabelecida neste espaço.

Podemos entender que a trajetória do MST começa como uma luta pela Reforma Agrária, onde este era o princípio e o fim do Movimento, mas com o tempo, passa a se espalhar pelo Brasil e começa-se a lutar não só pela terra, mas por condições dignas de vida para toda a população. As políticas dos governos são discutidas e combatidas e o Movimento deixa de ser visto apenas como um movimento rural e passa a ser visto como social e político.

A evolução organizacional do MST está no centro de dois debates acadêmicos. No primeiro, os que apresentam conclusões dizendo que o movimento se oligarquizou no decorrer do tempo, e outros ao contrário, concluem que o MST evoluiu com o passar do tempo e se torna cada vez mais importante para a consolidação da Reforma Agrária.

Entre os que criticam, destacamos a União Democrática Ruralista (UDR) que reúne os latifundiários, agricultores representantes das empresas transnacionais e do mercado financeiro – formando a classe dominante no campo, sobretudo, embasados pela visão mais ideológica do conservadorismo e repressão do Brasil, usam o controle do Estado para impedir o cumprimento da lei e manter a concentração da terra. Esta organização apoiado por alguns juristas simpatizantes, e por parte os meios de comunicação, estão buscando meios de incriminar não só os líderes do movimento, como fez o presidente da UDR, em 2004, em seu depoimento à audiência pública da CPI Mista da Terra, defendendo a prisão do coordenador geral do MST<sup>46</sup>, assim como, já existe processo para incriminar o próprio MST.

---

<sup>46</sup> Segundo a Agência Câmara (Data de Publicação: 13 de abril de 2004 citara a fonte) O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, defendeu, durante audiência pública da CPI Mista da Terra, a prisão do coordenador-geral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile. Garcia disse que as ameaças de invasão feitas pelo coordenador geral do MST representam um crime e são passíveis de prisão. "Na ótica de vários juristas, o senhor Stédile infringiu a Lei de Segurança Nacional: incitou a violência, está promovendo essa violência, desrespeitando a ordem política e social", disse. O ruralista negou que a entidade por ele presidida estimule os produtores rurais a se armarem para enfrentar possíveis invasões dos sem-terra, e garantiu que os fazendeiros não tem milícias armadas. O presidente da UDR admitiu que possui armas em sua propriedade, para garantir sua segurança e proteger-se de furtos.

No meio acadêmico as poucas críticas, o que se levanta é alguns pontos, de estrangulamentos dentro da organização, como afirma Gohn:

O movimento padece também de dificuldades internas. A rigidez das diretrizes dos coordenadores, que procuram implementar as diretrizes programáticas de suas instituições de apoio – Partido, Sindicato ou Igreja – tem encontrado dificuldades de ser assimilada pela massa dos agricultores. Alguns erros básicos de esquerda ainda são repetidos, como o de desconsiderar o peso da tradição e dos costumes no meio popular e tentar implantar práticas novas porque são coletivizantes. (GOHN 2003, p. 143)

Outra crítica é a de que o MST vem adotando uma postura embasada na autonomia agindo sem consultar a sua base de apoio e sem respeitar as opiniões e sugestões de parcelas da Comissão Pastoral da Terra que não concorda com as suas medidas extremadas. Esse fato, segundo essas opiniões, ocasiona o isolamento do Movimento, fazendo com que haja uma perda da sua diretriz histórica de luta pela reforma agrária, pelo fato de julgar que pode fazê-la sozinho.

Navarro descreve,

“As lideranças do MST se aproveitam das mobilizações para levar a cabo seus objetivos individuais. Mais do que isso, manipulam e instrumentalizam as ações coletivas para atender a seus interesses pessoais, como a concentração de poder. Nesse sentido, seguindo a linha do sociólogo, o MST se torna um instrumento de dominação, não de emancipação”. (NAVARRO, 2007, p. 83)

Navarro apresenta duas conseqüências diretas dessa oligarquização: o isolamento em relação a outros movimentos sociais e em relação a seu público potencial. Nesse aspecto, o MST perde impacto político. Instrumento para a realização dos interesses de poucos, perde também aceitação, vigor e criatividade.

Na tentativa de responder as críticas bem como, provar para a sociedade a importância da reforma agrária para o Brasil, assim como o MST tem a convicção de que a

reforma agrária possível, é a reforma agrária popular, obra do povo e para o povo. O MST continua lutando por reforma agrária, justiça social e soberania popular. Defende um programa de desenvolvimento para o Brasil, que priorize a solução dos problemas do povo, por meio da distribuição da terra, criação de empregos, geração de renda, acesso a educação e saúde e produção e fornecimento de alimentos. São estes fatores que fazem com que o MST continue recebendo apoio a nível nacional e internacional como pode ser visto no manifesto, do ato político-comemorativo dos 25 anos do MST, realizado no último 24/01/2009 em Sarandi, Rio Grande do Sul.

“O MST não é a doença do Brasil, é a demonstração da saúde, dos que não se dobram diante da tirania, da opressão e da marginalização. O MST no Brasil é o movimento palestino em Gaza. Esse movimento extraordinariamente organizado, que forma militantes em escolas e universidades, é uma graça de Deus para que a paz seja instaurada no país”, afirmou o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB). Jackson Lago (PDT), governador do Maranhão, destacou a importância do Movimento na luta pela educação. “O MST desempenha um papel importante nas lutas sociais do país, e especialmente na luta pela erradicação do analfabetismo. Espero que o Movimento continue contando com o apoio da sociedade”. “A gente só luta porque ama, e esse movimento faz com que a gente se contagie com o espírito de liberdade no seu sentido integral”, disse a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT).

“Vocês estão fazendo aquilo que meu pai sempre buscou e pelo qual doou 70 anos de sua vida. Ele sempre disse que o povo precisa se organizar. A história do século XIX é uma história de luta e repressão dos movimentos sociais. No século XX, foi a mesma coisa, apenas a Coluna Prestes não foi derrotada. O MST está seguindo esse exemplo, com muito estudo, para poder transformar o Brasil em um país socialista”, ressaltou Anita Prestes, historiadora e filha dos lutadores comunistas Luiz Carlos Prestes e Olga Benário.

Aleida Guevara, médica cubana e filha de Che Guevara, também levou seu apoio a Sarandi. “Quando vou a alguma área do MST, seja um acampamento, assentamento ou escola, sempre sinto a força de vida que emana de vocês. Força que mostra que, quando um povo decide criar seu próprio destino, ele pode”. Representando a Via Campesina Internacional, o dirigente turco Abdullah Aysu afirmou que o MST é símbolo de terra, dignidade e vida para os camponeses da Turquia. “Sempre que algum companheiro do MST cai na luta, nós nos entristecemos na Turquia”, concluiu. Ao final do ato, as delegações dos 24 estados em que o MST atua e uma delegação de convidados internacionais plantaram 25 mudas de árvores – cada uma representando um ano de vida do movimento.

Hoje, o MST tem sido noticiado em diversos meios de comunicação devido aos conflitos que acontecem nos acampamentos relativos a ocupações e mandados de despejo das terras ocupadas. Mas grande parte do que se tem feito nos assentamentos não é noticiado pela imprensa, tal como a melhoria de vida das pessoas assentadas, o aumento dos produtos agrícolas em feiras livres nas cidades onde existem assentamentos dos sem-terra e ainda o sucesso do trabalho em Cooperativas agrícolas e de produção de muitos assentamentos e que tem barateado os produtos para os consumidores, visto que evitam os atravessadores.

Assim, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. A luta não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

Para Fernandes e Stédile:

O MST tem de lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância, com relação a esta última a questão educacional se apresenta como necessária, mas não apenas para alfabetizar, segundo ele. A educação formal se apresenta também no sentido de democratizar a escola para um maior número de pessoas. Essas questões demonstram que a reforma agrária é pensada de uma forma ampla, antigamente, ou pela visão clássica da reforma agrária, era só dividir a terra. Para nós, tão importante quanto distribuir terra é distribuir conhecimento. Somos parte de um processo mais amplo de desenvolvimento do meio rural, para que conseqüentemente as pessoas se desenvolvam, sejam mais felizes e mais cultas, mesmo morando na roça. O Brasil tem uma visão das elites de que quem mora no meio rural é atrasado, é o fim do mundo, não tem futuro, é o inferno, na cidade é que é bom (...) (FERNANDES E STÉDILE 1996, p.76)

É por entender que as mudanças sociais e econômicas dependem, antes de qualquer coisa, das lutas sociais e da organização dos trabalhadores. E que só através de

uma reforma agrária feita pelo povo e para o povo é que o MST ao completar um quarto de século, reafirma o compromisso com a luta pela Reforma Agrária e pelas mudanças necessárias ao país. Acreditando que só assim, será possível a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos, a distribuição de renda e a construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional.

Ao negar o agronegócio, o grande projeto político e econômico do governo Lula, embasado pelo mercado agroexportador, o MST afirma seu projeto de agricultura familiar, projeto este que tem como base, evitar o êxodo rural e produzir alimentos mais baratos e mais saudáveis para os brasileiros, através de três ações: soberania alimentar, cooperação agrícola e agroecologia.

(a) soberania alimentar

A primeira tarefa de um assentado é produzir alimentos ricos em quantidade, mas principalmente com qualidade nutricional, inicialmente para o seu sustento e depois para o mercado. Tendo claro que alimentos não devem ser encarados como simples mercadorias, mas como um direito do ser humano.

b) cooperação agrícola:

Cooperação compreendida como uma atitude política, como um ato prático de ajuda, não apenas como uma personalidade jurídica. Orientada, induzida, planejada, ajustada as condições objetivas e subjetivas da realidade local, para que resolva aqueles

limites que sozinho, com sua família, o assentado não conseguiria resolver. Portanto, uma cooperação de base econômica, mas também uma cooperação no plano social.

c) Massificar a agroecologia

Uma agroecologia que aponte soluções tecnológicas, que permitam mudar a lógica técnica - científica do capital, que no primeiro momento supere os insumos sintéticos e a visão economicista. Intensificar a importância de cultivos e criação de hábitos e atitudes frente à natureza e o consumo de alimentos.

Portanto, é compromisso do MST lutar por um novo modelo agrícola, que dê prioridade à agricultura familiar voltada ao mercado interno, aos pobres do país. Com isso garantir a soberania alimentar e produzir comida para os 80 milhões de brasileiros que não têm acesso suficiente aos alimentos. A Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar são premissas fundamentais para a construção de um país com justiça social e soberania popular.

A reforma agrária defendida pelo MST pode ser encontrada no conceito de José Eli Veiga quando faz uma ressalva sobre o conceito tradicional de que reforma agrária é a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola. Segundo o autor, esse conceito consta de qualquer bom dicionário, no entanto, como geralmente acontece com as conceituações sintéticas, nela está apenas implícita uma idéia-chave para o seu entendimento: de que se trata de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> José Eli Veiga, *O que é reforma agrária*, 14. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 7.

Ao analisarmos estes conceitos percebemos que no Brasil não dispomos de reforma agrária e que, sem dúvida, esta é o caminho para resolver a questão agrária, que permanece pendente até hoje no País. A disseminação de assentamentos, na medida em que estes se tornam uma “sementeira” de agricultores familiares, permite recuperar as forças sociais para o desenvolvimento, que existem na agricultura familiar, até então desperdiçadas.

O MST conta com uma estrutura organizacional que se baseia em uma verticalidade iniciada nas brigadas (compostas por 50 famílias) e seguindo pelos núcleos (grupo de 200 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional. Paralelo a esta estrutura, existe outra, a dos setores e coletivos, que buscam trabalhar cada uma das frentes necessárias para a reforma agrária verdadeira. a) Setores: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. b) Coletivos: juventude e relações internacionais. Esses setores desenvolvem alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa, entretanto destacamos relações internacionais e a formação.

O MST estabelece Relações Internacionais com movimentos e organizações que em seus países de origem realizam lutas populares. Através da CLOC – Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo, o MST articula-se com o movimento camponês desenvolvendo lutas em comum e estabelecendo diversos intercâmbios de experiências, de formação e capacitação. Em âmbito mundial, o MST tem parceria com a Via Campesina, que articula diversos movimentos do meio rural que lutam por soberania alimentar, reforma agrária e políticas agrícolas adequadas à pequena produção.

---

Outro ponto que destacamos é a do setor de formação, que dá ênfase à formação política, através de um processo amplo e abrangente que se realiza integralmente, através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. abrangendo diferentes momentos e estratégias assim como diferentes níveis: a) base; b) militantes, e c) dirigentes/quadros da organização; o processo de formação se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Dentro deste setor destaca-se a Escola Nacional Florestan Fernandes que surge com o propósito de pensar, programar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do conjunto do MST e da classe trabalhadora.

Neuri Rosseto, da Coordenação Nacional do MST, reconhece a importância das lideranças para manter o movimento existindo:

O maior desafio [das lideranças] é manter o movimento dinâmico. Há uma tendência bastante forte para debater o que é o movimento e o que é a organização. O movimento faz algo específico e é determinado. Como manter o movimento como movimento, fazendo com que seja perene? Se não for assim, torna-se burocrático e perde dinamismo. O dirigente se torna autista. Pode daí refluir. E isso se dá em todos os níveis: acampamento, estrutura, assentamento. Não pode cair na mesmice. O dirigente precisa se atualizar, permanentemente, e daí atualizar o movimento.

[...]

A liderança tem um papel muito mais de trazer as informações nacionais para seu estado e o que ocorre no estado para o âmbito nacional. As decisões do MST envolvem, na verdade, diretamente a base, como é o caso da definição do programa da reforma agrária, que não foi definido por lideranças que entendem mais do assunto e pronto, mas pela base, que ajudou a elaborar, com base no que temos acumulado dentro do MST. O líder precisa trazer à participação todos os membros dos acampamentos e assentamentos: homens, idosos, mulheres, crianças, jovens... O papel do dirigente é mais motivar do que de determinar as coisas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais<sup>48</sup> populares mais importantes da América Latina, conhecido por sua organização,

---

<sup>48</sup> Movimentos sociais: são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de:

eficiência e clareza de proposições. O MST é um movimento político, porém, não partidário e que tem como principal bandeira de luta a Reforma Agrária, além de uma busca constante por uma sociedade justa e igualitária. Em janeiro de 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao completar 25 anos de existência, continua na mídia e suas ações são reconhecidas em todo o mundo, pois devido a sua constante atualização se mantêm sempre em foco.

O MST pode ser expresso na dialética, passado, presente e futuro. O passado representa o enraizamento dos sem-terra e do Movimento, construído a partir de um longo processo de expropriação dos trabalhadores que teve repercussões num movimento migratório internacional (muitos dos italianos ou alemães que deixaram suas terras em busca de trabalho no Brasil são hoje sem-terra) e nacional (quando os colonos do Rio Grande do Sul partem em busca da terra nos estados vizinhos e nas regiões centro-oeste e norte do país). Este movimento também tem suas raízes nos históricos movimentos sociais que marcaram a luta pela terra ou outras questões a ela ligadas. O presente permite que o MST reúna uma massa de pessoas em torno da sua bandeira de luta, que cria uma identidade entre sem-terras e lideranças políticas de várias partes do mundo. Engajados em desenvolver o *futuro* o qual se apresenta na construção de um projeto de transformação social, sustentada por uma ampla reforma agrária que busque na articulação com outras organizações e movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, um processo crescente de internacionalização da luta pela reforma agrária.

---

conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1999: 44) “ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”. GOHN (1995, p. 42), ao citar CASTELLS (1997)

Na atualidade, a discussão sobre os assentamentos<sup>49</sup> de reforma agrária vem merecendo destaque nos debates devido ao potencial econômico, uma vez que estes contribuem para aumentar a oferta de alimentos, para a diminuição do êxodo rural<sup>50</sup> e a elevação da renda dos trabalhadores rurais brasileiros. Os assentamentos, frutos da luta do MST e das instituições que compartilham seus ideais, estão distribuídos em 24 Estados brasileiros, entre eles o Estado de Santa Catarina.

## 2. O MST EM SANTA CATARINA

Segundo Tereza Kleba Lisboa:

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais de SC, teve seu início em maio de 1980, com a ocupação da fazenda Burro Branco no município Campo Erê, por mais de 300 famílias. A ocupação despertou a opinião pública para a questão dos Sem Terras no Estado, e no dia 12 de novembro do mesmo ano o governo desapropriou a área e as famílias passaram a produzir na terra em sistema comunitário” (LISBOA 1988, p.71).

O êxito desta ocupação passou a servir de parâmetro para as próximas ocupações e decisões judiciais. Em janeiro de 1983 aconteceu o primeiro encontro dos sem-terra dos estados do sul. Nesse encontro foram definidas as diretrizes básicas do movimento e decidiram que a ocupação de terra era uma das formas de fazer pressão para a solução do problema da terra.

---

<sup>49</sup> Assentamento: O assentamento não é apenas uma unidade produtiva, mas também um núcleo social. Esse é outro princípio do MST. O assentamento é mais que um lugar de produção, é um centro de convivência, onde se localizam os sonhos, se cria filhos e inclusive se enterram os antes mortos. (MORISSAWA: 2001, p. 227)

<sup>50</sup> Êxodo Rural: O êxodo rural é sem dúvida um fenômeno complexo, que não pode se reduzir exclusivamente a fatores econômicos, stricto sensu. A cidade pode ser vista pelos camponeses como espaço de “civilidade” e “modernidade”, exercendo por isso, um grande fascínio e poder de atração, além de concentração de serviços do Estado na área de saúde, educação, etc.”(BARBOSA, 2005: 25)

Em junho de 1983 aconteceu a primeira assembléia dos Sem-Terras com a participação dos sindicatos combativos. Foi eleita a comissão regional do movimento, que tinha como objetivo formar comissões municipais, sendo que até o fim do mesmo ano foram formadas 17 comissões.

No dia 26 de julho de 1984 realizou-se a primeira manifestação pública em frente à sede do INCRA, em Florianópolis. O protesto na capital acontecia ao mesmo tempo em que os representantes do movimento mantinham audiência com o Governador Esperidião Amim em Chapecó, município do Oeste catarinense. Nesta audiência o movimento apresentou um levantamento dos latifúndios improdutivos do estado.

Nos dias 5 e 6 de dezembro de 1984, foi realizado um congresso estadual no qual foram discutidos os problemas dos sem-terras no Estado, bem como foram levantados os principais pontos a serem debatidos no Primeiro Congresso Nacional dos sem-terra, que aconteceu em Curitiba em janeiro de 1985.

Segundo Lisboa (1988, p. 72), todos os anos no mês de maio, comemora-se na cidade de Guaraciaba (extremo-oeste catarinense) a festa de Nossa Senhora do Caravagio, que atrai milhares de peregrinos. As comissões municipais do movimento organizaram diversos comboios em caminhões e ônibus, em direção a festa. O objetivo era deflagrar a operação “integrada” de ocupações simultâneas. Fazendo-se passar por romeiros, o comboio de caminhões com os sem-terra não despertou suspeitas em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência.

Só no dia 25 de maio de 1985, madrugada após a festa de Caravagio, numa articulação simultânea, 1.644 famílias de 18 municípios, ocuparam áreas em Quilombo, Abelardo Luz, Mondai, Descanso, Romelândia, São Miguel do Oeste e Maravilha.

Abelardo Luz: 1000 famílias, na fazenda Papuan I, de propriedade de Nair M.S. Pereira e na fazenda Sandra, de propriedade de Carmem Gondim.

São Miguel do Oeste: 260 famílias, nas fazendas de propriedades de Moser, Ernesto G. Zardinello, José Festugato, Rubino e Alberto.

Mondaí: 225 famílias, nas fazendas Braganholo, Italo, Lucae Hickman.

Romelândia: 120 famílias, nas fazendas de Salvati e Hebe.

Quilombo: 24 famílias, na fazenda do Conte.

Descanso: 15 famílias. Fazenda Filorini.

Conforme relato dos Assentados que participaram do processo de ocupação, este foi “sofrido, mas motivador”: sofrido porque no dia estava muito frio e em alguns lugares chovia. A maior parte viajava em cima de caminhões, ou seja, famílias inteiras, mulheres grávidas, crianças, idosos. Como forma de despistar a polícia as viagens ocorreram depois da festa, ou seja, à noite, e por atalhos, quase sempre por estradas de terra. Isto fez com que alguns caminhões se perdessem e outros errassem o caminho e fossem presos e tivessem de retornar ao municípios de origem. Merece destaque o acontecimento denominado “*fogo na ponte*”, as famílias que se deslocaram para Abelardo Luz, ao chegarem à fazenda foram recebidos por homens armados que atearam fogo na ponte sobre o rio Chapecó que dava acesso à fazenda. Este ato foi marcado pela coragem das mulheres que desceram dos caminhões e apagaram o fogo.

As famílias que conseguiram chegar ao local de destino de madrugada e antes mesmo de amanhecer, já haviam montado seus barracos. Lembram os assentados, que uma chuva fina e fria caiu durante toda a noite.

Governo e MST fizeram um acordo: se os acampados deixassem as áreas ocupadas, o governo providenciaria outras com infra-estrutura na região, o INCRA faria os processos de desapropriação e assentamento das famílias em 120 dias e o MST não faria ocupações durante esse período. Os latifundiários organizaram a UDR, e mantiveram-se fechados a qualquer negociação e se uniram politicamente contra a Reforma Agrária.<sup>51</sup>

O acordo entre o Governo e o MST não foi cumprido e os sem-terra responderam, ocupando a sede do INCRA. Esse ato resultou na desapropriação de 11 fazendas, onde foram assentadas 1.300 daquelas famílias e outras que já estavam em assentamentos provisórios. O MST, mesmo não conseguindo o cumprimento integral do acordo feito, saiu fortalecido do episódio. Em 1986, os sem-terra catarinenses acamparam no centro de Florianópolis para exigir o cumprimento integral do acordo. Com isso, três outras fazendas foram desapropriadas em junho, nas regiões oeste e norte, para assentar o restante das famílias envolvidas no acordo. Em 1987, no mês de outubro foram ocupadas áreas em Campo Erê, Irani, Campo Alegre, Ibirama, Palma Sola e Garuva. Até o início de 1990 foram conquistados diversos assentamentos.

No ano de 1990, muitas lutas foram travadas e muitos ganhos foram obtidos em Santa Catarina pelo MST. Foram ocupadas as fazendas Santa Rosa II em Abelardo Luz; Frigoneze em Palma Sola; Cadalto em Chapecó; Despraiado e Ronda em Curitibanos. O prédio do INCRA em Florianópolis também foi ocupado com a exigência de audiência com o governador e para reivindicar alimentos, escolas, estradas. Em Abelardo Luz, para pressionar o governo municipal a instalar energia elétrica, construir escolas, financiar sementes e construir estradas para os assentamentos, o movimento ocupou a sede da

---

<sup>51</sup> MORISSAWA, M. Op. Cit. pp. 175-176.

prefeitura. E em dezembro do mesmo ano, o MST conquistou a emissão de posse das fazendas Quiguai em Ponte Serrada, e Canhada Funda, em Fraiburgo.

Durante o governo Collor, a atuação do MST de SC voltou-se para as negociações, a organização interna e as ações para que os assentamentos se desenvolvessem. Até 1990 já eram 2.031 famílias assentadas em SC. Em 1991, mais 350 famílias foram assentadas em Fraiburgo e no Projeto Contestado. Em 1992 e 1994, aconteceram outros assentamentos em Joaçaba, Matos Costa e Abelardo Luz. O MST prossegue atualmente em suas lutas com muitas conquistas, entre elas, o assentamento de mais de 4 mil famílias no Estado de Santa Catarina.

Uma das estratégias do MST na organização dos assentamentos é a formação de cooperativas, com o objetivo de viabilizá-los economicamente e manter a coesão do grupo e a sua capacidade de organização política. Ainda que com inúmeras contradições, o movimento busca superar o trabalho individual camponês, fundado na agricultura familiar e propõe o trabalho cooperado ou coletivo como uma forma superior de organização coletiva da vida e da produção nos assentamentos. Essa é a grande novidade do MST, engendrar no interior das velhas relações de produção capitalistas, novas relações fundadas na cooperação, na solidariedade, na forma de organizar a vida e o trabalho coletivamente. Nesse contexto, o movimento vive seus maiores dilemas: de construir o coletivo quando prevalece o individual; de construir a cooperação quando a cooperativa torna-se refém do mercado; de organizar os sem-terra para a luta, quando o trabalho rouba-lhes todo o tempo; de tornar o trabalho, explorado, intensificado e submetido às relações sociais capitalistas, em princípio educativo.

Hoje, somam-se doze cooperativas e associações filiadas à Cooperativa Central de Reforma Agrária – CCA, em Santa Catarina. Destas, três são grupos organizados de forma

totalmente coletiva, incluindo a terra. Além disso, há diversas outras associações ou grupos coletivos, como de piscicultores, de pequenos agricultores, de mulheres, grupos de produção, de socialização de máquinas etc.

Há muitas diferenças entre os assentamentos localizados no estado de Santa Catarina, em função da forma de organização (individual ou coletiva) que possibilita menor ou maior grau de conquista dos seus direitos, do seu histórico (de acordo com a época e a forma em que foi realizado o assentamento, a sua composição social, a passagem pelo acampamento), da sua localização, entre outros aspectos. Há diferenças em relação à infra-estrutura (estradas, transporte, habitação, escolas, posto de saúde), aos recursos utilizados na produção (maquinários, sementes, adubação), à industrialização, às formas existentes de financiamento, assistência técnica e, especialmente, à forma de organização da produção vinculado ao MST.

De um modo geral e de acordo com as políticas governamentais que priorizam o monopólio e a grande produção<sup>52</sup>, os assentamentos têm grandes carências em todos os sentidos: financiamento, assistência técnica, infra-estrutura, mercado para seus produtos. Nestas condições, observa-se que o movimento de expropriação dos trabalhadores repete-se historicamente, os trabalhadores que perderam suas terras, juntaram-se ao MST para a conquista de novas terras e para a permanência nelas, estão novamente sujeitos a enfileirarem-se junto aos *excedentes humanos* ou desempregados.

Em contrapartida, o MST busca construir nos assentamentos, e de alguma forma também nos acampamentos, condições de viabilização dos sem-terra de forma mais digna

---

<sup>52</sup> O número de estabelecimentos rurais com área inferior a 10 ha diminuiu em 21% de 1985 à 1995. Em 85, eram 3.064.822 estabelecimentos, e em 95, são 2.402.374 estabelecimentos em todo o país. Fonte : IBGE. Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

e, principalmente, como uma massa de desenraizados capaz de organizar-se e lutar por seus direitos, enraizando-se num movimento social.

No que diz respeito à educação, há uma política por parte do Movimento dos sem-terra de formação de sua base: formação política, técnica e escolar, desenvolvida através de cursos próprios, de parcerias com universidades, institutos e prefeituras e nas escolas vinculadas às redes estaduais e municipais que funcionam em alguns acampamentos e nos assentamentos rurais.

Em Santa Catarina, funcionam 60 escolas em assentamentos e cinco em acampamentos, contando com 120 professores. Uma escola oferece o ensino médio e duas outras as séries finais do ensino fundamental, portanto a grande maioria atende crianças da pré-escola e das séries iniciais. Além disso, funcionam nos assentamentos as Cirandas Infantis (educação infantil), porém muitas delas sem reconhecimento por parte dos municípios.

Muitos dos professores dessas escolas passaram pela Escola Josué de Castro, no Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária – ITERRA (vinculado ao MST) e fizeram o curso de nível médio em magistério.

Pelo exposto, Santa Catarina é um estado caracterizado pela pequena agricultura familiar, que viu crescer o processo de agro-industrialização e de modernização da agricultura nos anos de 1970 e 1980, gerou uma grande massa de trabalhadores sem-terra, já constituídos historicamente, e provocou um grande êxodo para as cidades. No intuito de analisar esse fenômeno, particularmente no município de Abelardo Luz, o capítulo seguinte estuda o êxodo rural dos assentados do Assentamento Santa Rosa II.

**CAPITULO IV - O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ /SC, O  
ASSENTAMENTO SANTA ROSA II E O ÊXODO RURAL DOS ASSENTADOS:  
UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO**

Vem, lutemos, punho  
erguido  
Nossa Força nos leva a  
edificar  
Nossa Pátria livre e forte  
Construída pelo poder  
popular  
Ademar Bogo

No presente capítulo apresentamos os principais aspectos da colonização e formação do município de Abelardo Luz SC, a trajetória do Assentamento Santa Rosa II, bem como a análise dos fatores que motivaram parte de seus assentados migrar para a cidade.

**1. CARACTERÍSTICAS E COLONIZAÇÃO DE ABELARDO LUZ, SC**

O município de Abelardo Luz onde se localiza o Assentamento Santa Rosa II possui uma área territorial de 1.055 km<sup>2</sup>, como latitude entre 26°39' e 26°41' e longitude entre 52°05' e 52°06' à 574 km de distância da capital, Florianópolis.

Na divisão regional o município pertence à "Macrorregião Homogênea de Xanxerê; Microrregião Polarizada do Alto Irani; na Zona Fisiográfica do Oeste Catarinense; Região Sul do Brasil; vinculado à Associação dos Municípios do Alto Vale do Irani.

Segue abaixo o mapa da localização do município de Abelardo Luz, região oeste do estado de Santa Catarina.

Apesar de sua colonização recente a região do Oeste catarinense abrange uma população de 1,1 milhão de habitantes e uma superfície de 25,3 mil Km<sup>2</sup>. Detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do país, e sua base econômica é a produção primária, baseada na economia familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionada ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria (Testa, 1996).

Abelardo Luz faz parte da “Região do Contestado” que foi um território inicialmente disputado entre o Brasil e a Argentina, disputa na qual o Brasil teve ganho de causa. Posteriormente, foi também um território de disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, tendo sido palco da “Guerra do Contestado”



Fonte: ~~SANTUR~~, 2005.

53 considerado um dos únicos levantes realmente populares da história brasileira

.53 A guerra inicia-se oficialmente em 1912, com o combate do Irani, que resultou nas mortes do monge José Maria e também do coronel João Gualberto, e vai até a prisão de Adeodato, último e mais destacado

No regime de capitânicas hereditárias, a carta de doação das Terras de Sant'Ana ao seu donatário, faz referência apenas à colocação de marcos no litoral. O Extremo-Sul estava assinalado pela ponta de Itapirubá, próxima à Laguna, onde Portugal e Espanha limitavam, segundo os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.

Com o passar dos anos e dos séculos, as terras de Santa Catarina, avançaram sertão adentro, subindo as encostas da Serra Geral e da Serra do Mar e espalharam-se pelo Planalto e Oeste, sob os protestos dos espanhóis.

Para o povoamento do Planalto e do Oeste de Santa Catarina, foi adotada uma estratégia bem diferente daquela que resultou da ocupação do Litoral, do Vale do Itajaí e das planuras do Sul. Na Serra - Abaixo, ao longo de 150 anos, adota-se a fixação do imigrante europeu em pequenas glebas de terra, como ponto de partida para a abertura do processo civilizador. No planalto central da Serra - Acima a qualidade do solo não se adapta à fixação definitiva de um colono dedicado à agricultura. Contudo, parte desses colonos vai em sentido ao Oeste onde as terras são propícias à agricultura e os que ficam no planalto se adaptam com a convivência com o gado solto nas imensas pastagens.

A ocupação da região onde se localiza Abelardo Luz se deu através do comércio de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo já no século XVIII, fazendo surgir os primeiros locais de pouso. No século XIX as Revoluções Farroupilha e Federalista (1835 - 1845), também contribuíram para o aumento de contingente humano, que buscava fugir dessas situações beligerantes. Porém,

---

chefe dos fanáticos, em 1916. É também neste ano em que é assinado o acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná.

antes de se efetivar a colonização no início no século XX, a região era habitada pelos índios Kaingang. Com a chegada principalmente dos imigrantes gaúchos, sendo que a origem predominante destes imigrantes era a italiana. Um dos fatores primordiais para a atração destes imigrantes foi à grande quantidade de madeira existente na região, bem como a boa qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

A vida econômica da região, durante muito tempo, vai girar em torno da criação extensiva do gado bovino, na coleta da erva mate e na extração de madeira, material empregado na construção de praticamente todas as residências. Os ervais encontravam seu mercado na região do Prata.

Por tratar-se de uma região rica em madeira e erva mate, bem como suas terras serem propícias para agricultura e pecuária, além de ser região fornecedora de gado para a feira de Sorocaba e erva mate para os países do Prata, o planalto e o oeste catarinense inseriam-se economicamente no nível nacional, no modelo agrário-comercial-exportador vigente no início do século XX. O governo brasileiro incentivou a expansão da fronteira, visto que a área era cobiçada pela Argentina e

estava em disputa judicial entre os dois países. Em 1895, um laudo pericial do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, define que a Argentina não tem direito sobre as terras do assim chamado Campos de Palmas e a região é definitivamente incorporada ao território brasileiro.

Além da disputa entre Brasil e Argentina, em 1853 começa a disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná, quando este último estado se desmembra de São Paulo e firma posse sobre o oeste catarinense. Com a Constituição de 1891, é assegurada aos Estados o direito de decretar impostos sobre as exportações e mercadorias, como também indústrias e profissões, o que acirra ainda mais a questão dos limites, pois a região era rica em ervas.

A região denominada "Contestado" abrangia cerca de 40.000 Km<sup>2</sup> entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, disputada por ambos, uma vez que até o início do século XX a fronteira não havia sido demarcada. As cidades desta região foram palco de um dos mais importantes movimentos sociais do país.

No século XIX algumas poucas cidades haviam se desenvolvido, principalmente por grupos provenientes do Rio Grande Sul, após a Guerra dos Farrapos, dando origem a uma sociedade baseada no latifúndio, no apadrinhamento e na violência. Após a Proclamação da República, com a maior autonomia dos estados, desenvolveu-se o coronelismo. Cada cidade possuía seu chefe local, grande proprietário, que se utilizava de jagunços e agregados para manter e ampliar seus "currais eleitorais", influenciando a vida política estadual. Havia ainda as disputas entre os coronéis, envolvendo as disputas por terras e/ou pelo controle político no estado.

Ocorreu assim, uma ocupação desordenada o que propiciou aos coronéis com o auxílio dos agregados e peões, servirem-se das ervas sem qualquer proibição. Apesar das terras serem consideradas devolutas somente os coronéis ou os políticos do Litoral poderiam ser proprietários de terras. Como mencionado acima, Santa Catarina e Paraná disputam a ocupação e também a administração do território, foco de uma velha rixa começada em meados do século XVIII. Esses elementos, somados à ignorância dos habitantes da região, determinaram o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo. Assim começa a história do caboclo sem terra e sem governo, personagem central da “Guerra do Contestado”.

Em 1904, Santa Catarina tem ganho de causa perante o Supremo Tribunal Federal, mas o Paraná recorre, mesmo assim perde novamente em 1909 e 1910. Porém, a discussão não finda por aqui, sendo resolvida em 1916 quando os governadores Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), por intermédio do Presidente Wenceslau Braz, assinam um acordo estabelecendo os limites atuais entre os dois estados. As terras contestadas foram divididas entre o Paraná e Santa Catarina. Solucionados os dois conflitos, Xanxerê e Chapecó ficam para Santa Catarina e Clevelândia e Palmas para o Paraná.

Por conta de sua colonização e por se caracterizar como uma área de disputa, até a década de 1980, o município de Abelardo Luz, era caracterizado pelo latifúndio e pela ociosidade das áreas. Esta realidade, só se altera com as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que intensificam a exploração agrícola da região. Por outro lado, os proprietários por medo da desapropriação começaram a produzir nas áreas ou então começaram a vender ou arrendá-las. A maioria dos proprietários possuía, nessas áreas, criações

extensivas de gado e muitos dos proprietários não moravam ou sequer conheciam suas terras.

O latifúndio, a ociosidade e a alta qualidade do solo para a agricultura, foram fatores determinantes para o município, somados com o apoio da Igreja Católica através da Pastoral da Terra no sentido de mediar os conflitos entre proprietários e os colonos sem-terra.

Em 1986, os primeiros assentamentos rurais em Abelardo Luz começam a ser regularizados, sendo que em 1989 já eram 447 famílias assentadas e regularizadas pelo INCRA. Somando-se às famílias acampadas já em produção, o município passou a ser um dos maiores produtores de grãos de SC, produzindo milho, feijão e arroz, mas é na soja que tem sua principal atividade agrícola. No município são produzidas as melhores sementes de soja do Brasil onde os produtores recebem até 15% a mais pelo produto vendido como semente. O município possui sementeiras de excelente qualidade e com alto índice de germinação. Por isso, é conhecida como a capital dos grãos de soja. Sendo assim os Assentamentos rurais são estratégias de desenvolvimento local em Abelardo Luz.

A Constituição e a expansão dos assentamentos no município inseriram novos elementos sociais no setor rural de Abelardo Luz. Os assentados, criaram, no decorrer desses anos, novos laços e circunstâncias no meio rural, bem como, apresentam demandas e alcançando conquistas não só para os assentados, como para a população no seu entorno, nos serviços públicos de saúde, educação, transporte, manutenção das estradas rurais, etc..

Entre as lutas dos assentados, destaca-se a luta pelo sistema de distribuição de energia elétrica, sendo que essa, tem chegado aos agricultores principalmente aos assentados, através do Governo Federal que implantou a rede de energia elétrica em quase todos os assentamentos. Outra luta constante dos assentados, é pela conservação das estradas, a qual ocorre através de convênios entre o INCRA e a prefeitura local. Apesar do apoio do governo Federal, há uma insuficiência e má conservação das estradas vicinais que dificultam o escoamento da produção agrícola dos assentados.

O aumento significativo da produção no setor primário, sendo a atividade responsável por mais de 78% do pessoal ocupado, propiciou o desenvolvimento em outras áreas, como a indústria e o comércio, sendo este o segundo setor que mais emprega pessoas no município.

De acordo com a Câmara de Dirigentes Lojistas do Município (CDL), 82% das empresas do município se instalaram após 1985, ou seja, o crescimento empresarial está ligado diretamente ao advento dos assentamentos rurais.

Os assentamentos ocupam grande área territorial do município. Podemos observar pela tabela abaixo a área, a data de assentamento e o número de famílias assentadas.

Tabela 1

Assentamentos rurais no município de Abelardo Luz

<b>NOME DO ASSENTAMENTO</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>NUMERO DE FAMÍLIAS</b>
Papuan I	359	14/01/86	27
Sandra	1.001	14/01/86	58
Santa Rosa I	1.193	22/01/87	82

Papuan II	890	01/04/87	63
<b>Santa Rosa II</b>	<b>669</b>	<b>10/04/87</b>	<b>52</b>
Capão Grande	1.285	28/06/88	91
Volta Grande	1.326	08/03/89	74
Indianópolis	1.337	10/01/95	90
Juruá	419	21/12/95	40
Santa Rosa III	232	05/01/96	16
Recanto do Olho D'Água	470	05/08/98	25
São Sebastião	323	14/10/96	32
Três Palmeiras	765	14/10/96	70
Treze de Novembro	1.795	26/02/97	105
Novo Horizonte	765	11/04/97	60
José Maria	3.995	06/11/97	300
Padeiro	1.292	1998	95
<b>TOTAL</b>	<b>18.118</b>		<b>1.280</b>

Fonte: INCRA– SC (2006)

De acordo com a tabela acima, são mil duzentas e oitenta famílias assentadas, o que torna Abelardo Luz o município catarinense com maior número de famílias assentadas. Essas 1280 famílias assentadas pelo INCRA estão reunidas em 17 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais e abrangem uma população de aproximadamente 6.400 pessoas (considerando que uma família tenha 5 pessoas) o que representa 47% da população do município e ocupam uma área de 18.118 hectares. O maior assentamento do sul do Brasil, José Maria, com 300 famílias, também está localizado no município.

Os trabalhadores rurais possuem uma organização regional que consiste em uma comissão regional dos assentados (cada 50 famílias têm um representante). As reuniões são bimestrais. Apesar desta organização, o que se observa, é que os Assentamentos apresentam as mesmas dificuldades encontradas pela agricultura familiar brasileira, como a falta de uma política agrícola que incentive a produção agrícola, criando linhas de financiamento e estratégia de comercialização.

## 2- TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA II

As famílias assentadas no assentamento Santa Rosa II, são todas originárias do meio rural, onde viviam como arrendatários, peões, agregados ou trabalhavam em pequenas parcelas como parceiros ou em terras de propriedade de parentes.

A maioria das famílias do assentamento, ou seja, 38 (73%) são catarinenses, sendo 30 (58 %) nascidas em Abelardo Luz, 8 (15) em outros municípios catarinenses e os 14 (27%) restantes são oriundas do Rio Grande do Sul.

No dia 06 de agosto de 1986, 250 famílias, ocuparam a fazenda Capão Grande de propriedade de Nei Barbosa Lima, com área de 4.087 ha, que havia sido desapropriada em 02 de janeiro de 1986 pelo presidente Jose Sarney. Em setembro desse mesmo ano, o proprietário impetrou mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal. Os efeitos do decreto foram suspensos até meados de 1987, pois o caso ainda estava à espera de julgamento. O proprietário entrou com uma ação judicial pedindo reintegração de posse<sup>54</sup> da área, e as famílias foram despejadas<sup>55</sup>.

Das 250 famílias que estavam acampadas na fazenda Capão Grande, 130 foram para um lote comunitário de 5 ha pertencente ao INCRA, terreno comunitário fazenda Papuan I, que já havia sido desapropriada em janeiro de 1986. As outras 110 famílias, sem terem para onde ir e, como forma de protesto, armaram seus barracos em frente ao Fórum e à Prefeitura de Abelardo Luz onde permaneceram por 35 dias.

---

<sup>54</sup> Reintegração de posse: Medida judicial pela qual o juiz devolve ao proprietário a posse e o domínio de uma terra que lhe pertence legalmente e foi ocupada por outro(s) pessoa(s). (*MORISSAWA, 2001:250*)

<sup>55</sup> Despejo: Quando o poder judiciário expede uma ordem judicial de reintegração de posse e ela não é obedecida pelo(s) ocupante(s), isso implica no uso da força policial para expulsá-los.

Em outubro de 1986, as 110 famílias que estavam acampadas em frente à prefeitura, entraram na fazenda Santa Rosa II de propriedade de Eunice Virmond de Araujo e três semanas depois se juntaram a elas, outras famílias provenientes do acampamento de Faxinal dos Guedes. Em novembro do mesmo ano, 62 famílias que estavam acampadas na fazenda Santa Rosa II, foram para um assentamento definitivo em Fraiburgo – SC, outras 62 foram assentadas na Fazenda Estrela, em Abelardo Luz e 14 para Lebon Regis- SC.

A emissão de posse do projeto de assentamento Santa Rosa II deu-se em 28-10-1986 a partir de uma doação de 670 dos 1200 ha de parte da área do imóvel Santa Rosa, de propriedade da senhora Eunice Virmond de Araujo e Filhos.

Como nas proximidades da fazenda estavam ocorrendo desapropriações, a referida proprietária a fim de evitar que o mesmo lhe acontecesse doou essa parte de uma de suas propriedades. Em troca, a proprietária exigiu que as 18 famílias que moravam na fazenda, como Capataz, arrendatário ou meeiro, fossem assentados, além da construção de uma cerca em torno da área do assentamento.

Após a criação do Assentamento Santa Rosa II, este foi dividido em 54 lotes, sendo dois para a construção da escola e centro comunitário, sendo que em 52 lotes foram assentadas 52 famílias: 35 famílias que estavam acampadas na fazenda Santa Rosa II e as 18 famílias que trabalhavam na fazenda conforme exigência da proprietária.

O Assentamento Santa Rosa II foi dividido em duas comunidades, Mundo Novo e Padre Isidoro, com 16 e 36 famílias respectivamente.

O Assentamento Santa Rosa II confronta-se ao norte com o Assentamento Três Palmeiras; ao sul com o rio Chapecó; a Leste com o assentamento Kiguai no município de Passos Maia e ao Oeste com o Assentamento Santa Rosa I.

O assentamento Santa Rosa II possui uma área de 670 ha distribuída entre 52 famílias, às quais cabe em média de 12,76 ha, além de 6,1 ha destinados ao uso comunitário.

Atualmente, o Assentamento dispõe de duas escolas, porém, ambas estão fechadas, tendo os alunos que se deslocarem para o Assentamento 25 de Maio, devido ao processo de nucleação das escolas. O fator deslocamento é apontado como a principal dificuldade, especialmente para as crianças de 1º a 4º ano, pois precisam levantar muito cedo, e as estradas são mal conservadas.

O assentamento possui um imóvel destinado a posto de saúde, porém, o mesmo está fechado, sendo o que caminho mais próximo de um atendimento médico fica a 12 km. Como se faz necessário pegar ônibus, e após consulta precisam esperar até o final da tarde para pegar o ônibus de volta para casa, os assentados se deslocam até Abelardo Luz que fica distante 55 km, necessitando sair por volta das 06h00min. horas da manhã e só retornando às 19h00min. Outras dificuldades na área da saúde enfrentadas pelos assentados são: a) o sistema de coleta de esgoto, (apenas 45% das propriedades possui fossa séptica); b) à baixa qualidade da água consumida (19% das propriedades captam água de poço encamisado, 31% poço cavado e 50% direto da fonte sem proteção); c) o cultivo de culturas que exigem alto índice de agrotóxico.

Outra dificuldade enfrentada pelos assentados é a falta de opção de lazer, que se resume, ao jogo de bocha e futebol nos fins de semana.

Com o objetivo de buscar, soluções para as dificuldades do Assentamento a Equipe de ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental) <sup>56</sup>, desenvolveu em 2008 o

---

<sup>56</sup> Convenio INCRA/ COOPTRASC (Cooperativa dos Prestadores de Serviço da Reforma Agrária de SC),- Equipe técnica que presta assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos .

plano de recuperação do Projeto de Assentamento Santa Rosa II. As principais ações a serem desenvolvidas no assentamento são:

No plano social: construção ou melhoria das casas, implantação de saneamento básico, curso de alfabetização de adultos, melhoria e recuperação da infra-estrutura (pavilhão, campo de futebol, escola).

No plano produtivo Segundo Bonatti e Beckhauser:

“Analisando o sistema produtivo do Projeto de Assentamento Santa Rosa II, vemos uma grande dificuldade em implantar a diversificação da propriedade devido à questão da distancia de mercado, estradas em um estado péssimo de conservação e escassez de recursos, mas a principal dificuldade a cultura do fumo que é muito forte no município além de ser base de sustentabilidade da agricultura regional. Estamos implementando outras atividades como fruticultura, mel, peixe e girassol. Também temos o leite que está em constante expansão em nosso Estado, isso graças ao bom solo e clima que aqui encontramos para esta atividade. Outro fator que influencia o aumento da produção do leite é o retorno mensal que o mesmo nos traz, sendo assim proporcionando segurança ao produtor”. (BONATTI e BECKHAUSER, 2008, p. 22)

Segundo a equipe técnica no assentamento já existe uma linha de coleta de leite que somada ao relevo favorável para a produção de pastagens diminuindo os custos de produção, é uma das alternativas viáveis para o assentamento.

Segundo a ATES, para desenvolver o sistema produtivo é necessário disseminar a prática de agricultura orgânica, resgatar o processo de sementes crioulas, fortalecimento da bacia leiteira, capacitação técnica para os produtores bem como construção de ambientes para a transformação da produção na área da fruticultura, horticultura e mel.

A implantação dessas melhorias é de extrema importância tendo em vista a consolidação do Assentamento Santa Rosa II.

De acordo com a metodologia da pesquisa, a seguir, abordamos o fenômeno do êxodo rural dos assentados do assentamento Santa Rosa II município do Abelardo Luz, SC, objeto deste estudo.

### **3. O ÊXODO RURAL DO TRABALHADOR RURAL ASSENTADO NO ASSENTAMENTO SANTA ROSA II: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO**

O movimento interno da população brasileira sempre ocorreu, porém, com o advento do surgimento da indústria, a migração interna ganhou um contorno diferente do que até então possuía, assim como ocorreu uma grande transformação no meio rural, devido ao incentivo dos grandes monopólios agrícolas, intensificando o fluxo migratório em direção aos centros urbanos.

O Êxodo Rural se caracteriza pelo deslocamento populacional do campo para cidade, uma ação social decorrente do contexto historicamente determinado, que propicia diferentes oportunidades e motivações para os agentes sociais nele atuantes.

O processo de urbanização do município de Abelardo Luz, pode ser observado nitidamente: em 1985, quando 25,9 % da população vivia no perímetro urbano contra 74,1% da população rural, sendo que hoje praticamente 50% da população vive no meio urbano. Esse processo só não se deu de forma mais acentuada por causa dos assentamentos que acabam mantendo elevado o número de famílias no meio rural.

Para entender o processo migratório campo-cidade, tomamos como base o deslocamento dos trabalhadores rurais do Assentamento Santa Rosa II. Sendo assim, a partir dos dados coletados através de entrevistas semi-estruturada, com os ex-assentados, que migraram para a cidade de Abelardo Luz, SC buscamos compreender e analisar por que famílias que após serem assentadas e passarem por todo o processo de acampamento e assentamento, venderam seu lote e migraram para cidade.

O presente estudo só considera como saída os mutuários, ou seja, as famílias que foram cadastradas e devidamente assentadas pelo INCRA em 1987, portanto não analisamos a saída dos filhos.

Das primeiras 52 famílias assentadas em 1987, 15 (29 %) continuam no assentamento, 10 (19 %) permutaram o lote e 27 (52%) saíram. Apesar das saídas os assentados todos os lotes estão ocupados, em virtude que com a permuta ou vendas dos lotes chegaram novas famílias<sup>57</sup>.

Tabela 2

A tabela abaixo demonstra o índice de venda e/ou permutas no decorrer dos anos de 1990 a 2008:

Situação	Ano de saída ou permuta				Total	%
	1990-1995	1996-2000	2001-2005	2006- 2008		
Vendeu	14	04	05	04	27	52%
Permutou	07	02	01		10	19%
Continuam					15	29%

Fonte: o autor (2009)

Considerando-se que, o processo de migração, é um processo de ordem objetiva e subjetiva, referenciamos estas saídas no contexto da realidade sócio-histórico, político e econômico, regional e local. Deu-se prioridade para os que venderam seus lotes e migraram para a cidade de Abelardo Luz, SC, o que facilitou a localização e o acesso dos sujeitos da pesquisa.

Estes entrevistados, conforme exposto na introdução, assinaram um termo de consentimento de sua participação na pesquisa, assim entrevistamos 6 sujeitos em Abelardo Luz, sendo eles: Abrelino Curioni, Enrique dos Santos, Senhor Rabilde Taca, Valdomiro Costa, Maria Elenira Costa e Terezinha dos Santos. São alguns traços dos seus

<sup>57</sup> No caso de permuta, a ocupação do lote é feita por outra família assentada, em quanto que em caso de venda, a família compradora não é assentada.

perfis:

**Sr. Abrelino Curioni**, 64 anos de idade, natural de Casca, RS, 7 filhos, aposentado, sexo masculino, analfabeto.

Meus pais morreram muito cedo, os filhos foram distribuídos para algumas famílias. Eu fui criado por uma família que estavam vindo morar em Abelardo Luz, por isso desde criança moro em Abelardo, nunca fui à escola porque meu patrão dizia que escola não enche a barriga e outro fator é que era muito longe e tinha que atravessar o rio de bote e era perigoso, sempre que falava em estudar, ele dizia “vai achar uma foice<sup>58</sup>”.

Hoje o **Sr. Abrelino**, no alto dos seus 64 anos, afirma não ter mais forças para trabalhar, sem contar que é muito doentio, alcoólatra e tem como renda a aposentadoria.

**Sr. Enrique dos Santos**, 65 anos de idade, natural de Abelardo Luz SC, 8 filhos, aposentado, sexo masculino, escolaridade 4ª série. Sempre morou em Abelardo Luz, nunca havia sido proprietário de terra.

“sempre vivi pela região de fazenda em fazenda, problema era quando a gente crescia e queria casar não podia ficar na fazenda, então tinha que arrumar outro lugar pra viver. Casei cedo e me enchi de filhos, por isso vivia de empreitada nas fazendas, os filhos começaram a nascer e o bicho começou a pegar, era longe do recurso<sup>59</sup>, a piizada queriam estudar e não tinha escola, tentei arrumar serviço em outras bandas mais próximo do recurso, mas não deu certo”.

**O Sr. Enrique** se criou trabalhando de fazenda em fazenda, porém, nunca perdeu sua fé, como ele mesmo diz “*sempre fui bom católico, “graças a Deus”*. E foi em uma missa, que ouviu falar pela primeira vez do MST.

**A Senhora Maria Elenira Costa**, 55 anos de idade, sexo, feminino, 7 filhos, aposentada, natural de Abelardo Luz, trabalhava na roça, propriedade da família, cursou o 1º grau completo.

“Meu pai tinha uma pequena propriedade, trabalhava juto com a família. Naquele tempo os filhos começavam a trabalhar muito cedo por volta do 9 anos já ia pra roça e se não fosse ficava em casa, mas tinha que limpar a casa e fazer comida.”

<sup>58</sup> Instrumento usado para fazer roçada

<sup>59</sup> Expressão usada para se referir à saúde, educação...

**Senhora Terezinha dos Santos** 56 anos de idade, sexo feminino, 8 filhos, aposentada, natural de Abelardo Luz – SC, cursou a 4ª série.

“Sempre trabalhei como agricultora (na roça). Comecei trabalhar desde criança com a minha família que vivia de favor em uma fazenda e plantavam “a meia”. A vida era sofrida a gente trabalhava muito e ganhava pouco, não tinha como estudar, não tinha nada pra fazer, só tinha emprego pros homens e nós mulheres tinha que fazer as rocinha para colher pelo menos pro gasto.”

**Sr. Valdomiro Costa**, 63 anos de idade, sexo masculino, 6 filhos, aposentado, natural de Catanduvas / SC, cursou até a 2ª série do 2º grau.

“Trabalhava de agregado numa propriedade rural e o trabalho era muito pesado então resolvi procurar uma nova alternativa. Porque na verdade sempre estive ligado com a roça”.

**Sr. Rabilde Tacca**, 65 anos de idade, natural de Aratiba no Rio Grande do Sul, 3 filhos, aposentado, sexo masculino, cursou a 7ª série .

“Sou natural de Aratiba, vim morar em Abelardo ainda era criança e nunca mais sai. Me criei pela região do pinheiro marcado, trabalhava na roça e pegava empreitada, depois fui trabalhar numa serraria, lá casei e tive meus três filhos”.

Pelos perfis apresentados os sujeitos da pesquisa, caracterizam-se pela baixa escolaridade: um analfabeto, três estudaram até a 4ª série, um até 7ª série, outro até 2ª série do Médio e um o 1º grau completo. Quanto à religião, todos os entrevistados são católicos.

Em relação à idade majoritariamente os sujeitos da pesquisa são adultos e idosos com mais de 55 anos. Quanto à procedência quatro são catarinenses, sendo três naturais de Abelardo Luz, um natural de Catanduvas e dois naturais do Rio Grande do Sul. Todos são aposentados e provenientes de famílias numerosas sendo 4 do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

A construção da análise dos dados obtidos baseou-se em 4 unidades analíticas referente aos tópicos do roteiro das entrevistas a saber:

A vida dos sujeitos anteriormente ao ingresso ao MST.

Motivos do ingresso no MST.

Conquistas individuais e coletivas no assentamento Santa Rosa II.

Motivos da venda dos lotes do AS e migração para Abelardo.

Sobre **A vida dos sujeitos anteriormente ao ingresso no MST**, são importantes os seguintes depoimentos:

O senhor Abrelino relata:

“Desde que me conheci por gente trabalhei como agricultor (na roça). Comecei trabalhando com meu pai que não tinha terra, mas vivia na roça, trabalhava “a meia”<sup>60</sup>, para poder sustentar a família, tinha que fazer empreitada”.  
 (...) “a vida era muito difícil, os fazendeiros que arrendavam as terras, só arrendavam um pedaço que dava pra gente plantar pro gasto e só podia criar um ou dois bichinhos, daí pra gente sobreviver tinha que trabalhar de empreitada, roçando as invernadas<sup>61</sup>, fazendo e concertando cercas e ajudando na lida com o gado”.

Segundo o Sr. E:

“Trabalhei desde criança com minha família na roça, na verdade a gente morava numa fazenda e cuidava pro fazendeiro, ele arrendava um pedaço de terra pra gente plantar, cobrava 20% da produção. Pra cuidar da fazenda, do gado e as roçadas nos poteiros nós não ganhava quase nada só a casa e um pouco de comida, dinheiro a gente só ganhava quando fazia uma empreitada ou quando era ajustado para trabalhar por dia na própria fazenda ou nas fazendas vizinhas”.

Os dois depoimentos acima evidenciam que antes de ingressarem no MST, ambos viviam com os pais, trabalhavam na agricultura, no sistema de meeiros, moravam nas terras de fazendeiros, cuidavam da fazenda em troca de moradias e de um pedaço de terra para plantar. Não tinham moradia fixa e pelas constantes mudanças que faziam, sujeitavam-se a qualquer trabalho e com baixos rendimentos.

---

<sup>60</sup> Sistema de parceria onde 50 % da produção fica com o proprietário das terras

<sup>61</sup> Área de terra utilizada na criação e engorda do gado de corte.

Essa realidade de vida tornava-os isolados, sem qualquer garantia de permanência levando-os a um movimento de busca contínua pela sobrevivência. Em decorrência desta situação, em geral não tinham acesso a escolaridade e demais direitos sociais, sendo a família a principal fonte de sociabilidade e segurança, que também vivia esse mesmo processo marginalização e exploração social.

Em relação aos **Motivos do ingresso dos sujeitos da pesquisa no MST** seguem os depoimentos do Sr. Abrelino, do Sr. Enrique e do Sr. Valdomiro.

Conforme o Sr. A:

“Quando ouvi falar do MST, que tavam fazendo as inscrições, eu fui um dos que me escrevi, não tinha nada a perder, mas só fomos acampar em outubro de 86 na fazenda Capão Grande. Neste período do final de 85 até a metade de 86 os fazendeiros ficavam de “zoio” na gente, pra mode que eles estavam com medo do MST invadirem as fazendas deles, a maioria tirou tudo as madeiras que prestava e vendeu quase de graça para as serrarias, chegava de dar dó vê eles cortando aqueles pinheiros que a gente catava pinhão todo ano”.

“A propriedade onde eu trabalhava era próximo a onde havia um acampamento do MST e meus pias iam lá jogar futebol com eles e um dia um dos líderes do acampamento comentou que ia acontecer uma ocupação e pediu pra eu fazer inscrição que se houvesse a ocupação ele me avisava”.

Segundo o Sr. Enrique:

“O sonho era conquistar um pedaço de chão, morar no que era meu, poder me governar, plantar o que queria criar os meus bichinhos, por os filhos estudar”.

De acordo o Sr. Valdomiro:

“Meu sonho era a **terra** a gente nem sabia de direito o que queria só sabia trabalhar, só queria um pedaço de chão pra construir minha casinha e criar meus dois filhos”.

As falas evidenciam que entre os principais fatores condicionantes do ingresso dos sujeitos da pesquisa no MST destacam-se a falta de perspectiva de vida das famílias agricultoras, e o incentivo da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na busca do sonho de conquistar, além de um pedaço de terra, casa própria, autonomia e o estudo dos filhos.

Dado o isolamento dos sujeitos, e a possibilidade de fazer parte do MST que lutava pela conquista da terra, configurava-se como uma grande bandeira, tendo em vista ter o seu lote, construir a sua casa, ter autonomia e melhorar a qualidade de vida.

Ainda sobre o MST a senhora Maria afirma:

“Antes de conhecer direito a gente pensava que era um bando de ladrão de terra e vagabundos. Mas quando o padre ou presidente sindicato faziam as reuniões para explicar o que era o MST a gente via que eram pessoas iguais a nós, que lutavam por terra e por uma vida mais digna”.

Segundo o Sr. Abrelino:

“Na verdade não sabia direito o que significava o MST, a gente ouvia falar bem, mas tinha medo, por isso quando fui acampar, fui sozinho porque tinha medo de levar a família”.

Ao falar do incentivo do sindicato dos trabalhadores rurais e da igreja católica são significativos os respectivos depoimento da Sra. Terezinha e do Senhor Tacca.

Segundo a Sra. Terezinha:

“1985, numa missa lá na comunidade, o padre Genuíno, falou do povo que já estavam acampados e fez a maior propaganda, falou que eram pessoas do bem e que eram iguais à gente, trabalhadora e devoto, não eram que nem dizia os fazendeiros que eram um bando de jagunço, vagabundo e ladrão. Falou também que na outra semana ia passar um homem muito religioso e líder do sindicato cadastrando as famílias que queriam se acampar que já tinha uma fazenda desapropriada que era entrar e ganhar a terra”.

De acordo com o Sr. Tacca:

“O padre Genuíno e o seu Olimpio, presidente do Sindicato, foram os grandes incentivadores pra gente ir pro assentamento, faziam reuniões em todas as comunidades para falar sobre o MST e motivavam o pessoal para se inscreverem pra ir se acampar”.

Os depoimentos acima evidenciam a importância do sindicato dos trabalhadores rurais e da Igreja católica, pelo seu trabalho nas comunidades de esclarecimento sobre o MST que conforme depoimento da Sra. Maria, não conhecia o MST e por isso tinham uma visão distorcida. Porém, após as reuniões descobriram que era um movimento legítimo e que lutavam pela terra e por uma vida mais justa.

No que diz respeito às **conquistas individuais e coletivas no assentamento Santa Rosa II**, os entrevistados puseram que motivados pelo sonho de se tornarem proprietários permaneceram acampados 1 ano e 3 meses, ou seja, 2 meses na fazenda Capão Grande, 1 mês em frente à prefeitura e 1 ano no Assentamento Santa Rosa II, até que o assentamento fosse dividido em lotes. Durante este período de acampamento, passaram por dificuldades expressas nas afirmações dos senhores Enrique, Tacca e Abrelino.

Segundo Sr. Enrique:

“Ruim porque, faltava comida, faltava remédio, era perigoso, lá na Capão Grande muitas vezes os pistoleiros cobriram nós de tiro, mas nós respondia, o medo de despejo pela polícia, o medo de ir preso, lá na cidade a gente passou por dificuldade, me lembro uma vez que tava no setor de alimentação e chegou um mulher e disse que tinha 5 filhos e que ela queria 5 pão e o máximo era 3 por família, sem contar outras coisas que vi gente passando fome”.

Para o Sr. Tacca:

“Foram tempos difíceis, muito difíceis. Como liderança, fui muito perseguido e ameaçado de morte, sem contar a dificuldade que era conseguir alimentos e remédios para todo aquele povo, garantir a segurança e motivá-los para a luta”. Para o líder em contrapartida “A empolgação dos companheiros era contagiante, nossos gritos de ordem – fecho os olhos e consigo enxergar todo aquele povo com o braço esquerdo erguido gritando”.

Na visão do Sr. Abrelino:

“O acampamento foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, a gente rezava, estudava discutia sobre os outros companheiros que estavam acampados e que já tinham sido desapropriadas as terras para eles. Cada um tinha sua

responsabilidade e todos tinham os mesmos direitos, ouvi falar sobre dignidade e respeito e que é só através da organização que podemos conquistar nossos direitos. Eu posso dizer que por causa do assentamento me tornei gente, me tornei um homem feliz e realizado”.

O que pôde ser percebido pelas falas dos depoentes é que apesar das dificuldades enfrentadas como: falta de comida e remédio, o medo de despejo, e a falta de infraestrutura, condições precária de moradias, a experiência de viver em barracos durante o período em que estiveram acampados é considerado como um período de crescimento pessoal, visto como um tempo de conquistas, como um tempo bom. Para os 3 entrevistados foram os melhores anos de suas vidas, porque estavam motivados, e os acampamentos eram bem organizados, tinham objetivos de conquistar sua autonomia e superar os estigmas que recaíam sobre o homem do campo visto como humilde, submisso e ignorante.

Estas conquistas entre outras são atribuídas ao MST, que é visto pelos assentados como um movimento de libertação, um espaço de garantia de direitos como expressam os Senhores Enrique e Tacca:

Segundo Sr. Enrique:

“O MST é um movimento de libertação, porque a gente vivia como se fosse numa prisão em um mundinho limitado, e depois que fomos para o movimento a vida melhorou muito e descobrir a vida é muito mais que trabalhar e receber ordens. Nossa, quando me lembro de como era, fico todo arrepiado e até tenho vontade de chorar. A gente se tornou irmão com a companheirada, era uma grande família com apenas um sonho a conquista de um pedaço de chão. A gente só queria terra, o resto a gente conquistaria depois. O que queria era morar no que era meu por isso a gente tinha amor pela luta, a gente sabia que a luta era moiro e que não podia parar por ali e que a nossa luta ia abrir caminho para muita gente – cara foi muito bom! Que saudade!”

Para Sr. R:

“O MST foi nossa salvação, fez com que eu e a companheirada abrissemos os olhos pra ver a realidade, através de palestras e estudos passamos a entender mais sobre a sociedade, os meios de produção, direitos e deveres foi a melhor escola da minha vida. Acho que de todos. O MST faz com que as pessoas lutem por seus direitos e não se entreguem, não se acomode, não desistam da vida, dos sonhos. Hoje vejo que a terra era só uma das coisas que conquistamos lá no Assentamento e não foi a conquista principal. Acho que a principal conquista foi

essa gana de viver, de querer saber as coisas de se interessar, de ajudar os outros a enxergar o mundo com outros olhos”.

Para os entrevistados o período que fizeram parte do MST, oportunizou muitas conquistas, que vão muito além da terra e da casa própria. As conquistas consideradas essenciais pelos entrevistados foram o conhecimento, a liberdade, a dignidade, o estudo dos filhos, como pode ser verificado nas palavras da Sra. Maria.

“Consegui dignidade, que vai muito além de terra ou a escola pros meninos, consegui com que meus filhos estudassem. Mas o melhor, descobri que tinha direitos, obrigações, deveres. Mas que era alguém que, somando junto com os companheiros podíamos conquistar muitas coisas e defender direitos meus e dos companheiros menos esclarecidos. Através do MST me tornei gente”.

Em suma para os entrevistados o MST significava um movimento digno, de libertação, de luta por direitos, organizado, sério, com disciplina, com objetivos sociais e político, que luta pelo bem comum, e que proporciona o crescimento pessoal, ao valorizar o indivíduo tornando-o parte do coletivo, alfabetizando-o politicamente, tornando-se uma verdadeira escola de vida.

No que se refere aos **motivos de venda dos lotes do Assentamento Santa Rosa II e migração para Abelardo Luz**, mesmo com as conquistas mencionadas acima e o respeito e admiração dos entrevistados pelo MST, estes deixaram o assentamento e migraram para a cidade, por motivos como: terreno muito pequeno e com terras ruins, falta de crédito agrícola e assistência técnica, proporcionando uma baixa produção além, da distância e o difícil acesso aos bens e serviços públicos. Outro motivo relevante foi a saída dos filhos jovens do assentamento para a cidade, buscando estudar, trabalhar e possibilidade de lazer.

Conforme afirma a Sra. Terezinha:

“Na agricultura é bom de viver, porém, dá muito trabalho, quando os filhos começaram ir embora porque o terreno que a gente vivia era muito pequeno. As dívidas começaram aparecer os financiamentos parou de vir e na raça se não planta não colhe. E sem financiamento não tem como. Pensei que ia viver lá até morrer, mas assim como meu pai nunca gostei de morar muito tempo no mesmo lugar”.

Para o Sr. Valdomiro:

“Depois de um tempo já tinha minha casinha meu lote era bem organizado, mas a terra era muito ruim precisava de muito calcário e adubo. Nos primeiros anos foi tudo bem tínhamos financiamentos e com isso a gente podia plantar, a partir de 2000 não teve mais financiamento, nem crédito agrícola. Aí o bicho pegou, a produção caiu, porque não tinha como comprar insumos agrícolas começamos analisar com a família e decidimos por ir tentar uma vida melhor na cidade, possibilidades de emprego menos pesado e melhor remunerado, e possibilidade de promoção social como dizem por aí”.

Ainda de acordo com Sr. Enrique:

“Na época que vendi em 1992 vendi por uma mecharia, troquei por uma casinha de madeira na cidade. Passei por maus momentos andando de um lado para o outro, mas depois que me aposentei e os filhos começaram a trabalhar hoje tenho minha casa em um lugar bom, a vida melhorou bastante”.

Pelos motivos apresentado, nenhum dos entrevistados se disse arrependido, ou se tivesse oportunidade de voltar a ser assentado, voltaria, pois todos concordam que na agricultura é muito difícil de sobreviver, e que o agricultor é muito desvalorizado, não possui linhas de créditos e assistência técnica, para fortalecimento da agricultura familiar. Isto significa a quase ausência das políticas do estado quanto à reforma agrária e política agrícola. Para eles também faltam alternativas de lazer para os jovens, no Assentamento Santa Rosa II. Além desses problemas o Santa Rosa II, conta com difícil acesso pela falta ou péssimas condições das estradas, e a terra muito ruim, precisa de muito investimento. De acordo com os entrevistados, se essas medidas não forem tomadas os trabalhadores assentados continuarão vendendo seus lotes.

Em suma a migração do assentamento Santa Rosa II, quiçá, de muitos ouros assentamentos, evidencia a busca de garantia de sobrevivência e de um futuro melhor para uma parcela da população que vê na migração a possibilidade de inserção social, por não

conseguir acompanhar as imposições do sistema produtivo monocultor, que exige grandes investimentos e tecnificação.

Outro motivo apontado, é a falta geral de incentivos, tanto à produção, quanto à comercialização. *“Esse descaso com os assentados faz com que a gente se sinta abandonado, igual quando a gente vivia isolado nas fazendas”*, sintetizou o Sr. Tacca.

Além dessas unidades analíticas tornou-se necessária avançar sobre a compreensão sobre a **vida dos sujeitos da pesquisa na cidade após a saída do assentamento**: não há um consenso entre os sujeitos da pesquisa, quando questionados se as condições de vida melhoraram ou pioraram depois que migraram para cidade: de um lado, há os que dizem que a vida não melhorou como pode se visto na resposta do senhor Abrelino:

“Em partes, virei um alcoólatra pois tudo fora, me separei da minha mulher, vivi perambulando por muito tempo, hoje tenho uma casa que meus filhos fizeram para mim e vivo da aposentadoria”.

De outro lado há os que dizem que a vida melhorou como indicam as palavras da Sra. Maria:

“Melhorou e muito, veja bem, vamos comparar o meu ganho e o do meu marido, com de um assentado que só planta milho, veja só eu ganho em média 860 reais por mês, isso equivale a 40 sacas de milho por mês. Sendo assim daria umas 520 sacas de milho por ano – lá no assentamento Santa Rosa precisa plantar 2 lotes inteiro para colher 520 sacas de milho isso sem contar que precisa torcer para o tempo correr tudo nos conformes. Na roça dá pouco lucro, não sobra praticamente nada – se a terra for ruim que nem é, no Santa Rosa que precisa de muito adubo e calcário, se o tempo não correr de acordo dá prejuízo – sem duvida nenhuma”.

Para Sra. Terezinha, a vida na cidade, por um lado melhorou porque tem acesso à saúde a assistência, por outro não, têm saudade da vida no campo, porém mesmo que tivesse oportunidade de voltar não voltaria.

Nossa observação como pesquisador, possibilitou perceber que todos os entrevistados venderem seu lote, por uma casa na cidade. Isto evidencia a necessidade da proteção da família, sendo assim, os laços familiares são mais forte que os laços com a terra.

Ficou evidente que o migrante estudado apresenta forte vínculo familiar, mais forte que o apego à terra, embora assuma que só abandonou a terra por motivo de sobrevivência. Afirmam, contudo, que a família é a fonte motivacional da migração, pois, além do acesso a bens e serviços, a mudança é viabilizada com o apoio de parentes e amigos já estabelecidos, mesmo que em precárias condições de existência, residindo nos bairros pobres da cidade. Quanto aos filhos que migrarem antes para a cidade, quando retornavam ao assentamento nos feriados, especialmente os de final do ano, retornavam com roupas novas, dinheiro no bolso, passando imagem de êxito, atraindo, assim, novos migrantes para a cidade, e com o tempo, levando os outros membros da família.

A terra para o trabalhador rural significa a possibilidade de reprodução social e familiar, porém, fica evidente a importância da garantia de seu meio de vida e relativizada a importância da terra. Porém, o assentado vende a terra e vai para cidade, porque não tem meios para se manter na agricultura, conforme relata o Sr. Tacca.

“Porque a renda é muito pequena, a margem de lucro está cada vez menor, sem contar com os riscos da natureza – se chover de mais perde – se não chover perde- se não der frio é ruim para as plantas, se der frio demais é pior, são estes entre os fatores que inviabilizando a permanência na agricultura”.

A exigência de qualificação da mão-de-obra na cidade, faz com que as atividades disponíveis para os agricultores, migrantes, sejam aquelas consideradas as mais pesadas e menos remuneradas, porém, para eles estas atividades, são menos penosas que as desenvolvidas na agricultura, conforme afirma o Senhor Enrique:

“Na cidade não falta serviço, só não trabalha quem não quer, e qualquer serviço aqui é mais leve, na roça além da chuva e do sol o horário é muito puxado é de sol a sol e nunca tem férias muito menos sábados e domingos, afinal os bichos não ficam sem comer só porque é domingo”.

Apesar das discriminações em relação ao emprego, os entrevistados afirmam que estão vivendo melhor do que em quanto estavam na roça, devido ao acesso aos bens públicos assistência social, saúde e educação, motivos pelo qual nenhum entrevistado pensa em voltar para os assentamentos.

A análise encetada permite reconhecer que a configuração do êxodo rural do assentamento Santa Rosa II Abelardo Luz SC, continua sendo reprodução da realidade histórica brasileira, evidenciando a não superação das relações fundiárias que privilegiaram a concentração das terras nas mãos de uma minoria de proprietários rurais exploradores de mão-de-obra dos trabalhadores rurais.

É importante assinalar que, além dessa causa estruturante geral, o êxodo rural, dos assentados do MST pode ser entendido também por múltiplos fatores como: enfraquecimento do MST na atuação junto às famílias assentadas, dificuldade de sobrevivência na agricultura, ocasionada por uma política agrícola que beneficia os principalmente os grandes produtores, o agronegócio, e produção para exortação, dificultando a reforma agrária e a agricultura familiar.

Outro fator presente na migração do assentamento para a cidade, é a busca por lazer, esporte, cultura e o acesso a informática em especial para os jovens. Para os adultos homens e mulheres, são fatores relevantes também as dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos, como saúde, assistência social, educação. Vale ressaltar também, a falta de saneamento básico, as más condições das estradas que dão acesso ao assentamento, e a baixa produção agrícola devido às terras ruins para agricultura.

De outro lado, cabe reconhecer que apesar das fragilidades do MST, a formação sócio-política que desenvolve junto aos assentados, de caráter crítico e emancipatório abre-lhes a consciência para os valores de cidadania e dignidade. Contudo, se as condições da agricultura fossem propícias à produção e a comercialização para os pequenos proprietários, a perspectiva do êxodo rural, seria em menor proporção ou teria uma outra configuração.

O êxodo rural necessita também ser analisado detidamente a partir do continuum que é hoje o campo e a cidade, em que as relações sociais são cada vez mais próximas. Igualmente, cabe aprofundar o êxodo rural como fenômeno de expressão de certo nomadismo, enquanto traço cultural do modo de vida do trabalhador rural que continua migrando para a cidade, nas constantes mudanças de locais de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que a configuração do êxodo rural do Assentamento Santa Rosa II no município de Abelardo Luz SC, tem raízes na questão agrária e sua formação fundiária. Começamos esse estudo com a preocupação do acontecimento de uma migração rural ainda pouco discursivizada. O que percebemos porém, é que o êxodo rural no assentamento Santa Rosa II, apesar de menor proporção comparado aos pequenos e médios agricultores não assentados, segue as mesmas tendências do êxodo rural em todo o território brasileiro devido à formação fundiária brasileira garantida por uma política agrária que prioriza a produção e não os produtores.

Ao desenvolvermos, um estudo sobre a história da evolução da propriedade territorial no Brasil constatou-se que a luta por terra no país começa com o processo de colonização, visto que as populações indígenas que aqui viviam não tinham necessidade de disputar território, já que este era extremamente vasto. Após a chegada dos portugueses, porém, a disputa por terra sempre esteve presente na história brasileira, sendo motivo dos principais conflitos internos.

Outro fator observado na pesquisa, é que os colonizadores europeus, dispensaram ao Brasil, até 1800 uma prática exploratória, realizando uma verdadeira devastação das vegetações brasileiras, iniciadas com a exportação do pau-brasil como matéria-prima para tingir tecidos. Posteriormente, esta prática prosseguia através das culturas de exportação, como a cana-de-açúcar seguida pela pecuária extensiva, passando pelos ciclos do ouro, para chegar à exportação do café.

Ao analisarmos a evolução da propriedade rural brasileira ficou evidente que, as diferentes medidas legais e política adotadas ao longo da história, reafirmam o modelo agro-exportador que, juntamente com o processo de industrialização brasileira e a

modernização do campo, foram e são fatores que dificultam a agricultura familiar, estimulando o êxodo rural, ou seja, migração do campo para a cidade.

Quanto ao fenômeno migratório verificamos que este se realiza em busca de melhores condições de vida, ou seja, os indivíduos deslocam-se no espaço social, ocupando ao longo do tempo diferentes posições. Essa mobilidade da população ou seus deslocamentos pelo espaço não são aleatórios, mas estão intimamente relacionados à contextualização socioeconômica local e até mundial. Constatamos também, que o fenômeno migratório se apresenta como um fenômeno sócio demográfico de grande transcendência, que está ligado diretamente com a questão agrária, cujos agentes causadores são atribuídos tanto às causas permanentes, quanto às causas cíclicas, que são os fatores precipitantes ou desencadeantes da emigração, a exemplo dos fatores econômicos.

O MST, é um movimento social que tem como objetivos, lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade justa e fraterna. Além de lutar por uma nova política agrária, com abordagem da agricultura sustentável, que proporcione melhorias sociais e ambientais, pela combinação de práticas agrícolas modernas e tradicionais que aumentem a produção de alimentos e conservem o meio-ambiente. Assim, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por Reforma Agrária, e pela construção de um projeto popular para o Brasil, tendo como base a justiça social e a dignidade humana.

Os resultados da pesquisa apontaram que o MST para os migrantes caracteriza-se como um movimento de libertação, de luta por direitos à terra, reforma agrária, justiça social, soberania popular, bem como, proporcionar-lhes possibilidades de crescimento individual e coletivo, tornando-se uma escola de vida, proporcionando-lhes conquistas que

vão muito além da terra e da casa própria, como conhecimento, liberdade, dignidade e espírito de cidadania.

Percebe-se que apesar de toda ação dos movimentos sociais do campo, dos quais se destaca o MST, as migrações internas continuam intensas. Todavia, em decorrência das prolongadas crises socioeconômicas e da redução das oportunidades no mercado de trabalho no meio rural, que vem intensificando a miséria e a pobreza no campo, agravadas pela falta de infra-estrutura, pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários e pela mecanização das atividades agrárias, fazendo com que grande parte da população rural se sinta atraída pelas perspectivas de um emprego urbano, que melhore o seu padrão de vida. O fascínio urbano torna-se, então, o principal fator de atração para os deslocamentos da população rural para as grandes cidades. Sendo assim, é possível afirmar que dentre os fatores motivadores da migração campo cidade dos sujeitos pesquisados, o fator econômico é fundamental, seguindo a tendência nacional. Onde as populações das regiões mais pobres deslocarem-se para as regiões que apresentam maior desenvolvimento e oportunidade de trabalho.

O estudo mostrou que a mobilidade é um elemento central na vida dos pequenos produtores rurais, assentados ou não do município de Abelardo Luz, SC. Percebeu-se ainda que esse deslocamento se dá por vontade própria, ou contra a vontade, porém em ambas as situações se dá por sobrevivência ou por uma busca de melhores condições de vida. Dessa forma, a migração segue dois fatores: atração e expulsão.

Ficou evidente nesse estudo que, apesar das conquistas mencionadas, os entrevistados deixaram o assentamento e migraram para a cidade, apresentando como principais motivos: terreno muito pequeno e com terras ruins, falta de crédito agrícola, proporcionando uma baixa produção além, da distância e do difícil acesso a recursos como saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer.

O êxodo rural, geralmente é marcado pela precariedade nas condições objetivas de existência do migrante, que se submete à condição de assalariado na cidade, porque garante sua subsistência e de seus familiares, mas sua inserção em relação ao mercado é relativa devido à falta de capacitação perante os parâmetros seletivos impostos pelo mercado de trabalho na cidade. De outra parte, o migrante encara o trabalho como meio de vida, não se importa com o trabalho pesado e, reivindica a representação de trabalhador rural, ao afirmar sua força e potencial de trabalho, proveniente da condição de produtor de alimentos, acostumado ao trabalho intenso, aquele que tem sangue nas veias e compromisso com a palavra empenhada.

O estudo demonstrou, por fim, a necessidade de aprofundar a temática do Êxodo Rural em outros assentamentos do MST, sendo necessárias novas pesquisas que evidenciem os fatores causais do êxodo rural. Este estudo representa apenas uma abordagem inicial a esta questão pouco discutida, mas imensamente importante, por se tratar de um fenômeno que traz como consequência grandes problemas sociais tanto para a população que migrou, como para a população que recebeu o migrante.

## REFERENCIAS

### Referencias Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- ARIÈS, Philippe. **Historia Social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ARRUDA, Marcos. CALDEIRA, Cesar. **Como Surgiram as Constituições Brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para a Constituinte, 1986.
- ASSIS, Gláucia. **Estar aqui, estar lá...: uma cartografia de vida entre dois lugares**. Florianópolis: UFSC, 1995. 234f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- BALBINO FILHO, Nicolau. **Direito imobiliário registral**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BARBOSA, Cláudio Clemente Faria. **Sensoriamento remoto da dinâmica de circulação da água do sistema planície de Curai/Rio Amazonas** -Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais,tese de mestrado, 2005.
- Benedito Ferreira Marques. **Direito agrário brasileiro, 7. ed**, São Paulo: Atlas, 2007.
- BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos de direito agrário**, 11. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 1998.
- BRITO, F. **“Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo”**. In: PATARRA, N.L. (org.). Op. cit., 1995.
- CALDART, R. **Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARONO, Ana A., ABRAMOVAY, Ricardo. **O êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**: Universidade Federal de São Paulo- Departamento de Economia, janeiro de 1999.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **A família contemporânea em debate** 4.ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMARTINI, Zeila de B. F. **Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais**. In: Simson, O (org). Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

DURHAM, Eunice. **Movimentos sociais. A construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP**, nº 10, outubro de 1984.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

FALCÃO, Ismael Marinho. **Direito agrário brasileiro**. Bauru: Edipro, 1995.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2º ed., 2000.

FERNANDES, B. M. . **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Movimento dos trabalhadores sem-terra; formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996

FONSECA, José Eduardo da. **Legislação de terras: páginas da historia territorial do Brasil**, Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 38, p. 267, jan./jun. 1922)

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Nacional, 1986.

GOHN, M. G. M. . **Movimentos Sociais e Educação**. 3. ed. SÃO PAULO: CORTEZ, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais no Início do Novo Milênio**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Os Sem terra, ONG's e cidadania**. A Sociedade Civil Brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez 1997.

\_\_\_\_\_. **Mídia terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GRAHAM, D. H. **Divergent and convergent regional economic growth and internal migration in Brazil: 1940-1960**. Economic Development and Cultural Change, v. 18, n. 3, p. 362–382, 1970.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Brasilienses, 1981.

HILY, M.-A. and MA MUNG E. "Catégories et lieux des circulations migratoires." Cahiers de Recherches de la MiRe, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária.** Trad. De Waldea Bercellos e Sandra Bedran. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUTTER, Lucy Maffei. **A imigração italiana em São Paulo em 1902-1914.** O Instituto de Estudos Brasileiros, vol. 27, pp. 59-73, 1987.

\_\_\_\_\_. **Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório.** Revista Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, vol. 27, pp. 59-73, 1987.

KLEIN, Herbert S. **A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos.** Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: Ed. CEBRAP, v. 25, 1989.

LASH, C (1977). **Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEVY, M.S. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira: 1872-1972." Revista de Saúde Pública, n.8 (supl.), 1974.

LIPOVETSKY, G. **Le crépuscule du devoir.** Paris: Gallimard, 1992.

LISBOA, T. K. **A luta dos Sem-Terra no oeste catarinense.** 1. ed. Florianópolis/ SC: Editora da UFSC, 1988.

MARCON, S. S. e SANTOS, M. R. dos (orgs.) **O viver em família e sua interface com a saúde e doença.** Maringá: Eduem. 2002. p. 45-76.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro,** 7. ed. rev. ampl., São Paulo: Atlas, 2007

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts.** São Paulo: Paz e Terra, 1999..

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira.** Planejamento e Políticas Públicas, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.

MARTINS, José de Souza (Org.) . **O MASSACRE DOS INOCENTES** (Org.). 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991. v. 1.

\_\_\_\_\_. **A CHEGADA DO ESTRANHO.** 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. v. 1

\_\_\_\_\_. **CAMINHADA NO CHÃO DA NOITE.** 1. ed. SAO PAULO: HUCITEC, 1989. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível.** Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000.

\_\_\_\_\_. **A reforma agrária e os limites da democracia na nova república.** 1. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. v. 1.

MARX, K. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (V. II, Cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista)

MENDONÇA, Simone Ribeiro de. **A improdutividade do imóvel rural como único critério para a desapropriação para fins de reforma agrária:** MESTRADO EM DIREITO PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. MESTRADO EM DIREITO - SÃO PAULO, 2008

MICHAELIS. 1998. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo, Melhoramentos, 2.259 p.

MORISSAWA, Mitsue . **Historia Da Luta Pela Terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular 2008.

NACIONES UNIDAS. **Manual X: técnicas indirectas de estimacion demografica.** Nueva York: Naciones Unidas, 1986.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922).** Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: USP, 1973.

NUNES, R. **Migração:** considerações teóricas e debates atuais. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. Anais. João Pessoa: UFMG, 2002. 1v.

OLIVEIRA, **Arlindo.** **Usucapião Urbano e Rural.** Ed. Jalovi, Bauru, 1992

OLIVEIRA, Maria Coleta. F. A. de. **Questões Demográficas no Período Cafeeiro em População** /Universidade Estadual de Campinas), 1985.

PATARRA, N. L. e BAENINGER, R. “**Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil.**” In: PATARRA, N.L. (org.). Op. cit., 1995.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Trabalho, família e ser social:** elos que unem a centralidade do trabalho às relações familiares. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2005.

PESCHANSKI João Alexandre. **A evolução organizacional do MST.** Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

POLETO, Ivo. **O movimento dos trabalhadores sem terra e a luta pela terra.** Cadernos do CEAS, Salvador, n.19, p. 19-28, maio/jun. 1985.

PRADO JR, C. **História e desenvolvimento.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14<sup>a</sup> ed, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAVESNTEIN, E. G. **As leis da migração**. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migrações internas: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- \_\_\_\_\_. **As Leis da Migração**. Oficial da Real Estatístico society, 1985.
- REYDON, B.; PLATA, L. **Políticas de mercados de terras en Brasil**. In: PERSPECTIVAS sobre mercados de tierras rurales en América Latina. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1998. (Informe Técnico).
- REZEK, G. E. K. . **O Princípio da Função Social da Propriedade Imobiliária Agrária na Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. **Imóvel agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade**. Curitiba: Juruá, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O princípio da função social da propriedade imobiliária agrária na Constituição Federal de 1988**. 2001. 172 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de minas gerais e São Paulo. Belo Horizonte/MG, UFMG/CEDEPLAR, 1999.
- ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 – 1920**. Universidade de São Paulo, 2007
- ROUDINESCO, E (2002). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAHOTA, G. S. **An economic analysis of internal migration in Brazil**. Journal of Political Economy, v. 76, n. 2, p. 218–245, 1968.
- SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SALIM, C. “**A questão dos brasiguaios e o Mercosul**”. In: PATARRA, N.L. (org.). Op. cit., 1995.
- SANDA, Samuel Magoji. **Ensaio sobre a família pós-moderna**. Dissertação Mestrado Em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2007.
- SANTOS, Maria A. C. **Tornando-se um assentado rural do MST: Uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo**: Mestrado - Psicologia Social. PUC/SP: São Paulo, 2005
- SANTOS, Robério Ferreira dos. **Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira**. In: SANTOS, R.F. dos. Presença de viéses de mudança técnica da agricultura brasileira. São Paulo: USP/IPE, p.39-78, 1986.
- SAYAD, A. 1998. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SCIORILLI, Marcelo. **Direito de propriedade e política agrária**, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

SILVA, J. F. G. . **O capitalismo verde. Agricultura Sustentável**, Jaguariúna/SP: Brasiliense 1994

\_\_\_\_\_. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro**. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense**. 1995a. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STEFANINI, Luís de Lima. **A Propriedade no Direito Agrário**. Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1978.

STOLCKE, V. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital, 1850-1980**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SWAMINATHAN, M. **Uncommon opportunities**. An agenda for peace and equitable development. 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

TENÓRIO, Igor. **Curso de direito agrário brasileiro**, São Paulo: Saraiva, 1984.

TESTA, M.; NADAL, R.; MIOR,L.; BALDISSERA, I.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

VAINER, C. B. . **Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração**. In: Neide Lopes Patarra. (Org.). Emigração e imigração internacionais na Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1995, v. , p. 41-52.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**, 14. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Unijui, 2000.

YAP, Lorene. **Internal migration and economic development in Brazil**. Quarterly Journal of Economics, v. 90, n. 1, p. 119–137, 1976

## Referencias Legais

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico/Diretoria de Estatística e Geoprocessamento/Gerência de Análise Estatística, 1995.

BONATTI, Felix A. e BECKHAUSER, Guilherme. **Plano de Recuperação do Assentamento** – PRA – P. A.Santa Rosa II/2008

BRASIL. **Código Civil de 1916**

\_\_\_\_\_ **Código Civil de 2002**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1891**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1934**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 1946**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1967**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1969**

\_\_\_\_\_ **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988**

\_\_\_\_\_ **Constituição do Brasil, 1824**

\_\_\_\_\_ **Lei nº 4.121, 1962**

Brasil : **500 anos de povoamento** /IBGE 2002, 1º capítulo "Cenário de encontro dos povos: a construção do território" de Jacqueline Hermann.

Brasil: **500 anos de povoamento**. Rio de janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

GONÇALVES Alfredo José. Exposição feita pelo autor no Seminário sobre População e Pobreza, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades) de 13 a 16 de agosto de 2001, em Brasília (DF).

IBGE. **Censo Agropecuário 1985** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo Agropecuário 1996/1997** – Brasil. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 1991** – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1994. n. 23.

IBGE. **Informações Básicas Municipais**.

INCRA. **Relatório do INCRA, Superintendência Regional de Santa Catarina (SR10)**.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO DE ABELARDO LUZ. 1997.

### Referencias Virtuais

FIBGE (1997)- [HTTP//WWW.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – **Censo Populacional de 1986** – “conceituação das características divulgada na contagem da população de 1996”.

<http://www.ibge.gov.br/brasil500/home.html>

<http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/>

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa11.htm>- 11 de fevereiro de 2009.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Semce/Bird-texto.htm>>. 2009.

[www.mst.org.br/](http://www.mst.org.br/)

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - Roteiro para coletas de depoimentos**

**Nome:**

**Idade:**

**Sexo:**

**Numero de familiares:**

**Ocupação:**

- 1- De onde veio e como vivia antes de ir para o assentamento?
- 2- O que levou o Senhor (a) e sua família ir para o Assentamento?
- 3- Quais as conquistas que você alcançou enquanto esteve nos assentamento?
- 4- Quais foram os principais motivos que levaram á venda do lote:

**Anexo II - Termo de consentimento livre e esclarecido.**

Eu, .....

RG ....., abaixo assinado, estando devidamente esclarecido sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada, “A CONFIGURAÇÃO DO ÊXODO RURAL NO ASSENTAMENTO SANTA ROSA II – ABELARDO LUZ SC: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO – 1986/2008,, realizada pelo pesquisador Antonio Sergio Curioni, aluno de mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Carvalho da Silva, concordo em participar como sujeito entrevistado, bem como em ter meus depoimentos gravados, transcritos e divulgados sob responsabilidade do referido pesquisador.

Cidade, data \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

R.G. \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)